

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

2021/2025



RESOLUÇÃO nº. 05/2021

Aprova adequação do Plano de
Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025

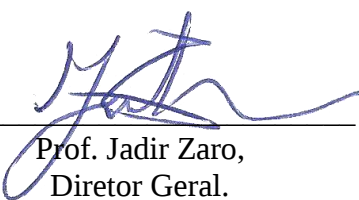
A Direção Geral da Faculdade Palotina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista a deliberação do Conselho de Administração Superior da IES na 16^a sessão, realizada no dia 22 de setembro de 2021, conforme parecer do Relator, constante no Processo n. 02/2021

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (2021-2025) da Faculdade Palotina.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor Geral da Faculdade Palotina, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um.


Prof. Jadir Zaro,
Diretor Geral.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

A – Instituição Mantenedora: Entidade Palotina de Educação e Cultura

Nome do Presidente: Clésio Facco

Endereço: Rua Pe. Alziro Roggia, 115

CEP: 97020-590 – Santa Maria – RS

B – Instituição Mantida: Faculdade Palotina – FAPAS

Nome do Diretor Geral: Jadir Zaro

Nome do Vice-Diretor: Juliano Dutra

Endereço

Rua Pe. Alziro Roggia, 115

Bairro Patronato

CEP: 97020-590 – Santa Maria – RS

Site: www.fapas.edu.br

E-maill: fapas@fapas.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 PERFIL INSTITUCIONAL	15
1.1 Missão	15
1.2 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	15
1.3 Concepção de educação e contextualização	17
1.3.1 Contexto socioeconômico	18
1.3.2 O contexto educacional	21
1.3.3 O Ensino Superior em Santa Maria	22
1.3.4 A FAPAS e o Ensino Superior	24
1.4 Objetivos e metas institucionais	26
1.4.1 Metas de desenvolvimento institucional e sua correlação com o plano de ação e cronograma na vigência do PDI	27
1.5 Área de atuação acadêmica	32
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	33
2.1 Inserção social e regional	33
2.3.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	38
2.3.1.1 Perfil do Egresso	38
2.3.1.2 Seleção de conteúdos	39
2.3.1.3 Atividades de prática profissional.	43
2.3.1.4 Estágios nos cursos de graduação da Faculdade	45
3 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	49
3.1 Políticas de Ensino	49
3.1.1 Ensino de graduação	49
3.1.1.1 Flexibilização curricular	50
3.1.1.2 Atividades Complementares de Graduação (ACG)	54

3.1.1.3 Oportunidades de integralização dos cursos da IES.....	62
3.1.1.4 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	63
3.1.1.5 Indissociabilidade entre Ensino, pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão.....	64
3.1.1.6 Modalidade de atividades curriculares	65
3.1.1.7 Monitoria	65
3.1.2 Ensino de Pós-graduação	66
3.1.2.1 Integração graduação-pós-graduação e educação continuada	68
3.1.3 Educação a Distância – (EaD - FAPAS).....	69
3.1.3.1 Organização administrativa dos cursos EaD.....	71
3.1.3.2 Diretrizes para a Educação a Distância:	71
3.1.3.3 O Professor na Modalidade EaD	71
3.1.3.4 Perfil do profissional de suporte aos professores da FAPAS na modalidade a distância – Orientador Educacional.....	72
3.1.3.5 Estudo para implantação de polos EaD	72
3.1.3.6 Estrutura dos polos EaD.....	75
3.1.3.7 Recursos e infraestrutura tecnológica e profissional	75
3.1.3.8 Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle)	76
3.1.3.9 O Processo avaliativo na Modalidade a Distância	77
3.2 Políticas de pesquisa	79
3.2.1 Ações de iniciação Científica.....	80
3.2.2 Princípios da Iniciação Científica	82
3.2.3 Diretrizes da Iniciação Científica.....	83
3.2.4 Metas da Iniciação Científica.....	83
3.2.5 Avaliação da Iniciação Científica	85
3.2.6 Linhas de pesquisa dos cursos	85
3.2.7 Comitê de ética	87
3.3 Política de extensão.....	88

3.3.1 Diretrizes da política de extensão	91
3.4 A produção científica resultante do Ensino, Pesquisa e Extensão.....	94
3.4.1 Periódicos eletrônicos	95
3.4.2 O professor orientador de projetos.....	95
3.5 Políticas de gestão.....	96
3.5.1 Objetivos específicos para planejamento e gestão institucional	97
3.5.2 Metas específicas para planejamento e gestão institucional	98
4 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	100
4.1 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.....	103
4.1.1 Ações articuladas entre o Curso de Direito e a comunidade	104
4.1.2 Ações articuladas entre o Curso de Filosofia e a comunidade.....	105
4.1.3 Ações articuladas entre o Curso de Teologia e a comunidade.....	105
4.2 Núcleos institucionais de atendimento à comunidade interna e externa.....	106
4.3 Convênios firmados com entidades locais	109
5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	110
5.1 Comunicação com o público interno	111
5.2 Comunicação com o público externo.....	115
5.3 Ouvidoria	118
6 ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	119
6.1 Políticas de gestão de pessoas.....	119
6.2 Gestão do corpo docente	119
6.2.1 Plano de carreira do quadro docente da FAPAS.....	120
6.2.2 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	120
6.2.3 Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente	121
6.3 Gestão do quadro funcional administrativo	123
6.3.1 Critérios de seleção e contratação.....	123

6.3.2 Políticas de qualificação e regime de trabalho do quadro funcional administrativo	124
7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	126
7.1 Formas de ingresso	126
7.2 Programas de Apoio Financeiro.....	127
7.2.1 Bolsas de estudos	127
7.2.2 Programa FAPAS Recomeçar.....	127
7.2.3 Bolsas monitoria e iniciação científica	127
7.3 Estímulos à permanência	128
7.3.1 Programa de Apoio psicopedagógico	129
7.3.1.1 <i>Serviços prestados</i>	131
7.4 Organização estudantil - espaço para participação e convivência estudantil	131
7.5 Acompanhamento aos egressos	131
7.6 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas ou com deficiência	133
7.6.1 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) – FAPAS	133
7.6.1.1 <i>Marcos legais, políticos e pedagógicos</i>	134
7.6.1.2 <i>Missão do NAI</i>	136
7.6.1.3 <i>Objetivo Geral do NAI</i>	136
7.6.1.4 <i>Objetivos Específicos</i>	136
7.6.1.5 <i>Principais competências do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da FAPAS</i>	136
7.6.1.6 <i>Funcionamento do NAI</i>	137
7.6.1.7 <i>Atividades do NAI</i>	137
7.6.1.8 <i>Acessibilidade nas comunicações, pedagógica e atitudinal</i>	138
7.6.1.9 <i>O direito das pessoas com deficiência à educação superior</i>	138
7.7 Direitos Humanos	146
7.7.1 Educação, relações étnico-raciais e meio ambiente	147

8 GESTÃO INSTITUCIONAL	151
8.1 Organização administrativa da FAPAS	151
8.2 Órgãos Colegiados: competências e composição	153
8.2.1 Conselho de Administração Superior (CAS).....	153
8.2.2 Conselho de Ensino, Iniciação Científica e Extensão (CEPE)	154
8.3 Órgãos de Assessoria de Apoio da Mantenedora – EPEC para a FAPAS.....	155
8.3.1 Supervisão Administrativa da Mantenedora EPEC	155
8.3.2 Serviço Social	156
8.3.3 Centro de Processamento de Dados – CPD	156
8.3.4 Assessoria Jurídica.....	157
8.3.5 Assessoria de Comunicação.....	157
8.4 Supervisão Administrativa da IES	158
8.5 Coordenação Acadêmica	159
8.6 Coordenação de Pós-graduação	160
8.7 Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.....	160
8.8 Secretaria Geral.....	161
8.9 Ouvidoria	161
8.10 Pastoral Universitária.....	162
8.11 Setor de vendas	162
9 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	164
9.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	164
9.1.1 Atribuições da CPA	165
9.1.2 Composição e mandato	165
9.1.3 Organização administrativa, funcionamento e reuniões da CPA.....	166
9.2 O processo de Autoavaliação Institucional (AI).....	166
9.3 Sensibilização e participação da comunidade acadêmica.....	170
9.4 Instrumento utilizado na coleta de dados.....	171

9.5 Análise e divulgação dos resultados	172
10 INFRAESTRUTURA FÍSICA	175
10.1 Instalações acadêmicas e administrativas	175
10.2 Laboratório de Informática	182
10.3 Inovações tecnológicas	183
10.4 Biblioteca	184
10.4.1 Acervo da Biblioteca.....	185
10.4.2 Infraestrutura física	187
10.4.3 Política de expansão e atualização do acervo	187
10.4.4 Serviços oferecidos	188
11 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA FACULDADE	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Demonstrativo da qualificação das metas no período de 2021 a 2025.	31
Quadro 02 – Demonstrativo das Atividades Complementares de Graduação do Curso de Direito.	59
Quadro 03 – Demonstrativo das Atividades Complementares de Graduação do Curso de Filosofia	61
Quadro 04 – Demonstrativo das Atividades Complementares de Graduação do Curso de Teologia	62
Quadro 05 – Demonstrativo das Áreas de Pesquisa da Faculdade Palotina	81
Quadro 06 – Demonstrativo das Linhas de Pesquisa do Curso de Direito	85
Quadro 07 – Demonstrativo das Linhas de Pesquisa do Curso de Filosofia	86
Quadro 08 – Demonstrativo das Linhas de Pesquisa do Curso de Teologia.	87
Quadro 09 – Demonstrativo dos objetivos, metas e indicadores da Extensão articulada com Ensino e Iniciação Científica	93
Quadro 10 – Demonstrativo das estratégias da área administrativa	99
Quadro 11 – Demonstrativo dos Núcleos Institucionais.....	106
Quadro 12 – Demonstrativo das ações dos cursos, projetos e objetivos.	108
Quadro 13 – Demonstrativo das ações da CPA para o período de 2021-2025.....	173
Quadro 14 – Distribuição de equipamentos por sala de aula.....	176
Quadro 15 – Demonstrativo e previsão dos avanços tecnológicos nos serviços prestados - 2021-2025	184
Quadro 16 - Horário de funcionamento da Biblioteca.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Total de professores, alunos e instituições de Ensino Básico, Santa Maria, RS, 2017.....	21
Tabela 02 – Demonstrativo da infraestrutura física	179
Tabela 03 – Demonstrativo da infraestrutura do Laboratório de Informática	182
Tabela 04 – Acervo de livros disponíveis na Biblioteca.....	186
Tabela 06 – Acervo audiovisual disponível na Biblioteca e separados pelo tipo de suporte	186
Tabela 07 – Previsão de expansão e atualização do acervo para o período de vigência do PDI	186
Tabela 08 – Infraestrutura física da Biblioteca	187
Tabela 09 – Planilha de investimentos da IES.....	191

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivo.

O PDI expressa a visão de mundo e o papel da educação em face à conjuntura globalizada e tecnológica. Ao mesmo tempo explicita, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional; na busca da articulação entre o real e o desejável. Este documento foi construído por professores, técnico-administrativos e direção da IES, envolvendo assim vários setores institucionais, visando por em prática a gestão democrática nos trabalhos Institucionais. Dessa forma o documento quer apresentar a realidade vivenciada na Faculdade Palotina e as perspectivas que a atual equipe de trabalho almeja para a Instituição.

A Faculdade Palotina, denominada FAPAS, busca um projeto institucional comprometido com o planejamento de suas ações, sistematizado de forma coletiva e respaldada nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, a qual traz no Art. 52 que “as Instituições de Ensino Superior são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, extensão e de domínio; bem como de cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, apresenta-se o presente PDI, para o período de 2021/2025. Trata-se, pois, de uma ação estratégica desta IES, no que diz respeito à filosofia de trabalho, à missão a qual se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam essas ações; a estrutura organizacional, logística e às atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

Este Plano é pautado e fundamentado na gestão democrática, na autonomia administrativa, didático-científica e de gestão financeira; na defesa do ensino de qualidade, na indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão. Isso tudo interligado ao compromisso social, ao desenvolvimento sustentável, à igualdade de condições de acesso e também à permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios; acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade. Não esquecendo, contudo, da valorização do ser humano, do respeito à liberdade intelectual e de opinião, da ambiência do trabalho acadêmico, da interdisciplinaridade de ações e da busca dos avanços científicos e tecnológicos; comprometidos institucionalmente com a sociedade e sua qualidade de vida.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da FAPAS traça os caminhos a serem percorridos nos próximos cinco anos, dentro dos princípios estratégicos levantados, aproveitando potencialidades e oportunidades inseridas no ambiente acadêmico, tecnológico e científico.

Estruturado em objetivos, estratégias e ações a serem definidas em áreas pertinentes à competência; bem como o ensino de graduação, pós-graduação *lato sensu*, as atividades de extensão e iniciação científica; este texto traz também a gestão de recursos humanos, o compromisso social com o corpo discente, o diálogo com a sociedade, a infraestrutura física e logística, a inserção da IES em sua área de atuação e a gestão institucional. Além de abordar o histórico e o perfil da Faculdade Palotina.

Durante a vigência deste PDI será deixado em aberto a possibilidade da oferta de cursos técnicos a nível pós-médio, tecnológicos de graduação; bem como cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que poderão ser em parcerias com outras Instituições de Ensino Superior. Tendo presente que, por meio da Portaria n.º139, de 11 de março de 2021, a Faculdade foi credenciada para atuar na modalidade EaD, na vigência deste PDI a Instituição buscará, de forma própria e através de parcerias, expandir sua atuação nesta modalidade, através dos cursos de Graduação, Especializações e extensões.

A FAPAS ao apresentar seu PDI visa atender às exigências das dez dimensões expressas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). A primeira trata da Missão e do PDI; a segunda da política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a terceira refere-se à responsabilidade social da IES; a quarta, da comunicação com a sociedade; a quinta, das políticas de pessoal - as carreiras do corpo docente e técnico-administrativos; a sexta aborda a organização de gestão da IES; a sétima refere-se à infraestrutura física da IES; a oitava, ao o planejamento de avaliação; a nona sobre as políticas de atendimento aos estudantes e a décima menciona a sustentabilidade financeira.

Essas dez dimensões, contudo, estão reorganizadas em cinco eixos que compreendem: o Planejamento e a Avaliação Institucional; o Desenvolvimento Institucional; as Políticas Acadêmicas; as Políticas de Gestão e, por fim, a Infraestrutura. Enfim, levando em conta essas dimensões do SINAES, o presente PDI organiza-se a fim de dar suporte e legitimidade a todas as ações acadêmicas que irão acontecer na vigência deste documento.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Missão

A missão da Faculdade Palotina é promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, por meio da excelência no ensino, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade.

1.2 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

A FAPAS é uma instituição educacional voltada para a educação a nível técnico, superior no nível de graduação e pós-graduação, com sede na Rua Pe. Alziro Roggia, 115, Bairro Patronato, Santa Maria/RS, inscrita sob o CNPJ 17.597.895/0004-39; que tem como Mantenedora a Entidade Palotina de Educação e Cultura – EPEC. Esta, criada no dia 29 de novembro de 2012, com sede e foro na cidade de Santa Maria/RS, na Rua Pe. Alziro Roggia, 115, Bairro Patronato, Santa Maria, RS; denominada Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter educacional, cultural e científico, fundada pelos membros consagrados da Sociedade Vicente Pallotti (SVP) e inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Santa Maria/RS, sob o n.º 5830, fls. 084vº, do livro “A”, n.º 20.

A Entidade Palotina de Educação e Cultura – EPEC assumiu a função da Sociedade Vicente Pallotti na área educacional e incorporou a FAPAS, tornando-se a sua Mantenedora desde o dia quatro de fevereiro de dois mil e treze (04/02/2013).

A Sociedade Vicente Pallotti é instituição eclesiástica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, constituída como Organização Religiosa (Lei 10.825/2003), fundada em 02 de junho de 1909 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o n.º 95.602.942/0001-56, com sede e foro na Avenida Nossa Senhora das Dores, 903 – Santa Maria - RS. CEP: 97050-538.

Quanto à atuação na área educacional, a Sociedade Vicente Pallotti sempre priorizou o ensino da Filosofia e da Teologia, em função de sua natureza religiosa. Assim, em 1941, iniciou o Curso Livre de Filosofia e em 1948 o Curso Livre de Teologia, no Seminário de São João do Polêsine; na época 5º Distrito de Cachoeira do Sul, distante quarenta e cinco quilômetros de Santa Maria.

Em 1999, a entidade reavaliou sua posição e decidiu criar a FAPAS, buscando assim seu credenciamento oficial junto ao Ministério da Educação; ampliando desta forma sua área de atuação para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Através da Portaria n.º 2.615, de 06 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2001, o MEC credenciou a Faculdade Palotina como Instituição de Ensino Superior e a mesma foi credenciada por meio da Portaria n.º 1538 em outubro de 2011. No ano de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria n.º 658 de 12 de julho de 2018 que credencia novamente a Instituição a atuar no Ensino Superior. Sendo que a Portaria n.º 2.616, de 06 de novembro de 2001, autorizou o funcionamento do primeiro Curso – Licenciatura em Filosofia.

Em 10 de janeiro de 2007 por meio da Portaria n.º 25, publicada no DOU de 11/01/2007, a FAPAS recebeu do MEC o reconhecimento do Curso de Filosofia – Licenciatura - com nota quatro. Curso este que foi credenciado através da Portaria n.º 286 de 21 de dezembro de 2012. Em 2015 foi renovado o reconhecimento do curso através da Portaria n.º 1093 de 24/12/2015, publicada no D.O.U do dia 28/12/2015.

A partir da Portaria n.º 2.818, de 06 de setembro de 2004, o MEC autorizou o funcionamento do Curso de Teologia – Bacharelado. A primeira turma do Curso colou grau no segundo semestre de 2008. Em 2009 ocorreu a visita da comissão de reconhecimento, que aprovou o Curso com nota cinco por meio da Portaria nº 674, de 08 de maio 2009, publicada no DOU no dia 11 de maio de 2009. Em 2017 foi Renovado seu reconhecimento pela Portaria n.º 269 de 03/04/2017, publicada no D.O.U em 04/04/2017.

Em 04 de fevereiro de 2005, através da Portaria n.º 416, o MEC autorizou o funcionamento do Curso de Administração – Bacharelado. A primeira turma colou grau em janeiro de 2011. No mesmo ano, houve a visita da comissão avaliadora, reconhecendo o Curso com nota quatro, por meio da Portaria nº 271, de 19 de julho de 2011, publicada no DOU no dia 20 de julho de 2011. A Portaria nº 704, de 18 de dezembro de 2013, concedeu ao Curso de Administração a sua renovação e o seu reconhecimento. Em 2017 foi Renovado seu reconhecimento pela Portaria n.º 269 de 03/04/2017, publicada no D.O.U em 04/04/2017. Mais tarde, no ano de 2020, foi solicitado, junto ao MEC, o fechamento voluntário do curso de Administração presencial. A Direção da Faculdade, juntamente com a Mantenedora, optou por buscar autorização para o funcionamento do curso de Administração EaD, vinculado ao credenciamento institucional para a oferta de cursos na modalidade EaD.

No ano de 2006, por intermédio da Portaria n.º 843, de 04 de abril de 2006, o MEC autorizou o funcionamento do Curso de Direito – Bacharelado. A primeira turma colou grau

em agosto de 2011 e em junho de 2012 o Curso recebeu a visita dos avaliadores. A Portaria n.º 248, de 31 de maio de 2013, reconheceu o Curso com nota quatro. Em 2017 foi Renovado seu reconhecimento pela Portaria 269 de 03/04/2017, publicada no DOU em 04/04/2017.

Através da Portaria n.º 208, de 25 de junho de 2020, publicada no D.O.U em 07 de julho de 2020, os cursos de Direito e Teologia tiveram seu reconhecimento renovados. O curso de Filosofia ainda aguarda que o processo de renovação de reconhecimento tenha andamento na plataforma e-MEC.

No dia 12 de março de 2021, no D.O.U., foi publicada a Portaria n.º 139, DE 11 DE MARÇO DE 2021 que credenciou a Faculdade Palotina a atuar na Educação a Distância. Através da Portaria n.º 240, de 16 de março de 2021, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2021, foi autorizado o funcionamento do curso de Administração na modalidade EaD.

A Faculdade Palotina iniciou sua oferta dos cursos de Especialização no ano de 2003 com o curso de Ensino Religioso. Posteriormente, foram ofertados vários cursos de Especialização presenciais vinculados aos cursos de graduação ofertados na Instituição. Na vigência deste PDI a oferta desses cursos serão mantidas de acordo com as demandas e somadas às ofertas dos cursos de Especialização na modalidade EaD.

1.3 Concepção de educação e contextualização

A FAPAS é uma instituição ligada à Entidade Palotina de Educação e Cultura – EPEC. Instituição que busca garantir o desenvolvimento de um processo educativo, com base nos princípios do humanismo cristão, profundamente, identificado com a ética e os fundamentos de uma educação libertadora e comprometida com a realidade social da região onde está inserida.

A Faculdade visa ainda desenvolver uma formação em que educadores e educandos atuem como sujeitos participantes do seu processo educativo, a fim de despertar uma consciência crítica para a construção de uma sociedade mais igualitária e socialmente justa.

Deseja-se que professores e estudantes exerçam uma prática fundada em uma educação dialógica, possibilitando o desenvolvimento da análise e reflexão dos fatos que acontecem em sociedade. Dessa forma, acredita-se estar formando cidadãos comprometidos com a transformação da realidade, com uma prática baseada em uma solidariedade fundamentada no humanismo cristão.

Buscar e possibilitar estudos para que os acadêmicos possam compreender uma sociedade cada vez mais multicultural e inserida na comunidade global, a qual está em

constante mudança; e com isso viabilizar o entendimento das identidades culturais nas diferenças numa sociedade híbrida, são alguns dos propósitos da Instituição. Enfim, promover uma pedagogia que entenda o sujeito atual cada vez mais globalizado, fragmentado, para compreender a sua linguagem.

1.3.1 Contexto socioeconômico

Sob o ponto de vista geográfico a cidade de Santa Maria situa-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul, estando a aproximadamente 300 km de Porto Alegre e a pouco mais de 200 km das fronteiras com o Uruguai, Argentina e Santa Catarina. A denominação de cidade Coração do Rio Grande justifica-se devido ao fato de o centro geográfico do Estado situar-se no município.

Os primeiros ocupantes chegaram ao atual território de Santa Maria em meados do século XVIII. A ocupação do território visava especialmente assegurar a posse do mesmo para a Coroa portuguesa. Assim, a cidade surgiu e se desenvolveu ao redor de um acampamento militar, sendo emancipada em 17 de maio de 1858. Devido à localização, desde cedo Santa Maria recebeu diferentes correntes migratórias, especialmente no século XIX, com italianos e alemães. Posteriormente vieram outros grupos sendo atualmente a população marcada pela presença de descendentes de italianos, alemães, portugueses, libaneses, e grupos das mais diversas etnias.

De acordo com o IBGE¹ Santa Maria tem uma área de 1.780,194 Km² sendo o 34º (trigésimo quarto) maior município do Estado². A cidade faz limites com os municípios de Itaara, Júlio de Castilhos, São Martinho da Serra, São Gabriel, São Sepé, Silveira Martins, Restinga Seca, Formigueiro, São Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar.

De acordo com o IBGE, em 01 de julho de 2020 Santa Maria contava com uma população estimada pelo IBGE em 283.677 habitantes³. O município registra um crescimento de 8,6% de habitantes em relação ao Censo de 2010. Pode-se pois afirmar que o total da população é relativamente estável. Contudo, cabe informar que vários municípios do entorno diminuíram o total da população na última década, segundo estimativas do IBGE. Portanto, em termos de população total, Santa Maria se constitui em polo de migração na região central do Estado, embora em índices inferiores em décadas anteriores. Os demais indicadores

¹ Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE).

² IBGE, Censos Demográficos.

³ www.ibge.cidades, consulta em 14/12/2020

mostram que a cidade cresceu pelo fluxo migratório não registrando aumento da taxa de fecundidade. Santa Maria é a 5ª maior cidade do estado em população, sendo a principal do interior, pois as maiores cidades do Estado estão no entorno da capital ou da faixa litorânea, com exceção de Caxias do Sul, situada na encosta da serra.

Deve-se observar que como não foi realizado o Censo Demográfico em 2020, os dados são estimativas que podem estar muito próximos da realidade, contudo, os mesmos poderão divergir quando for efetivado o recenseamento. Os dados básicos, como pirâmide etária, ainda são os constantes no censo de 2010. A atual densidade demográfica do município é de 159,30 h/km².

A população urbana, que em 2010, segundo o Censo era de 95,1%, mantém-se estável com um pequeno crescimento, sendo atualmente estimada em 96,0%, somando 272.330 habitantes na área urbana e 11.347 na área rural.⁴

De modo geral observa-se que o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Rio Grande do Sul, está pouco acima do índice nacional e Santa Maria também apresenta um indicador muito próximo do conjunto do Estado. Enquanto o IDH do Brasil em 2019 era de 0,765⁵ e o país estacionou ou até perdeu posições no ranking mundial, o Estado do Rio Grande do Sul apresentava um IDHM 0,792 em 2017⁶. Quanto ao IDH, os dados desagregados disponíveis ainda são referentes ao ano do último censo, isto é, 2010. Alguns indicadores estão apresentados a seguir.

Faz-se importante observar que conforme o PNUD, *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, Santa Maria apresenta um índice de desenvolvimento humano considerado elevado, 0,784.

Dentre os indicadores básicos do IDH, a renda do município de Santa Maria segundo o IBGE “em 2018, o salário médio mensal era de 3.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 29.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 9 de 497 e 106 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 109 de 5570 e 544 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição

⁴ IBGE, Censo Demográfico, 2010

⁵ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/15/> : consulta em 15/12/2020

⁶ <https://www.google.com/search?q=radar+idhm+2017> consulta em 15/12/2020

A este respeito ver o documento do IPEA, juntamente com o PNUD, RADAR IDHM, Brasília, 2019.

264 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 4579 de 5570 dentre as cidades do Brasil”⁷.

Segundo a mesma fonte, em 2018, o número de pessoas ocupadas era de 81.354 habitantes, que representavam 28,6% do total da população, sendo que o pessoal ocupado assalariado atingia 68.323 pessoas, ou seja, 24,0% da população estimada. O total de empresas e outras organizações atuantes era de 8.759 em 2018. Ainda segundo o IBGE, percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo 30,5%. Embora, em média, a renda seja baixa, em termos gerais, registra-se um crescimento significativo em relação a 2010. Segundo o IBGE, O PIB per capita em 2017 era de 25.686,04 reais.

Os demais dados desagregados disponíveis referente à renda e População Economicamente ativa ainda são os do Censo de 2010. Mesmo organizações ligadas a este setor de atividades ainda apresentam os indicadores daquele ano:

População economicamente ativa ocupada 65%.

População economicamente ativa desocupada 5.9%.

População economicamente inativa de 29,1%.

Registra-se, portanto, uma parcela expressiva de população inativa.

O município apresenta uma acentuada vocação para o setor terciário com uma economia de consumo assentada especialmente sobre duas fontes principais de renda: Comércio/Serviços e Administração Pública. Há que se destacar a forte presença de significativo contingente militar e de funcionalismo público com a presença de importantes órgãos federais na cidade. O setor terciário, se reunirmos comércio e serviços atingir-se-ia 75,66% da população ativa. Observa-se com isso que há um problema histórico na cidade: o baixo peso da produção industrial.

Constata-se, assim, que a grande massa e o fluxo monetário da cidade de Santa Maria derivam, fundamentalmente, do serviço público; devido à presença do alto número de servidores públicos vinculados à Universidade Federal de Santa Maria, à Base Aérea de Santa Maria e do elevado contingente de militares na cidade.

Enfim, a cidade de Santa Maria destaca-se na região, no estado e no país como prestadora de serviços: comercial, educacional, médico hospitalar, rodoviário e militar policial.

⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>, consulta em 15/12/2020.

Em relação ao entorno regional setores do comércio e demais atividades econômicas estimam, aproximadamente, um milhão de pessoas sob a área de influência nos diversos setores da cidade de Santa Maria.

1.3.2 O contexto educacional

Na última década ocorreram transformações relevantes no campo da educação. Pela posição geográfica e pelas condições oferecidas, Santa Maria se constitui no principal polo educacional do interior do Estado. Vários fatores contribuíram para tal como se poderá verificar, especialmente no que se refere ao ensino superior.

Faz-se importante destacar no contexto educacional de Santa Maria, a presença de numerosas instituições religiosas, que contribuem, há décadas, com a educação no município. As primeiras escolas de ensino médio se estabeleceram na cidade já em 1909 e até os dias de hoje desempenham importante papel. Algumas delas, posteriormente, deram origem a faculdades e até mesmo universidade.

Em relação ao ensino básico, os indicadores gerais não fogem às tendências regionais: o quadro municipal não apresenta índices significativamente melhores que a região. Alguns municípios da microrregião apresentam melhores resultados, talvez favorecidos pelo menor número de alunos que devam atender. Contudo, um ponto merece ser destacado: já em 2010, Santa Maria apresentava uma taxa de escolarização de 98,1% na faixa de 6 a 14 anos.⁸

Apesar de existirem outras fontes, optou-se pelo IBGE, sempre que o mesmo apresenta dados, por se julgar mais segura e mais confiável. A Tabela abaixo oferece uma imagem da educação básica no município:

Tabela 01 – Total de professores, alunos e instituições de Ensino Básico, Santa Maria, RS, 2017

Classificação	Número de matrículas iniciais	Número de Instituições de Ensino	Número de Professores
Instituições Federais	2.764	4	220
Instituições Estaduais	21.220	41	1.245
Instituições Municipais	17.840	74	882
Instituições Particulares	15.749	56	947
Total	58.113	175	3.294

Fonte: INEP -Censo da Educação Básica / Sinopses Estatísticas, Julho de 2017.

⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama> consulta em 15/12/2020

Destaca-se o número de instituições ensino básico: 175, forte presença do Estado, e mesmo da união. O número de matrículas também é elevado: 58.113.

Em 2017, o IDEB, anos iniciais do ensino fundamental da rede pública era de 5,7 e o mesmo indicador dos anos finais do ensino fundamental da rede pública no mesmo ano era de 4,6⁹. Sem dúvidas houve uma maior cobertura pela rede educacional tanto no ensino fundamental como no médio em termos gerais.

Pode-se, pois constatar que a qualidade medida pelo IDEB indica que a educação está muito aquém do desejado nestes níveis.

Deve-se ainda observar que a cidade conta com três colégios técnicos: Escola Municipal de Aprendizagem Industrial Colégio Técnico Industrial de Santa Maria Colégio Politécnico da UFSM, além do Colégio Militar.

Os dados sobre o analfabetismo no município são ainda os do ano 2010, que apontavam que 4,8% da população de mais de 15 anos era analfabeta.¹⁰

De modo geral, podemos dizer que são índices regulares e que não mostram um diferencial significativo em relação a outras cidades como seria de esperar de um local que se autodenomina “cidade cultura”.

1.3.3 O Ensino Superior em Santa Maria

Em relação ao ensino superior o município caracteriza-se como o principal polo regional e também do interior do Estado, e conta com três universidades e várias instituições de ensino superior, que trabalham tanto com ensino presencial como em sistema EaD.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é a principal instituição da cidade e também a maior das universidades federais do interior do Estado. Criada em 1960, foi a primeira universidade federal fora das capitais. Possui 27.561 estudantes matriculados em 2020¹¹ além de 279 cursos: 141 de graduação, 108 de pós-graduação 5 cursos de ensino médio.25 de pós-médio nas modalidades presenciais e em EaD, com programas de doutorado, mestrado e especializações. A UFSM conta com 2.035 docentes e 2.655 técnicos

⁹⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama> consulta em 14/12/2020

¹⁰ <https://educacao.mppr.mp.br/arquivos> consulta em 14/12/2020

¹¹ Consulta ao Portal do UFSM. Acesso em: 05 nov. 2015.

administrativos em educação. A UFSM tem quatro campi fora da sede, localizados em: Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul e Silveira Martins.¹²

Outra importante instituição é a Universidade Franciscana, uma Instituição de Educação Superior, de direito privado e de natureza confessional e comunitária. Teve início em 1955. Em 1995, as Faculdades Franciscanas geraram o Centro Universitário, credenciado em 1998. Em março de 2018, a instituição se tornou oficialmente Universidade Franciscana. A instituição mantém 33 cursos de graduação presencial, 6 em EaD, 17 especializações, 11 residências, 6 mestrados, 2 doutorados e conta com 232 colaboradores e 424 docentes. Estava em 2020 com 5.146 estudantes matriculados.¹³

A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) possui um campus também na cidade, no qual são oferecidos os seguintes cursos: Ciências Sociais, Negócios e Direito. A Multidisciplinaridade da Negociação e Mediação Atendimento ao Cliente; Direitos Humanos

¹⁴

Além das Universidades, no contexto de Instituições de Ensino Superior, Santa Maria conta com reconhecidas faculdades, como: a Faculdade Palotina – FAPAS, a Faculdade Integrada de Santa Maria – FISMA, a Faculdade Metodista Centenário e a Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA

Além dessas há outras instituições que atuam presencialmente e inúmeros polos de outras instituições que desenvolvem educação à distância, cerca de 36 mil estudantes universitários em mais de 350 cursos de graduação e pós-graduação. Santa Maria é, também, a terceira cidade do Brasil com maior número de mestres e doutores per capita.

Sem dúvida, o município tornou-se um polo educacional importante que há anos atrai estudantes de todo Rio Grande do Sul e de outras regiões do país.

Dentre as cidades do interior do estado, Santa Maria constitui-se o principal polo educacional do interior embora Pelotas tenha sido o primeiro município a possuir uma IES.

Favorecida pela sua posição geográfica, Santa Maria desempenhou um importante papel histórico não somente para a região, mas além das fronteiras do Estado. Nos últimos 60 anos, embora tenha perdido sua influência econômica com a decadência das ferrovias, passou a assumir outra vocação: centro educacional, ou maior polo educacional do interior do Rio Grande do Sul.

A criação da Universidade Federal de Santa Maria, no final de 1960, como a primeira universidade federal fora das capitais do país ocasionou a vinda de estudantes de todo estado

¹² <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros>. Acesso em 16/12/2020.

¹³ <https://www.ufn.edu.br/site/institucional>. Acesso em 16/12/2020.

¹⁴ <https://www.ulbra.br/santa-maria>. Acesso em 16/12/2020.

gaúcho, oeste de Santa Catarina e Paraná. Tal fato também concedeu destaque à cidade e também possibilitou o surgimento de outras instituições de ensino superior.

Cabe destacar aqui a importância do aspecto religioso e o papel desempenhado pelas igrejas na cidade de Santa Maria, que foi uma das primeiras dioceses do interior do Estado; elevada a esta condição desde 1910 e recentemente transformada em arquidiocese.

Salienta-se a importância da cidade enquanto centro formador tanto do clero regional, com várias faculdades de Teologia e Filosofia, como de lideranças leigas nos diversos campos. Como centro religioso Santa Maria recebeu numerosas congregações religiosas, as quais desenvolveram um trabalho pastoral e social, passando, várias delas também a atuar no campo educacional.

Instituições que anteriormente tinham o caráter de seminário religioso, com o reconhecimento e oficialização do curso de Teologia, passaram a se constituir em Faculdades, inicialmente, submetendo-se aos critérios do Ministério da Educação, passando a ser credenciadas e reconhecidas, oficialmente, pelos respectivos órgãos públicos.

Por fim deve-se observar com as recentes transformações no campo do ensino e todo o processo e importância assumida pela EaD a cidade também sofrerá grande influência como de resto todo o país.

1.3.4 A FAPAS e o Ensino Superior

A FAPAS está inserida na tradição de formação Palotina. O antigo Colégio Máximo Palotino formava, especialmente, religiosos da congregação e tinha nos cursos de Filosofia e Teologia os seus pilares fundamentais. Estes cursos foram mantidos e assumiram caráter regional e até, mesmo, além das fronteiras do Estado desde o início.

Quando da criação da Faculdade Palotina, buscou-se construir uma instituição com uma identidade própria e que não viesse, simplesmente, a oferecer os mesmos cursos de outras faculdades ou instituições congêneres. Assim, os debates referentes à criação da Instituição questionavam que caráter deveria ter a mesma, a fim de que a justificasse e a identificasse.

Observou-se, então, que os cursos criados na região tinham um forte caráter comercial e visavam especialmente atender ao que é denominado mercado, ou, mercado de trabalho. Nesse sentido havia instituições múltiplas e não se justificaria simplesmente mais uma com as mesmas características.

Procurou-se, desse modo, criar uma instituição que guardasse vínculo com a história da Congregação Palotina e que pudesse oferecer algo, que de certa forma é tradicional, mas, também, novo no contexto descrito. Ou seja, havia a necessidade de criar uma Instituição que preservasse um profundo caráter de intenso conhecimento, com base humanística, fundada nos princípios do humanismo ocidental cristão.

Significava, com isso, oferecer não somente conhecimento científico aprofundado nos campos dos diversos cursos, mas viabilizar aos estudantes um espírito de formação de pessoas identificadas com valores sociais, humanos e culturais; de profundo respeito aos valores fundamentais: justiça, ética, dignidade da pessoa humana, dentre outros.

A Faculdade, como um todo, deveria se constituir num laboratório de humanismo contemporâneo, conservando suas raízes, mas olhando para o homem-mulher contemporâneos. Oferecendo, para isso, uma sólida formação, capaz de formar profissionais aptos no campo de trabalho e, também, pessoas humanas que contribuam para construção de uma ordem social mais justa; respeitando as conquistas sociais e buscando agir para que tal ordem seja construída.

A partir destes elementos básicos estabeleceu-se que a Filosofia e a Teologia teriam papel fundamental neste processo, e que deveriam ter atuação conjunta com os demais cursos; não somente através da atuação conjunta com todo o corpo discente, docente e técnico administrativo, mas através de ações que manifestassem presença ativa na vida da Instituição.

O primeiro passo se constituiu na transferência dos cursos citados para o Campus do Patronato. A medida provocou o deslocamento não só dos estudantes e professores, mas de toda a infraestrutura que tal decisão exigiu. A biblioteca destes cursos, cuja qualidade é reconhecida até hoje em termos regionais, foi unificada com a dos demais cursos e foi integrada e uma base única no atual complexo.

Porém, isso é apenas um dos elementos, uma vez que o fundamental se constitui na atuação tanto dos professores dos cursos de Filosofia e Teologia, como nos demais através de uma atuação permanente visando constituir um corpo harmônico, a partir dos valores acima apontados. Para que tal acontecesse e, desenvolve-se regulamente atividades em todos os setores que privilegiam tais fatores. Isto acontece regularmente através da Direção que se identifica plenamente com tais valores, desenvolvendo seminários, congressos, eventos especiais, semanas acadêmicas e outras atividades para tornar presente esta identidade e especificidade institucional. A coordenação acadêmica, bem como a coordenação de cada curso, procura inserir tais elementos e torná-los presentes em suas respectivas ações.

Prioriza-se uma formação profissional fundamentada num caráter humanístico. O caráter da instituição centra-se nesta unidade, formar pessoas capazes de atuar segundo as necessidades do mercado de trabalho, mas que também tenham sensibilidade para o social e o humano e que possam atuar como agentes sociais de transformação da realidade nacional na medida em que esta não corresponde e não atende aos direitos sociais e humanos mais básicos.

A FAPAS entende ser este um ponto fundamental em sua identidade, atendendo outra demanda social. Busca formar pessoas comprometidas com, valores sociais e humanos capazes de atender com qualidade profissional, mas também com valores humanos tão carentes em tempos de pós-modernidade. Entende ser isto um identificador e um diferencial no atual contexto regional: Formar profissionais competentes nos diversos campos de atuação com atenção às necessidades sociais e respeito aos valores do humanismo, fundamentais para na pluralidade do atual contexto oferecerem uma resposta que contemple às necessidades do homem-mulher contemporâneos.

Nesta perspectiva, a FAPAS, na vigência desse PDI, irá fazer parcerias com outras Instituições que também tem essa preocupação com o respeito aos valores do humanismo.

1.4 Objetivos e metas institucionais

A FAPAS desenvolve suas atividades atenta aos princípios da moral e da fé cristã e procura promover a educação, a ciência e a cultura, a serviço da comunidade, tendo como objetivos:

a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico em área de ciências humanas, como também do pensamento reflexivo e crítico;

b) formar acadêmicos, nas áreas do conhecimento que oferece, tornando-os aptos e capacitados para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, procurando colaborar na sua formação contínua;

c) incentivar o trabalho de pesquisa, investigação social e científica, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento da sociedade, da ciência, da tecnologia e da criação e propagação da cultura e, como consequência, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio do povo e comunicar o saber por meio do ensino em sua forma mais plena, através de publicações em todas as formas de divulgação aceitáveis;

e) suscitar, buscar desenvolver e promover o desejo e a vontade de aperfeiçoamento cultural-profissional permanente; bem como possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;

f) estimular o conhecimento e o entendimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais, assim como aqueles de grupos ou reuniões de países, de modo a prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de cooperação e reciprocidade;

g) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e das pesquisas e tecnologias geradas na Instituição; e

h) fortalecer o reconhecimento da dignidade humana e da cidadania, para uma participação mais ativa e transformadora de todos, proporcionando um bem-estar social.

1.4.1 Metas de desenvolvimento institucional e sua correlação com o plano de ação e cronograma na vigência do PDI

No início da vigência desse PDI, a Instituição recebeu a portaria para atuação na modalidade EaD¹⁵ e também Portaria de Autorização do curso de Administração na modalidade EaD¹⁶. Posteriormente será solicitada a autorização de funcionamento do Curso de Teologia EaD, Ciências da Religião EaD e outros cursos ligados à identidade da Instituição sendo eles de curta duração, especialização e extensão nessa modalidade, o que também poderá se fortalecer através de parcerias com outras instituições de ensino. A Faculdade está buscando se apropriar dos elementos necessários e da legislação para atuar na modalidade EaD e também está aprofundando conhecimentos sobre os cursos e estudando as características dos mesmos, a fim de adequá-lo, a medida do possível, a realidade social e econômica da área de atuação da Instituição.

No que se refere à educação presencial, a intenção é buscar a autorização para o funcionamento do curso de Psicologia - Bacharelado. Para tanto serão realizados estudos de mercado para ver a viabilidade ou não do curso na área de atuação da Faculdade. Neste viés, também, uma das metas da Instituição é credenciar-se para atuar na Pós Graduação em nível de Mestrado, que poderá ser profissionalizante e ou acadêmico. No entanto, tudo dependerá

¹⁵ Portaria N.º 139, de 11 de março de 2021.

¹⁶ Portaria N.º 240, de 16 de março de 2021.

do Credenciamento Institucional para esse nível educacional e de parcerias feitas com outras Instituições de Ensino Superior (nacionais ou internacionais) sempre obedecendo ao que preconiza a Legislação vigente. A intenção é ofertar mestrado em Direito Cidadania e Cultura de Paz, com previsão para 2023. Essa oferta poderá acontecer antes do tempo previsto ou não acontecer; uma vez que dependerá da demanda social e econômica do momento, das parcerias construídas e do credenciamento da Instituição para a Pós-Graduação a nível *stricto-sensu*.

A partir desse viés de Pós-Graduação, a Instituição buscará, ainda, implementar mais os cursos de Especialização. Desde 2003, a perspectiva de Cursos de Especialização já fazia parte da Instituição. Nos últimos anos, porém, a FAPAS tem ofertado várias Especializações. Para a vigência deste PDI a intenção é continuar ofertando-as, sempre que existir demanda. Entre essas especializações estão: Direito de Família; Mediação de Conflitos; Gestão de Finanças e da Informação; Educação e Direitos Humanos; Ciências Penais e Criminologia; Gestão de Pessoas e Marketing; Ensino Religioso e Filosofia; Educação e Novos Cenários Sociais; Direito Administrativo; Gestão Pública e a Especialização em Direito Militar. No decorrer da vigência deste PDI, certamente, a realidade econômica e social poderá possibilitar, ainda, a abertura de outros cursos de Especialização não citados nesse documento, como também poderá inviabilizar a oferta de cursos aqui citados.

No ano de 2021, a FAPAS completou 20 anos de existência. Durante esse tempo percorrido, caminhou para consolidar os cursos de graduação autorizados e até o momento obteve renovados os reconhecimentos. Dessa forma, a intenção é continuar trabalhando para regulamentar a Instituição, bem como os cursos já em funcionamento junto ao MEC. Para tanto, a Faculdade, continuará, também, incentivando e proporcionando fomentos de formação aos professores e técnicos administrativos, visando impulsionar os professores à qualificação da titulação, melhorando sempre que possível o regime de trabalho; tendo em vista o plano de carreira da Instituição, para assim dar continuidade aos planos de cargos e salários. Tais proposições buscam potencializar os indicadores do Eixo 4 - política de gestão, no que tange às políticas de pessoal, atendendo às as solicitações expressas nos resultados da avaliação institucional por parte dos segmentos docente e técnico-administrativo.

A fim de estimular ainda mais a produção científica dos acadêmicos e professores, objetiva-se o fortalecimento das revistas institucionais, dos eventos internos, bem como a parceria com outras Instituições, através de eventos e cursos. Tendo em vista que as tecnologias podem auxiliar no processo ensino aprendizagem busca-se a frequente

atualização da informatização acadêmica. Ou seja, o Laboratório de Informática, os acessos à internet e a pesquisa via sinal *wi-fi* estão em constante monitoramento, a fim de que possam facilitar o acesso da comunidade acadêmica ao mundo tecnológico. Manter em pleno funcionamento em cada sala de aula os aparelhos de data show, aprimorar as revistas eletrônicas dos cursos; a página institucional; a ouvidoria on-line; a biblioteca on-line e física e disponibilizar a atualização do sistema de comutação bibliográfica são algumas das ações da Faculdade postas em prática constantemente. Assim, como o acompanhamento dos egressos, o agendamento dos recursos de multimídia, os quais se fazem necessários para a aula de forma on-line; além de manter o guia acadêmico sempre atualizado na página institucional, aperfeiçoar, também, os diários de classe on-line e possibilitar que a certificação e a frequência dos eventos seja toda feita de maneira eletrônica são itens que fazem parte do sistema de aperfeiçoamento tecnológico da FAPAS.

Objetivando a inovação tecnológica se faz presente nas metas institucionais a implementação das disciplinas semipresenciais, o que se dará na vigência deste PDI; com auxílio do programa TOTVS S.A., O “RM Educacional”, em consonância com a plataforma Moodle. Os cursos já contam com a realidade semipresencial, sendo esta uma parte do processo de ensino aprendizagem nas disciplinas da graduação presencial. A perspectiva de melhorias a Instituição almeja a continuidade das salas de aula com mobiliário confortável, boa iluminação, ar-condicionado; a fim de que esse ambiente favoreça ainda mais a construção do conhecimento no momento da aula.

A Faculdade realiza a autoavaliação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, como parte da Autoavaliação Institucional. Para que todos esses elementos sejam valorizados é necessário na validade do PDI prosseguir implementando políticas e práticas de desenvolvimento integrado das ações de ensino, iniciação científica e extensão; atualizando e aperfeiçoando o projeto pedagógico da Instituição, os núcleos institucionais, bem como fortalecendo a política de iniciação científica e de extensão. Buscando suas ampliações de acordo com as demandas da área de atuação em que a Faculdade está inserida; tendo presente que as ações intencionistas devem contribuir para o desenvolvimento social. Internamente a Instituição continuará fortalecendo a assessoria de relações públicas para favorecer a comunicação interna e externa da faculdade, otimizando a Pastoral iniversitária, a qual trabalha para auxiliar na manutenção da identidade institucional, reforçando os núcleos institucionais que aproximam a instituição das pessoas que constituem a área de atuação acadêmica da Faculdade; fortalecendo assim a atuação dos acadêmicos e professores com as pessoas que vivem no entorno da Instituição.

Com o objetivo de facilitar esse processo acima mencionado, a Faculdade busca articular as áreas temáticas da IES com as linhas dos cursos e adequar o regimento interno da Faculdade. Para a concretização dessas metas e ações, contudo, se faz necessário algumas estratégias administrativas na validade do PDI, tais como: continuar desenvolvendo ações para constituição de uma modelo palotino de gestão acadêmico administrativa; acompanhar o desempenho econômico-financeiro social e também da área de atuação da faculdade; interagir e mensurar a satisfação dos acadêmicos e da comunidade em relação aos serviços prestados próprios e terceirizados; garantir os recursos para a autoavaliação institucional; manter e conservar o recurso patrimonial e material; desenvolver ações para implantar a política qualificada de marketing, negócios e comunicação institucional; disponibilizar sistemas informatizado de trabalho e capacitar e desenvolver as potencialidades humanas.

O Planejamento e a Gestão Institucional resultam de um processo interno de desenvolvimento, articulados com os resultados dos processos de avaliação interna e externa, o qual parte da reflexão e assimilação de estratégias voltadas para a viabilização das capacidades e competências necessárias para a implementação de uma Gestão; cujos principais aspectos envolvidos são: priorização das ações da FAPAS em seu quadro de alunos e comunidade, desenvolvimento sustentável com a compatibilização de receitas e despesas. Todo custo e/ou investimento poderá ser assumido a partir do momento em que houver disponibilidade de recursos para tal ou a potencialidade de auto-sustentação, viabilização técnica e operacional. Buscando-se, assim, alternativas mercadológicas para manutenção do ponto de equilíbrio e crescimento patrimonial/financeiro, para viabilização de novas iniciativas e investimentos da FAPAS; bem como ações e realizações da Faculdade que somente serão desenvolvidas dentro de padrões rigorosos de excelência acadêmica e gestão administrativa. As ações deverão ser planejadas, de caráter global, a médio e longo prazo e necessitam prever o macro objetivo, suas estratégias, características, cronograma e possibilidades/condições de viabilização. Estabelecendo ainda o elenco de metas e suas prioridades, para todas as áreas de atuação da FAPAS, inovação, competência, criatividade, compromisso, ética nas relações, profissionalismo e desenvolvimento contínuo; componentes indispensáveis e constantes à consciência profissional desenvolvida pela Instituição, com foco no desempenho e nos resultados. Enfim, o cumprimento dos objetivos, metas e ações estratégicas traçadas são fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento da FAPAS.

Quadro 01 – Demonstrativo da qualificação das metas no período de 2021 a 2025.

Metas	2021	2022	2023	2024	2025
Estudar e Projetar a Autorização de Novos Cursos de Graduação	X	X	X	X	X
Buscar a Autorização para o funcionamento do curso de Psicologia – Bacharelado			X	X	X
Buscar a Autorização para o funcionamento do curso de Filosofia - Bacharelado	X	X	X	X	X
Qualificar Titulação Docente e Regime de trabalho	X	X	X	X	X
Promover Eventos Internos e com Outras IES	X	X	X	X	X
Incentivar Docentes e Alunos para a Produção Científica	X	X	X	X	X
Investir na Formação do Pessoal Técnico-administrativo	X	X	X	X	X
Fortalecer e Incentivar as Revista Institucionais	X	X	X	X	X
Dar continuidade ao Plano de Cargos e Salários	X	X	X	X	X
Atualizar de Maneira Permanente o Laboratório de Informática	X	X	X	X	X
Atualizar a Informatização Acadêmica	X	X	X	X	X
Implementar Cursos de Especialização <i>Lato Sensu presencial e EaD</i>	X	X	X	X	X
Estudar a Possibilidade de Implementar Curso Mestrado				X	X
Buscar Credenciamento para o Mestrado					X
Ofertar curso de Mestrado em Direito Cidadania e Cultura de Paz					X
Ofertar curso de Mestrado em Filosofia					X
Fortalecer a Autoavaliação na Instituição	X	X	X	X	X
Fortalecer a Autoavaliação dos Cursos	X	X	X	X	X
Potencializar o acesso à Internet para professores e estudantes	X	X	X	X	X
Manter os Cursos de Graduação e a Instituição Regulamentada Junto ao MEC	X	X	X	X	X
Atualizar Sistema de Comutação Bibliográfica (COMUT)	X	X	X	X	X
Fortalecer a Assessoria de Relações Públicas	X	X	X	X	X
Fortalecer a Ouvidoria	X	X	X	X	X
Otimizar a Pastoral Universitária	X	X	X	X	X
Adequar o Regimento Interno	X	X	X	X	X
Implementar Políticas e Práticas de Desenvolvimento Integrado das Ações de Ensino, Iniciação Científica e Extensão	X	X	X	X	X
Aperfeiçoar e Atualizar o Projeto Político Pedagógico da Instituição	X	X	X	X	X
Fortalecer os Núcleos Institucionais	X	X	X	X	X
Criação do Núcleo de Proteção Integral da Criança e do Adolescente	X	X	X	X	X
Fortalecer a Política de Iniciação Científica	X	X	X	X	X
Fortalecer Programas de Capacitação de Docentes e Funcionários	X	X	X	X	X
Articular Áreas temáticas da IES com as Linhas dos Cursos	X	X	X	X	X
Ampliar a Política de Extensão	X	X	X	X	X
Realizar Ações Extensionistas que Contribuam para o Desenvolvimento Social	X	X	X	X	X
Implantar Disciplinas e Ações Semipresenciais	X	X	X	X	X
Atualização Permanente da Biblioteca	X	X	X	X	X
Implementar o curso de Administração EaD e Buscar posteriormente ofertar o curso de Teologia no formato EaD	X	X	X	X	X
Buscar a autorização do curso de Ciências da Religião no Formato EaD			X	X	X
Ofertar Especializações EaD da Instituição		X	X	X	X
Ofertar Cursos de Curta Duração e extensão EaD		X	X	X	X
Ofertar cursos de graduação e especialização EaD através de parcerias com outras IES	X	X	X	X	X
Buscar a efetivação da Internacionalização da Faculdade	X	X	X	X	X
Dar continuidade ao Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos	X	X	X	X	X
Implementação gradativa dos 20% da carga horária das disciplinas no formato EaD com auxílio da plataforma Moodle.	X	X	X	X	X

1.5 Área de atuação acadêmica

A FAPAS tem sua área de atuação acadêmica centralizada no município de Santa Maria e seu entorno regional no que tange o ensino presencial de graduação e Pós-Graduação. Em relação à extensão sua atuação vai ao encontro das necessidades e demandas da área de atuação da mantenedora e das necessidades que as Instituições conveniadas com a Faculdade apresentarem e estas podem ir além do entorno regional da Faculdade.

Com o credenciamento para a modalidade EaD a Faculdade Palotina - FAPAS, através da sua Mantenedora Entidade Palotina de Educação e Cultura – EPEC, irá estender o seu contrato de comodato já celebrado com a Sociedade Vicente Pallotti, para utilização do prédio da sede da Faculdade e para poder utilizar os prédios onde a Sociedade Vicente Pallotti atua, com a finalidade de serem polos da modalidade EaD. Também podem ser firmados contratos, parcerias com outras Instituições jurídicas em locais onde os membros da mantenedora não atuam, para serem polos dos cursos EaD ofertados pela Faculdade e aqueles em parceria com outras IES.

Desse modo, tem-se, então, que a prioridade não é aquilo que determina o mercado, apesar de a Instituição não desconhecer suas demandas, mas o comprometimento com a qualidade intelectual a ser oferecida aos alunos; com a qualidade de produção filosófica, teológica, científica, social e, principalmente, com o atendimento às expectativas da comunidade. Formando, assim, profissionais competentes e aptos a encontrar soluções para os problemas locais, regionais e nacionais.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Este capítulo pretende apresentar o Projeto Pedagógico da Instituição, seus princípios metodológicos, a organização didático-pedagógica, políticas de ensino, políticas de iniciação científica, comitê de ética, políticas de extensão, pós-graduação e políticas de gestão, estes elementos também estarão em sintonia com os PPCs dos cursos de Graduação e demais atividades que a Instituição promover envolvendo a construção do conhecimento.

2.1 Inserção social e regional

A Faculdade Palotina de Santa Maria - FAPAS - está inserida na história educacional da região central do estado do Rio Grande do Sul e serve de referência ao ensino superior, através da excelência dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

Localizada num bairro central de Santa Maria, o Bairro Patronato, o Campus situa-se em posição estratégica, de fácil acesso a toda a população. Esta vantagem permite à Instituição reunir alunos dos mais diversos setores da sociedade, promovendo a inserção social. Fatores que a tornam competitiva.

A partir do contexto demográfico, educacional e econômico, a FAPAS anseia contribuir com o desenvolvimento da região. Cabe ressaltar aqui a inserção de mais de um século dos religiosos da União do Apostolado Católico, palotinos, na região; a profunda vinculação com a história da imigração e o desenvolvimento social da área do em torno da FAPAS. Há uma profunda identificação dos membros da mantenedora com a cultura regional e com a história do desenvolvimento desta área, através de uma atuação no campo da formação.

A Instituição visa oferecer cursos com uma identidade a partir de sua visão humanística, possibilitando aos formandos um conhecimento em geral qualitativo e que contribua para a compreensão do contexto regional.

A FAPAS entende que possui elementos os quais não sejam exclusivos, são bem próprios e lhe conferem identidade e caráter próprio em seu campo de atuação. Para tanto, ao criar os cursos buscou tanto interesses de formação religiosa como sociais, mas favoráveis à região. Destacam-se, assim, os cursos de Filosofia e Teologia, os quais atendem a formação de seminaristas das dioceses da região e possuem entre os alunos os provenientes das dioceses circunvizinhas como Cruz Alta, Cachoeira do Sul, Uruguaiana, Santo Ângelo, bem como os de Santa Maria.

Entre os religiosos, palotinos ou não, há estudantes provenientes dos estados da Região Sul, Centro-Oeste e até mesmo Norte. Merece especial menção à presença de estudantes moçambicanos, por força da atuação dos palotinos em Moçambique há algumas décadas. Sem dúvidas, influência, extremamente, positiva a partir da presença dos estudantes de Teologia e Filosofia, em sua grande maioria seminarista e, portanto, em preparação para o ministério sacerdotal.

Tal ocorrência favorece a cultura de um ambiente fraterno e carismático, algo muito prezado e estimulado pela Direção. A dimensão da Instituição faz com que estes elementos permeiam a formação de todos os cursos e áreas da faculdade.

A partir do contexto socioeconômico destaca-se o papel de outras instituições de ensino superior, mais precisamente a Universidade Federal de Santa Maria, onde as camadas populares têm menos oportunidade de acesso, embora exista a políticas de cotas. Desse modo, a FAPAS dispõe bolsas de estudo a fim de possibilitar a presença daqueles que dispõem de menos condições sociais. Entre os estudantes observa-se a presença de membros da faixa mais baixa de renda, os quais são atendidos pelo programa bolsa família. O que, por sua vez, configura claramente a preocupação social da Instituição.

A Instituição também contribui com significativa presença em cursos para formação de agentes pastorais e políticos, tanto em âmbito local quanto regional. Ou seja, a FAPAS tem participação sistemática em cursos de formação de agentes pastorais, em diversas dioceses do Estado, por meio do curso de Teologia Popular. Sem contar, com a participação ativa dos professores nos cursos de formação de agentes políticos e sociais, em atividades tanto arquidiocesanas como regionais.

Vale destacar que com frequência os professores da Instituição são chamados para ministrar palestras, conferências e cursos de formação para agentes pastorais como para encontros regionais de formação de professores e outros. Durante estes encontros o caráter humanístico da atuação e da identidade institucional são constantemente abordados.

Outro elemento que favorece de modo significativo este processo da inserção social da Instituição é o fato de a Gráfica Pallotti estar situada ao lado da FAPAS e pertencer à União do Apostolado Católico; uma vez que ela – Gráfica - tem sido apoio constante para o desenvolvimento das mais diversas atividades da faculdade.

Os eventos, tanto semanas acadêmicas, estágios curriculares, seminários, congressos e extensão dos diferentes Cursos da Instituição, também, preservam esse caráter. Enfatiza-se, aqui, o fato de a Instituição em convênio com outros órgãos do Município, empresas particulares e de possuir um programa de formação com bolsas de estudos e ou descontos.

A FAPAS não tem caráter empresarial e não tem entre os seus objetivos fins lucrativos ou ganhos econômicos. Embora ainda não tenha reconhecimento como instituição comunitária, se enquadra nessas características e está buscando tal reconhecimento. Ela procura manter-se a partir de receitas próprias, contando sempre que necessitar com o apoio logístico e estrutural da mantenedora em que está inserida. Isso, contudo, lhe possibilita atender algo muito precípuo que é: ter um objetivo social, cultural e primar pela formação de profissionais conscientes e inseridos no contexto em que irão atuar.

A Instituição entende que deve priorizar uma formação em que se defendam, sobretudo, os valores éticos. Levando-se em conta o atual contexto nacional, tanto histórico quanto contemporâneo em que estes valores, nos diversos campos de trabalho são relegados ao plano secundário ou são inexistentes; busca-se um desenvolvimento de formação o qual privilegie valores de justiça social, respeito à dignidade da pessoa e às instituições sociais. Sobrepondo-se, assim, os interesses coletivos aos individuais. A cidadania é vista como ponto central no desenvolvimento das atividades, acadêmicas ou outras. Tais ações perpassam e de certa forma constituem linhas transversais das diferentes disciplinas e atividades e também estão presentes em seminários, congressos e eventos promovidos pela Instituição. Deseja-se que tais pontos constituam um diferencial em relação à formação ministrada no ensino superior de modo geral, muito voltada a interesses econômicos.

Há ainda um grande estímulo feito pela Direção e demais instâncias acadêmicas para que os estudantes participem das diferentes atividades tanto de ensino, ou conselhos ou até mesmo de extensão, como elementos complementares da formação.

2.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas

A FAPAS entende que a escolha da metodologia pedagógica (métodos, técnicas e recursos), deve refletir os objetivos de ensinar e aprender, bem como aos conteúdos a serem desenvolvidos com os alunos. Devendo tal processo ser avaliado de forma contínua e dinamicamente. É preciso examinar os conhecimentos prévios e os pré-requisitos acumulados para a aprendizagem dos conteúdos e, também, o perfil da turma; pois uma metodologia pode trazer resultados satisfatórios para determinado grupo, mas se mostrar inadequada para outro. É importante, ainda, definir o espaço e o tempo disponível, considerando que o imprevisto pode ocorrer, desequilibrando o planejamento.

No caso da aprendizagem, a Instituição considera importante que seja possibilitada aos alunos, de forma gradual, a:

- a) assimilação de conhecimentos;
- b) apropriação desses conhecimentos através da prática de exercícios;
- c) transposição dos conhecimentos para situações-problema; e
- d) criação de novas visões e interpretações para problemas reais.

Para alcançar a ‘assimilação de conhecimentos’, o método expositivo mostra-se bastante apropriado, podendo ser aplicado através de técnicas de exposição oral, demonstração, apresentação de filmes, conferências, etc.

Para a ‘apropriação dos conhecimentos’ o aluno deverá reproduzir os conteúdos e metodologias aprendidas, através da prática de exercícios. Este expediente faz com que se desenvolvam habilidades, integrando conhecimentos ao acadêmico, tornando o aluno o elemento central do processo, independente do professor.

Para a ‘transposição dos conhecimentos’ o professor deve utilizar métodos de solução de problemas determinados, criando situações-problema a serem equacionadas através da experiência adquirida nas duas primeiras etapas do processo. É o exercício prático, o laboratório, a experimentação, que exige cada vez mais equipamentos sofisticados e versáteis para reprodução das tecnologias em constante desenvolvimento.

Para a ‘criação de novas visões e interpretações dos problemas reais’, devem ser propostas aos alunos situações-problema, cuja solução exija um nível de conhecimento pouco acima do que lhe foi passado, forçando-os a criar e correlacionar conhecimentos que, associados aos já adquiridos, permitirão desenvolver soluções novas para problemas novos.

Os métodos para alcançar e aferir estas propostas devem ser aplicados através de técnicas como: exposição individual, grupal, simpósios, conferências, dinâmicas para produção de novas ideias, demonstrações, estudos de casos, jogos e simulações e estudo através de texto. Desde que tudo aconteça dentro de uma prática docente crítica, com conteúdos contextualizados, comprometidos com o processo de ensinar e aprender com a competência científico-tecnológica, com o exercício profissional e com objetivos ético-políticos. Fica como sugestão a utilização da prática de monitoria e estágios para oportunizar aos alunos condições de enriquecimento e promoção da melhoria da sua aprendizagem.

A busca da interdisciplinaridade deve propiciar a superação da linearidade, da fragmentação e da artificialidade que podem impregnar o ensino baseado em paradigmas estritamente positivistas. Assim, a interdisciplinaridade deverá ser elaborada e

operacionalizada a partir de reuniões dos professores responsáveis pelas disciplinas, reuniões dos coordenadores de curso com os professores, reuniões dos colegiados dos cursos; bem como reuniões dos Núcleos Docentes Estruturantes, e da Coordenação Acadêmica com os coordenadores de Curso e professores, a fim de discutir a opção institucional, implicando na concepção de trabalhos conjuntos entre as disciplinas.

A FAPAS propõe, através do seu Projeto Pedagógico, uma educação que deve valorizar a descoberta e a prática consciente de novas formas de pensar e compreender o mundo, permitindo a passagem para um estado de conhecimento maior e mais complexo, com percepção das conexões e do significado do contexto.

A prática docente orienta-se pelos seguintes princípios metodológicos:

- a) o professor deve estar aberto à comunicação, à troca, à reflexão, aos desafios. O aluno é visto como um ser indiviso, que constrói conhecimento, usando não apenas a razão, mas a intuição, as sensações e as emoções. Educar, então, significa respeitar o conjunto de inteligências que cooperam harmoniosamente entre si;
- b) a educação deve ajudar o aluno a conhecer sua natureza, percebendo seus talentos, qualidades, carências e emoções, visando orientá-lo de forma construtiva em direção ao bem comum. Esta concepção implica na revisão de valores, que envolvem melhorias na qualidade dos relacionamentos, levando à justiça social, solidariedade e fraternidade;
- c) o ambiente deve estar propício às aprendizagens, valorizando o resgate do ser humano e a busca de novas formas de pensar, de compreender o mundo e de valorizar as questões ético-pedagógicas;
- d) a pessoa constrói seu próprio conhecimento, na interação que faz com o mundo. Com os outros, organiza sua própria experiência e aprende de um jeito que lhe é original e específico. Por isso, a ênfase da aprendizagem deve ser mais na perspectiva da construção do conhecimento e não na simples transmissão de informações;
- e) a pessoa deve aprender a aprender, por isso é necessário que haja uma reorganização das estruturas da mente. Para tanto, é preciso criar perturbações, desequilíbrios (situações-problemas), que a levem ao esforço de auto-organização, de reequilíbrio, de incorporação de algo em suas estruturas e de uma nova organização;
- f) o ensino deve estar voltado à investigação, fazendo com que o aluno domine diferentes formas de acesso à informação, avalie, tomando consciência e sabendo

decidir. As metodologias devem desenvolver habilidades para a aquisição de competências, com vistas à sua autonomia; e

- g) à educação cabe fornecer os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele. Para assim proceder, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão de algum modo, para cada pessoa, os pilares do conhecimento, segundo o Relatório Dellors¹⁷: ‘aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver’.

2.3 Organização didático-pedagógica

2.3.1 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

Estabelece critérios gerais para a definição do perfil do egresso da Instituição e a seleção de conteúdos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos.

2.3.1.1 Perfil do Egresso

A educação que a FAPAS se propõe a praticar em seus cursos visa formar cidadãos numa perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar:

- a) com conhecimento necessário para trabalhar, tanto individualmente como em equipe;
- b) com elevada consciência política e social;
- c) com conhecimento dos problemas locais, regionais e nacionais;
- d) com entendimento técnico para liderar projetos, tanto no setor público como no privado; e
- e) com sensibilidade para os problemas da humanidade, do ponto de vista ético e moral, orientado para a construção de um mundo socialmente digno.

A FAPAS propõe-se o desafio da formação de profissionais competentes e capazes de sobressaírem-se diante dos diversos desafios políticos, sociais, culturais ou econômicos. Assim, o perfil do profissional deverá adequar-se às necessidades do mercado de trabalho,

¹⁷ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, 1996.

ênfatizando as questões éticas, sendo crítico, capaz de contribuir para a transformação da sociedade, voltado para o mercado de trabalho, aliando a competência profissional à competência humana e espiritual para o exercício consciente da cidadania. Ou seja, quer preparar profissionais capacitados para competir no mercado moderno, com responsabilidade, respeito e senso crítico, voltado para o crescimento do ser humano, dentro dos princípios sociais, éticos, solidários e justos.

2.3.1.2 Seleção de conteúdos

A definição dos conteúdos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos parte de premissa teórica segundo a qual a elaboração curricular leva em conta a análise da realidade a ser atingida com referenciais específicos tais como:

- a) sócio-antropológico – considera os diferentes aspectos da realidade em que o currículo será aplicado;
- b) psicológico – refere-se ao desenvolvimento cognitivo do aluno;
- c) epistemológico – considera a característica própria das áreas do saber tratadas pelo currículo; e
- d) pedagógico – considera o conhecimento gerado na sala de aula e em experiências prévias.

O processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O aluno deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, entre outras.

Ao selecionar os conteúdos, o professor trabalha conforme sua visão de mundo, sua prática e sua representação social. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo e, para tanto, em suas disciplinas, os Colegiados de Cursos e os docentes irão:

- a) tomar como referência a prática profissional;
- b) analisar criticamente as formas de seleção, organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado, no processo de ensino;

- c) identificar a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- d) discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos orientadores do processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida; e
- e) considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Assim, o planejamento de conteúdos, dos planos de ensino de disciplinas e atividades complementares responde a uma estratégia de debates colegiados e formação continuada inerente à proposta humanístico-social, que garantem o aspecto ético na formação dos alunos.

Dentro desta perspectiva, a IES oferece a disciplina de Identidade e Missão Palotina para todos os cursos, visando fortalecer a discussão dos pressupostos que originam a missão da mantenedora, nos acompanham e nos projetarão para o futuro.

As atividades didático-pedagógicas que respondem à formação técnico-profissional, na medida do possível, devem ser oferecidas através de atividades interdisciplinares, garantindo uma formação técnica qualificada e com responsabilidade social.

Como estratégia de garantia a implementação de conteúdos interdisciplinares a vivência acadêmica acontece através de fomento à atualização de conteúdos oriundos da dinâmica social, gerenciando as interlocuções com a matriz curricular, as vivências acadêmicas e as demandas sociais, fomentando atividades diversas que garantam ações afirmativas internas e vivências externas diante das demandas apresentadas pela sociedade.

Nesse sentido cada curso de graduação através das coordenações, NDE e Colegiado estão atentos ao que preconiza a legislação vigente em relação à seleção e elaboração dos currículos. Sendo assim apresentamos logo abaixo como cada curso se organiza.

a) Curso de Direito

Os parâmetros para a seleção de conteúdos e elaboração curricular ocorrem através da análise atenta das diretrizes curriculares para os Cursos de Direito, das exigências para a atuação profissional com excelência e da dinâmica social que exige atualização constante tanto no aspecto da legislação como da doutrina e da jurisprudência.

Esse trabalho é desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, que, juntamente, com o Colegiado propõe e efetiva as necessárias adequações no Projeto

Pedagógico do Curso. A atualização dos conteúdos e da bibliografia é realizada a cada início de semestre letivo em acordo com a matriz curricular.

b) Curso de Filosofia

O conjunto de disciplinas do currículo do Curso de Licenciatura em Filosofia da FAPAS é constituído pelo elenco tradicional proposto nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Filosofia, que seguiu o parecer 277/62. O curso de Filosofia FAPAS segue o que determina a Resolução 2 CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e por último atualiza o currículo do curso tendo presente a Resolução CNE/MEC 2 de 02 de julho de 2015.

O curso se organiza tendo presente as disciplinas que constituem o núcleo sistemático, histórico e indispensável à formação do Licenciado em Filosofia e formam parte obrigatória (Disciplinas Obrigatórias-2765h) dos conteúdos curriculares oferecidos ao longo do curso.

Forma o elenco de disciplinas de complementação curricular as disciplinas Complementares, do núcleo flexível do currículo, com oferta ocasional, e que visam complementar as áreas do conhecimento, de forma flexível; segundo exigências e especificidade do curso e do interesse dos acadêmicos. Para a integralização curricular, o acadêmico por sua vez deve optar, dentre estas por 240 h, inseridas na sequência curricular de acordo com o interesse e disponibilidade do aluno. As disciplinas complementares, contudo, não substituem as disciplinas obrigatórias, conforme o Regimento Geral da Faculdade.

As disciplinas didático-pedagógicas (Disciplinas Didático-Pedagógicas-1115h), obrigatórias para a formação do Licenciado em Filosofia. Tais disciplinas serão oferecidas desde o início do curso, no ambiente escolar sob a forma de pesquisa e prática em sala de aula, na rede do ensino público e particular. O aluno ainda deverá perfazer, ao longo do curso, segundo critérios estabelecidos pelo Colegiado do mesmo e com comprovação através de certificado ou atestado, 200 h em Atividades Complementares de Graduação.

c) Curso de Teologia

O Curso procura renovar-se para estar sempre adequado às exigências do Ministério da Educação referente aos cursos de Teologia no Brasil e às orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que seguem as diretrizes da Ratio

Sacerdotalis, como também as orientações da FAPAS. O Curso apresenta objetivos bem definidos e em sintonia com o objetivo maior e a missão da Faculdade Palotina e pauta-se por princípios norteadores e pelo perfil do bacharel a ser formado.

A finalidade do Curso de Teologia da FAPAS é acadêmico-pastoral. Ou seja, por um lado, almeja estar em harmonia com o Magistério da Igreja, sobretudo do Brasil e da América Latina, e, por outro, visa manter um olhar aberto para a realidade de onde surgem os desafios pastorais. Anseia-se o equilíbrio entre a parte sistemática e a ação pastoral, a fim de evitar-se uma teologia, puramente, especulativa ou um mero pastoralismo.

A estrutura curricular foi reformulada em concordância com todos os pareceres propostos para o curso de Teologia, especialmente, segundo o parecer do CNE/CES Nº 60/2014, de 12 de Março de 2014.

O curso de Teologia da FAPAS segue as orientações do Parecer CNE/CES Nº 118/2009, aprovado pelo em 6/5/2009, e reexaminado pelo Parecer CNE/CES Nº 51/2010 de 09/3/2010, homologado e publicado no D.O.U. de 24/9/2010, Seção 1, Pág. 631. Pareceres estes, que dão orientações para instrução dos processos referentes ao credenciamento de novas Instituições de Educação Superior e de credenciamento institucional que apresentem cursos de Teologia, bacharelado.

No que diz respeito ao currículo, esses Pareceres retomam e reafirmam o Parecer CNE/CP nº 241/1999, consolidado pelo Parecer CNE/CES nº 63/2004, e dizem: “em não se tratando de uma profissão regulamentada, não há de fato, nenhuma necessidade de estabelecer diretrizes curriculares que uniformizam o ensino desta área de conhecimento”. Embasado nisso, dizem os dois Pareceres: “Tendo em vista estas considerações, votamos no sentido de que: os cursos de bacharelado em Teologia sejam de composição curricular livre, a critério de cada instituição, podendo obedecer a diferentes tradições religiosas”.

Contudo, um avanço na questão se encontra na RESOLUÇÃO Nº 4, de 16 de Setembro de 2016, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Teologia e dá outras providências. É considerando, então, as novas orientações deste parecer que o curso de Teologia da FAPAS organiza as (disciplinas, estágio, atividades complementares). *Por essa razão*, o estudo das teologias, dentro da área de Ciências Humanas conforme classificação CAPES/CNPq, não pode prescindir de conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais, da Filosofia, da História, da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia e da Biologia, entre outras.

Enfim, o estudo da Teologia deve, ainda, buscar diálogo com outras áreas científicas, possibilitando estudos interdisciplinares.

Salienta-se, outrossim, a importância do respeito à laicidade do Estado, a fim de evitar que os cursos tenham um caráter exclusivamente proselitista, fechado em uma única visão de mundo e de homem. Espera-se que os cursos de graduação em Teologia, bacharelado, formem teólogos críticos e reflexivos, capazes de compreender a dinâmica do fato religioso que perpassa a vida humana em suas várias dimensões.

Assim, propõe-se, então, que os currículos dos cursos de graduação em Teologia, bacharelado, desenvolvam-se a partir dos seguintes eixos:

- a) Eixo teológico** – contemplar os conhecimentos que caracterizam a sua identidade e preparar o aluno para a reflexão e o diálogo com as diferentes teologias nas diferentes culturas;
- b) Eixo filosófico** – contemplar conteúdos curriculares que permitam avaliar as linhas de pensamento subjacentes às teologias, refletir sobre as suas bases epistemológicas e desenvolver o respeito à ética;
- c) Eixo metodológico** – garantir a apropriação de métodos e estratégias de produção do conhecimento científico na área das Ciências Humanas;
- d) Eixo histórico-cultural** – garantir a compreensão dos contextos histórico-culturais;
- e) Eixo sociopolítico** – contemplar análises sociológicas, econômicas e políticas e seus efeitos nas relações institucionais e internacionais;
- f) Eixo linguístico** – possibilitar a leitura e a interpretação dos textos que compõem o saber específico de cada teologia e o domínio de procedimentos da hermenêutica;
- g) Eixo interdisciplinar** – estabelecer diálogo com áreas de interface, como a Psicologia, a Antropologia, o Direito, a Biologia e outras áreas científicas.

2.3.1.3 Atividades de prática profissional.

As práticas curriculares tratam de uma atividade que se constrói no âmbito do ensino e deverá ser tão flexível quanto os outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmico-científico-profissional.

Estas atividades, articuladas com o ensino, estão ligadas ao conceito de “capacidade laborativa” na medida em que as competências geradas irão contribuir para a formação específica do aluno, no que se refere à sua formação profissional; bem como ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade). Logo, estas competências constituem, na

verdade, um profissional polivalente que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mercado de trabalho.

A FAPAS pretende oportunizar situações concretas, vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico-humano-político. Subsidiada pela fundamentação teórica de ensino e de aprendizagem, a Instituição prevê que a formação de um profissional competente, depende de uma metodologia de ensino cuja prática se associa à teoria, numa simbiose que extrapola os conceitos desarticulados da prática-teoria.

Desse modo, as organizações conveniadas oferecerão o ambiente para a experiência na prática profissional representando a maneira com que os acadêmicos irão se defrontar no mercado de trabalho, promovendo, assim, a coexistência do exercício da prática com a reflexão inerente, embasada nos fundamentos teóricos que lhe servirão de patamar para análise.

Dentre os meios para operacionalizar a prática profissional, encontram-se:

- a) atividades complementares, que possibilitem a integração teórico-prática, valendo como parte de um currículo expresso de um lado e oculto de outro, que não está explicitado na estrutura curricular regimental;
- b) adoção de linhas didático-pedagógicas que orientam e direcionam a prática, buscando respostas para as questões do cotidiano e a sustentação dos modelos de ensino voltados para a prática; e
- c) programas de ensino, sustentados em concepções pedagógicas crítico-reflexivas, com orientação teórico-metodológica que articulem ensino-trabalho, e teoria-prática numa perspectiva interdisciplinar.

Contudo, não é possível tratar de práticas profissionais sem considerar os avançados recursos tecnológicos introduzidos no meio social, nos diversos campos da atividade humana. O profissional habilitado deve, ainda, ter competência para o uso destes recursos em sua área de atuação e, ao mesmo tempo, saber buscar constantemente o aprimoramento e a atualização. Os professores terão como conduta metodológica o ensino e o desenvolvimento das habilidades dos alunos no uso adequado das tecnologias e equipamentos de informática, com seus aplicativos e softwares contextualizados em suas disciplinas. Cada curso de graduação da Faculdade deve organizar no seu PPC as linhas gerais que irão fundamentar as práticas de estágios do seu curso, tendo presente esses elementos citados nesse item do PDI.

A Faculdade Palotina, IES de caráter confessional, organiza suas atividades e métodos a fim de concretizar seu papel social, na perspectiva dos valores cristãos que:

- a) norteiam as ações acadêmicas na Caridade Intelectual;
- b) procurem seguir os pressupostos da Educação Humanizadora;
- c) tenham a Educação como um *constructus*, que deve desenvolver todas as dimensões humanas;
- d) resgatem o ser do isolamento alienante e, através de participação consciente, insira-o na sociedade civil;
- e) se comprometam com o avanço técnico-tecnológico, na perspectiva da ética;
- f) efetivem a discussão crítico-criativa dos processos e produtos administrativos e pedagógicos;
- g) estabeleçam a prática da participação efetiva dos envolvidos na comunidade acadêmica;
- h) abram-se à pluralidade das diferenças; e
- i) trabalhem a vocação a que somos chamados ‘a favor dos sinais de vida’.

2.3.1.4 Estágios nos cursos de graduação da Faculdade

Cada curso de graduação da Faculdade deve organizar no seu PPC as linhas gerais que irão fundamentar as práticas de estágios do seu curso. O estágio supervisionado dentro de um curso de Graduação sempre enriquece a formação acadêmica do estudante. E é nesse momento do estágio que o acadêmico poderá experimentar como a realidade se mostra no concreto com suas possibilidades e dificuldades.

Dessa forma, o trabalho em conjunto do acadêmico e de seu orientador de estágio pode dar significado a toda aprendizagem construída até o momento. Nesse sentido, é importante que cada curso, respeitando a sua realidade e a legislação vigente, possa organizar no seu currículo a prática do estágio. Claro, os cursos de Graduação podem e devem motivar seus acadêmicos a se vincularem, sempre que possível, a práticas de estágio não obrigatório e não supervisionado nas Instituições e/ou empresas conveniadas com a Faculdade.

Desse modo, segue a forma como cada curso de graduação da Faculdade Palotina organiza o estágio supervisionado:

a) Curso de Direito

O Estágio supervisionado está devidamente regulamentado através da Resolução 19/2013, com uma estrutura definida e adequada para que o acadêmico tenha condições de vivenciar situações simuladas e reais da atuação profissional. Está

prevista a realização de 300 horas de estágio supervisionado, sendo 180 horas destinadas à Prática Simulada Civil, Penal e Trabalhista e 120 horas como Prática Real I e II. As três primeiras simuladas ocorrem a partir da sala de aula com autos fundos, produção de peças, observação de audiências e júris, realização de sessões simuladas no laboratório de prática simulada.

As duas últimas, contudo, são práticas reais de atendimento ao público com renda inferior a três salários mínimos, em turno inverso, no âmbito do Escritório Palotino de Assistência Judiciária e do Centro de Mediação de Conflitos, ambos desenvolvidos no Núcleo Palotino de Práticas Jurídicas (NPPJ) da IES.

Nessas 120 horas os acadêmicos abarcam uma frequência de dois semestres letivos para o atendimento da população com a realização de sessões de mediação de conflitos, conciliação e negociação; além do atendimento, elaboração e acompanhamento de processos judiciais.

O Núcleo de Práticas Jurídicas desenvolve atividades importantes junto à comunidade, como o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, realizado juntamente à Delegacia Especializada da Mulher, duas vezes por semana. Durante esse atendimento, as vítimas recebem todo o acolhimento e acompanhamento jurídico necessários, tanto no âmbito do direito criminal como em outras áreas como, por exemplo, direito de família.

O Núcleo também atende comunidades em vulnerabilidade social através do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), em que os acadêmicos e professores se deslocam até as comunidades para realizar esclarecimentos, atendimento jurídico e acompanhamento de ações judiciais. Por sua vez, o Centro de Mediação de Conflitos desenvolve um intenso trabalho na mediação e conflitos que são resolvidos sem a necessidade de intervenção judicial no âmbito dos direitos disponíveis. O Centro de Mediação também atua junto à escolas e comunidade em vulnerabilidade social.

b) Curso de Filosofia

O Curso de Filosofia - Licenciatura Plena - tem como atividade curricular obrigatória as disciplinas Prática de Ensino de Filosofia (I, II, III, IV), com um total de 400 horas, distribuída em quatro (04) semestres do Curso.

As disciplinas Práticas de Ensino têm como objetivos gerais:

- Integrar o aluno com a realidade das Escolas aproximando-o do dia a dia profissional;

- Permitir ao acadêmico a aprendizagem em organizar conteúdos de ensino, uso de recursos didáticos a serem aplicados, elaboração de planos de aula e materiais.

As disciplinas de Estágio Supervisionado I e II serão, respectivamente, nos 7º e 8º semestre do curso, totalizando 400 horas. Nas quais os acadêmicos farão a observação da turma e, posteriormente, a regência de classe.

A Coordenação do Curso de Filosofia e o professor responsável pela disciplina deverão manter contato com escolas de Ensino Médio, para então direcionar os acadêmicos quando estes iniciam a disciplina de Estágio Supervisionado I, os quais são informados através de notificação escrita.

Ao frequentar o estágio, o acadêmico deverá entregar relatórios parciais ao Professor Supervisor, responsável pelo acompanhamento de atividades de estágio supervisionado na escola, a fim de que o docente possa também acompanhar a frequência do acadêmico. No término do estágio supervisionado o acadêmico deverá entregar um relatório final das suas atividades desenvolvidas na escola.

Aos professores das disciplinas de Práticas de Ensino de Filosofia e de Estágio Supervisionado, competem a eles manter a Coordenação do Curso informada sobre as atividades dos alunos e também avaliar o trabalho realizado pelos acadêmicos junto às escolas.

Contudo, ao início de cada semestre em que a disciplina for oferecida e cursada pelos acadêmicos, cabe aos professores responsáveis encaminhar à Secretaria, planilha com a relação nominal dos alunos e as escolas nas quais estes realizarão as atividades das disciplinas de Práticas de Ensino de Filosofia e Estágio Supervisionado.

c) Curso de Teologia

O estágio supervisionado no currículo do curso de Teologia está representado pelas disciplinas (obrigatórias) de Estágio Pastoral I, II, III, IV, V e VI, constando cada uma delas de 30 horas de atividades.

O estágio é o momento ideal para que o estudante entre em contato com o trabalho que desenvolverá depois de formado e para que tenha a oportunidade de colocar em prática toda sua bagagem de conhecimentos teóricos - armazenada durante o curso. Dessa forma, faz necessário, bem como, possibilita que o acadêmico desperte o gosto pela pesquisa e pela organização; a fim de desenvolver o espírito crítico e criativo, no enfrentamento das situações de vida ao qual será submetido no dia a dia.

O estudante receberá a incumbência de, ao final de cada semestre, relatar toda sua prática pastoral, relacionada ao seu campo de estágio (paróquia, colégio, escola, assistência social, missão popular, etc.).

O relatório deverá constar, basicamente, dos seguintes itens:

- identificação da área de atuação (tipo de pastoral, endereço completo, nome do responsável pela atividade);
- relatório sumário das atividades desenvolvidas (tipo de atividade, data, número de horas).

A análise crítica no desenvolvimento da atividade, deverá ter presente as seguintes questões:

- Quais são as pastorais que a paróquia, colégio ou outro campo de atuação apresenta?
- Como é a composição do Conselho Pastoral?
- Quais são as pastorais presentes neste Conselho?
- Quais e quantos são os membros que participam do referido Conselho?
- De que forma é estruturado o Conselho Econômico?
- Como está a administração dos bens temporais da Igreja, no referido campo de atividade?
- Quando e como é feito o planejamento das atividades pastorais?
- Quem participa deste planejamento?
- O campo de atuação apresenta alguma atividade ecumênica ou de diálogo inter-religioso?
- De que maneira funciona o expediente paroquial, a portaria e o atendimento ao público?
- Como são feitas as celebrações dominicais ou outras celebrações?
- O campo de atuação desenvolve qualquer atividade na linha da proteção ao meio ambiente?
- No campo social, existe alguma atividade? Como ela se desenvolve?
- Há qualquer atividade relacionada aos direitos humanos, em conjunto com outras denominações cristãs ou inter-religiosas?
- Outras questões.
- Sugestões que contribuam para a melhoria no campo de atuação.

3 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

3.1 Políticas de Ensino

A política de ensino na FAPAS compreende as políticas de ensino de graduação e pós-graduação.

3.1.1 Ensino de graduação

A Política de Ensino foi elaborada com a participação da comunidade acadêmica. É o resultado de discussões nos seminários acadêmicos, reuniões de professores; bem como da equipe diretiva, dos colegiados dos cursos, dos encontros de formação e das proposições resultantes dos processos de Avaliação Institucional e Avaliação das Práticas Pedagógicas atendendo às políticas acadêmicas, além de tantas outras estratégias utilizadas, para sustentar as mudanças que acontecem com as reformas curriculares, tais como:

- a) implantação e implementação de alterações no ementário das disciplinas, na dinâmica dos cursos, na integração horizontal e vertical dos assuntos; e
- b) desenvolvimento de experiências inovadoras no processo de ensinar e aprender.

Este texto deve estar em constante discussão e avaliação, sofrendo alterações para atender aos avanços técnico-científicos, às transformações do mercado de trabalho e aos anseios da sociedade.

As práticas pedagógicas mais usuais nos cursos da FAPAS se baseiam na integração como elemento fundamental e estruturador. O conceito estruturador destas práticas nos cursos é o conceito de ‘integração’ percebido em três níveis:

- a) Nível 1 - Integração entre disciplinas de áreas afins do conhecimento;
 - adequação da sequência de conteúdos trabalhados;
 - resgate de conteúdos anteriores a cada avanço na sequência de conteúdos;
 - trabalhos que tenham continuidade nas disciplinas seguintes;
 - retro avaliação permanente das disciplinas com relação aos objetivos acordados previamente entre as disciplinas afins; e
 - estabelecimento e revisão permanente de objetivos para a área do conhecimento.
- b) Nível 2 - Integração entre disciplinas do mesmo semestre;

- integração dos conteúdos e procedimentos didáticos durante um ou mais bimestres;
- trabalhos interdisciplinares com enfoques específicos de cada disciplina;
- viagens acadêmicas com oficinas integradas;
- palestras com temática de interesse de diversas disciplinas e/ou cursos;
- projetos de pesquisa (iniciação científica) e extensão envolvendo mais de uma disciplina; e
- trabalho integrado envolvendo todas as disciplinas de um mesmo semestre.

c) Nível 3 - Integração da comunidade acadêmica

- atividades acadêmico-culturais (palestras, concertos, filmes, teatro, etc.)
- atividade cultural programada semanalmente;
- atividades acadêmicas sociais e religiosas (exposições, comemorações, celebrações
- publicações científicas de cada curso.

3.1.1.1 Flexibilização curricular

A flexibilização do currículo é característica do projeto que busca responder às demandas sociais contemporâneas, possibilitando a eliminação da rigidez estrutural do curso, facultando ao aluno a valorização da formação, de estudos realizados fora do seu curso, e a validação de atividades acadêmicas realizadas fora da IES, registradas como Atividades Complementares de Graduação.

A preocupação em eliminar o excesso de pré-requisitos na organização do currículo, oportuniza:

- a) a dispensa de disciplinas já cursadas em outras IES;
- b) o aproveitamento de diversas atividades extracurriculares como Atividades Complementares de Graduação;
- c) oferta de disciplinas complementares e comuns, que podem ser cursadas em outros cursos da IES; e
- d) a oferta de disciplinas semipresenciais como outra possibilidade de ensinar e aprender.

Estas ações vêm correspondendo às demandas. No entanto, cabe ao Colegiado de cada Curso, que é a instância competente, a análise, o acompanhamento e a emissão de parecer sobre essas ações.

As ‘Disciplinas Complementares’ são aquelas que, na estrutura proposta para os cursos de Graduação da FAPAS, deverão ser cursadas por escolha livre do acadêmico no seu curso de origem ou em qualquer Curso da Instituição, respeitando sua escolha profissional. A ampliação para outras áreas de formação visa permitir a busca por conteúdos que venham ao encontro dos projetos pessoais do acadêmico.

As ‘Disciplinas Comuns’ têm por objetivo proporcionar aos acadêmicos uma formação mais igualitária, independente do curso frequentado, e a possibilidade de melhor organizar seus horários de aula na Instituição. Para tanto, a IES oferece algumas disciplinas que fazem parte do currículo de todos os cursos de graduação. São elas: Missão Palotina, Meio Ambiente, Cultura Afrodescendente e Indígena, Latim, Libras. Dessa forma, o acadêmico poderá optar pelo horário que melhor lhe convier e contará com o mesmo programa nos diversos cursos.

As ‘Disciplinas Semipresenciais’ atendem a LDB e a Política Nacional de Educação à Distância – Portal Institucional – e aos princípios do Projeto Institucional-Administrativo-Pedagógico, cujas atividades e métodos devem concretizar-se em:

- a) compromisso com o avanço técnico-tecnológico, na perspectiva da ética;
- b) discussão crítico-criativa dos processos e produtos administrativos e pedagógicos;
- c) prática da participação efetiva dos envolvidos; e
- d) abertura à pluralidade das diferenças.

O conceito de frequência ‘semipresencial’ está vinculado à ideia de flexibilidade do currículo. Isso implica em ritmo e condições de aprendizagem que cumprem exigências curriculares estabelecidas, exigindo grande maleabilidade para responder a diferentes ritmos. O uso de novas tecnologias de comunicação e informática introduz desafios de organização de conteúdos, os quais pedem gerência, desenho, lógica, linguagem, acompanhamento, avaliação e recursos diversos; com linguagens e estruturas próprias para ambientes à distância. É preciso ser eficaz para a superação das distâncias, ser mais intensa e efetiva a interação dos envolvidos e mais autônomo o processo de aprendizagem discente.

Estas dimensões constituem-se em um parâmetro fundamental na possibilidade de oferta de modalidades de ensino semipresencial na IES, uma vez que estão presentes no seu interesse outras modalidades de ensino para ministrar o ensino superior em todos os níveis, habilitações e modalidades. Garantindo, assim, como estratégia institucional, as

possibilidades de ampliar modalidades de ensino na medida em que as condições forem dadas e as necessidades exigirem.

A FAPAS tem como compromisso desenvolver atividades didático-pedagógicas que respondam à formação técnico-profissional, através de atividades interdisciplinares, garantindo uma formação de qualidade técnica e de responsabilidade social. Esse compromisso estabelece o conceito de semipresencial que orientará sua possibilidade de prática pedagógica futura.

As primeiras iniciativas, nesse sentido, buscam implementar a inclusão digital e a preparação para o mercado de trabalho que, hoje, exige o conhecimento e o domínio do mundo virtual. Assim, estamos estudando a possibilidade de serem oferecidas disciplinas semipresenciais, que contam com encontros virtuais e também presenciais. Tais iniciativas compõem um escopo comum de política e orientação instrumental, na expectativa de eliminar as distâncias e fronteiras através de inúmeros recursos tecnológicos, possibilitando uma diversidade de arranjos e combinações para um ensino atualizado, que atendam as demandas sociais e econômicas dadas.

A produção do conhecimento e a formação realizadas nas IES sofrem influência das tecnologias da informação e da comunicação, que vêm exercendo papel fundamental em qualquer área de atividade. Elas facilitam a disseminação de informações, a transferência de tecnologia e a educação continuada de caráter informal e formal; além da integração interna e do trabalho cooperativo entre indivíduos e organizações.

Não apenas a escrita, a leitura, a audição e a visão estão sendo cada vez mais capturadas pelos avanços das tecnologias da informação, mas também as capacidades de criação, de imaginação e de aprendizagem. Há uma nova gestão social do conhecimento a partir do desenvolvimento da informática, que muda seu centro de gravidade, desde o surgimento de novas técnicas de produção, de armazenamento e de processamento das informações.

Assim, a modalidade de disciplinas semipresenciais propostas pela FAPAS poderá ser organizada desde que:

- a) não supere em 20% do total de carga horária da matriz curricular de cada curso; e
- b) haja recursos didático-tecnológicos de apoio idêntico ao disponível para toda e qualquer disciplina ofertada no formato presencial.

O planejamento de oferta de disciplinas semipresenciais seguirá as orientações para cada modalidade, observando os mesmos critérios de implementação do presencial, tomando como pressupostos específicos as diretrizes estabelecidas no plano institucional.

Nos cursos de graduação, as disciplinas semipresenciais seguem regulamentação normatizada no Núcleo Docente Estruturante e no Colegiado do Curso, de acordo com as demandas apontadas na implementação e experiencição de propostas didático-metodológicas diversas.

O curso de Teologia fez essa experiência das disciplinas semipresenciais numa atividade específica de validação de estudos, com legislação específica para a modalidade. Depois desta experiência os demais cursos que desejarem implantar a modalidade de disciplina semipresencial deverão:

- a) inserir inicialmente a modalidade de disciplina semipresencial no currículo do curso;
- b) oferecer a disciplina nesta modalidade de ensino;
- c) discutir com os professores, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso a indicação da disciplina de sua matriz curricular; e
- d) solicitar a implantação.

Em 2015 a FAPAS deu início a implantação do sistema educacional da TOTVS S.A. O “RM Educacional”, através do módulo LMS desse sistema Educacional, que é responsável pela gestão de aprendizado do Fluig. *LMS em inglês, Learning Management System e em português, Sistema de Gestão de Aprendizagem*. O que possibilita a efetivação concreta das disciplinas semipresenciais. No segundo semestre de 2019, a FAPAS passou a utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle como suporte ao ensino presencial, mediando as práticas pedagógicas e interações entre professores e estudantes. Todas as disciplinas dos cursos presenciais, que estão organizadas no Sistema de Gestão Acadêmica RM TOTVS, são integradas ao Moodle semestralmente, possibilitando ao professor utilizar diversos recursos pedagógicos (vídeos, textos, áudios, animações...) e ferramentas de avaliação em um único ambiente. Os estudantes podem interagir com o conteúdo, postar trabalhos, participar de discussões e comunicar-se com os professores através de diferentes ferramentas.

Nesse contexto, a gestão da aprendizagem através do Ambiente Virtual Moodle possibilita a oferta de disciplinas semipresenciais na Faculdade Palotina desde o primeiro semestre de 2020.

3.1.1.2 Atividades Complementares de Graduação (ACG)

Os cursos de Graduação da Faculdade estão organizados de forma que as atividades extracurriculares realizadas pelo acadêmico durante sua formação na Instituição possam ser aproveitadas como Atividades Complementares de Graduação (ACG).

Cada curso através de sua Coordenação, Núcleo Docente Estruturado e Colegiado irá determinar quais atividades serão válidas e como estas serão aproveitadas no currículo do acadêmico.

Logo abaixo, encontram-se as especificidades dos cursos de graduação da Faculdade em relação a esse assunto.

a) Curso de Direito

A metodologia utilizada pelos professores do Curso de Direito preceitua a ligação entre teoria e prática, de modo que ao apresentar os conteúdos seja possível fazer a devida correção com a prática. Para tal se utiliza os costumeiros exemplos e o manuseio de documentação, tais como: autos fundos, contratos, testamentos e tantos outros; que o acadêmico poderá encontrar a aplicação do conteúdo trabalho em sala de aula.

As atividades práticas são muito importantes e por isso, no decorrer do Curso, os acadêmicos participam de inúmeras atividades como, por exemplo:

- Viagens de estudo: Todo semestre são viabilizadas viagens ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em que os alunos têm a oportunidade de acompanhar os trabalhos das Turmas e do Plenário; Visitam também a OAB, Casa de Mediação, Ministério Público e outros órgãos do universo jurídico.
- Acompanhamento de audiências e júris nas disciplinas de práticas jurídicas: A atividade é realizada na Comarca de Santa Maria e arredores, com o preenchimento de relatórios detalhados sobre os procedimentos acompanhados, destacando-se a atuação de juiz, promotores, advogados, testemunhas; bem como das partes envolvidas. Essas observações são realizadas nas esferas civil, criminal e trabalhista.
- Júris e Audiências Simuladas: O Curso dispõe de uma sala especial a qual se chama Laboratório de Prática Simulada, em que há todo o mobiliário necessário para realização de audiências e júris simulados. A partir de autos findos os acadêmicos assumem os diversos papéis e desenvolvem suas teses de acusação e defesa. Essas

atividades são sempre muito apreciadas pelos acadêmicos que tem um aproveitamento excelente.

- **Júris em Escolas de Ensino Médio:** O Curso realiza júris simulados nas escolas de ensino médio de Santa Maria. Assim, os acadêmicos têm uma experiência diversa dos júris realizados no laboratório de prática simulada, porque interagem com a comunidade que participa do Júri como jurados. Dessa forma, os resultados dos júris podem ser diversos dependendo da atuação de defesa e acusação em determinada Escola.

As atividades Complementares de Graduação são valorizadas no âmbito do Curso, a partir da exigência da integralização de 300 horas no decorrer dos 5 anos do Curso. Essa carga horária deverá ser cumprida com carga horária distribuída em no mínimo 3 das 5 modalidades pré-definidas, quais sejam: ensino, pesquisa, extensão, atividade voluntária e representação estudantil.

Ao mesmo tempo que os acadêmicos têm a tarefa de fazer a integralização, o Curso oferece diversas possibilidades, tais como:

- **Eventos Jurídicos:** No decorrer do ano são realizadas diversas palestras e debates, além do Congresso de Ciências Jurídicas e Sócios e o Fórum de Direito Ambiental.

O Curso além de promover os eventos também congrega-se com outras instituições na promoção de eventos conjuntos tais como: Seminário de Mediação e justiça restaurativa, Semana do Ministério Público, Seminário de Direito Militar, Congresso de Direito do Trabalho entre outros.

- **Projetos Pesquisa e Grupos Estudos:** Todo o semestre há a oferta de diversos grupos de estudos nas mais distintas áreas para que o acadêmico possa desenvolver projetos de pesquisa. A título de exemplo: Estado, democracia e administração pública; Conceitos fenomenológicos da filosofia contemporânea; Questões atuais de processo civil; Mediação de conflitos; Grupo de pesquisa em direito público; Pichação: uma análise sob a teoria da proteção integral da criança e do adolescente; Responsabilidade civil e direito do consumidor; Dignidade humana, criminologia e segurança pública; A verdade sobre a escravidão no Brasil; Direito, regulação e governança ambiental; Proteção e efetividade;

- **Evento de Iniciação Científica:** O Curso de Direito promove as Jornada Palotina de Estudos Jurídicos e Sociais, em que os acadêmicos e professores apresentam trabalhos de cunho científico como artigos, resumos expandidos e pôsteres. O evento é aberto a

participação externa e as temáticas podem ser abertas ou várias quando a jornada é realizada acompanhando algum evento jurídico de maior envergadura.

- Revista Palotina de Estudos Jurídicos e Sociais: O Curso mantém uma revista eletrônica, de edição semestral, para que acadêmicos, professores e pós-graduandos possam publicar seus trabalhos. O envio de trabalhos é contínuo e aberto a toda a comunidade, tendo trabalhos internos e externos com as mais variadas temáticas.

- Grupos de Extensão: As atividades de extensão garantem a comunicabilidade com a sociedade e por isso são sempre muito produtivas para toda a comunidade acadêmica. Estão em atividade os seguintes grupos: Mediação de conflitos; Direito, cidadania e cultura de paz.

A partir destes grupos inúmeras atividades são propostas a comunidade acadêmica que ao participar também caracteriza atividades complementares de graduação, tais como Caminhadas ecológicas e Gincanas solidárias entre outras.

- Fomento a realização de estágio extracurricular: O Curso incentiva os alunos a realizarem estágios em órgãos públicos e escritórios de advocacia de forma extracurricular como possibilidade de inserção no mercado de trabalho, aliando o estudo de sala de aula com a prática das diversas realidades do universo jurídico.

- Diretório Acadêmico: O Curso tem especial atenção para a organização e acompanhamento das atividades do Diretório Acadêmico. Sempre demonstrando a importância da organização estudantil para o Curso. Sendo que a coordenação integra o Diretório em todas as atividades realizadas pelo Curso de Direito, de forma que eles possam ser parte ativa nos processos decisórios do Curso para a melhora constante do ambiente da qualidade de ensino do Curso.

b) Curso de Filosofia

Entender-se-á como Atividade Complementar de Graduação da FAPAS, toda e qualquer atividade pertinente e útil para a formação humana e profissional do acadêmico, aceita para compor o plano de estudos de um Curso.

Cabe ao Colegiado do Curso determinar os limites máximos de carga horária atribuídos para cada modalidade ou conjunto de modalidades que compõem o quadro de Atividades Complementares.

A Coordenação do Curso informará ao Setor de Registro Acadêmico (SERCA) da Faculdade, as modalidades de Atividades Complementares e os respectivos limites de carga horária, definidos pelo Colegiado, para fins de registro.

São consideradas Atividades Complementares de Graduação: participação em eventos, atividades de extensão, estágios extracurriculares, atividades de iniciação científica e de pesquisa, publicação de trabalhos, participação em órgãos colegiados, monitoria e outras atividades a critério do Colegiado.

Entende-se por eventos: seminários, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização, semanas acadêmicas, atividades artísticas e literárias, culturais e outras que, embora tenham denominação diversa, pertençam ao mesmo gênero.

Para registro e o cômputo de horas como Atividade Complementar de Graduação o aluno solicitará, Através de requerimento próprio ao Colegiado do Curso, anexando obrigatoriamente ao requerimento:

- Certificado de participação no evento ou instrumento equivalente de aferição de frequência.

O aluno deverá requerer ao Colegiado do Curso o cômputo de horas como ACG, apresentando cópia da publicação, contendo o nome, a periodicidade, o editor, a data e a paginação do veículo.

O Colegiado nomeará, se entender necessário, uma Comissão, especialmente designada para relatar, ao Plenário, os requerimentos para registro e cômputo de horas como Atividade Complementar de Graduação.

A Comissão deverá ser constituída por membros do Colegiado do Curso e composta por pelo menos um representante estudantil.

Proferida a decisão de registro e do cômputo de horas, pelo Colegiado, a Presidência do órgão informará ao Setor de Registro e Controle Acadêmico, através de ofício, o nome e o número de matrícula do aluno, a classificação da atividade, o semestre de referência, e se for o caso, o número de horas a ser computado.

Entendendo o Colegiado que o aproveitamento da atividade está prejudicado, diante do não atendimento de pré-requisitos pelo aluno, poderá indeferir tanto o registro como o cômputo de horas.

A documentação que comprova a realização das Atividades Complementares de Graduação é de responsabilidade e guarda do Setor de Registro e Controle Acadêmico.

As Atividades Complementares de Graduação não poderão ser aproveitadas para a concessão de dispensa de disciplinas integrantes da parte fixa do currículo, assim como de quadro de disciplinas optativas.

A solicitação de registro e cômputo de horas deve ser feito por meio de Formulário de Solicitação de ACG, anexando os documentos. O evento e/ou atividade diversa deve apresentar significativa importância para a formação do(a) acadêmico(a) devendo versar sobre temas da área da Filosofia, da Educação ou área afim. É necessário anexar também documentação comprobatória da carga-horária das atividades.

c) Curso de Teologia

Compreende-se como Atividades Complementares de Graduação atividades pertinentes e úteis para a formação humana, pastoral e ministerial do acadêmico, aceita para compor o plano de estudos do Curso de Teologia.

Cabe ao Colegiado do Curso determinar os limites máximos de carga horária atribuídos para cada modalidade ou conjunto de modalidades que compõem o quadro de Atividades Complementares.

São consideradas Atividades Complementares de graduação da Teologia: atividades de pesquisas ligadas a projetos; atividades pastorais específicas; participação em eventos, tais como, cursos, simpósios, seminários, fóruns, conferências, semanas acadêmicas, monitorias, participação em colegiados e órgãos de representação, publicação de trabalhos, viagens de estudos, participação em grupos de estudos, cursos de Idiomas, atividades voluntárias em uma Instituição Palotina, palestras com temas teológicos e outras atividades a critério do colegiado.

A solicitação de registro e cômputo de horas deve ser feito por meio de um formulário de Solicitação de Atividade Complementares de Graduação (ACGs), no portal do aluno dentro do prazo estabelecido pelo calendário acadêmico. A documentação que comprova a realização das Atividade Complementares de Graduação deve ser entregues no Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA) e é responsabilidade do mesmo.

A contabilização das horas das ACGs será realizada pelo Coordenador juntamente com o Colegiado do Curso de Teologia e depois informado ao SERCA.

Tendo presente esses elementos citados dos cursos de graduação a Instituição pretende com a flexibilização do currículo que é característica do projeto que busca responder às demandas sociais contemporâneas, possibilitando a eliminação da rigidez estrutural dos cursos, facultando aos acadêmicos a valorização de formação e de estudos anteriores ao ingresso no curso; bem como a validação de atividades acadêmicas realizadas fora da IES.

A preocupação em eliminar pré-requisitos na organização dos currículos dos cursos, oportunizar a dispensa de disciplinas já cursadas em outras IES, aproveitar diversas atividades extracurriculares, como ACGs, ofertar uma disciplina livre e disciplinas comuns, as quais podem ser cursadas em outros cursos da IES; bem como as disciplinas eletivas, são ações que respondem às demandas referidas. Para tanto, o Órgão Colegiado de cada Curso destaca-se como instância competente para análise, acompanhamento e emissão de parecer sobre essas ações.

Nos Quadros 2, 3 e 4 são apresentadas as atividades extracurriculares realizadas pelos acadêmicos que serão consideradas pelos colegiados dos respectivos cursos.

Quadro 02 – Demonstrativo das Atividades Complementares de Graduação do Curso de Direito.

Modalidade: ENSINO		C.H máxima da modalidade: 150 horas	
Código	Atividade	Documentos necessários para a comprovação	C.H máxima da atividade
49	Disciplinas extracurriculares em áreas afins/ Curso de aperfeiçoamento	Histórico escolar oficial ou declaração da Instituição atestando aprovação, anexando o programa da disciplina e bibliografia;	120h
50	Disciplinas optativas excedentes	Histórico escolar ou declaração da Instituição atestando aprovação na disciplina	60h
51	Exercício efetivo de monitoria nos Cursos da FAPAS	Parecer final favorável do docente responsável; Relatório das Atividades Complementares	60h
52	Participação em eventos promovidos pela FAPAS	Certificado ou declaração de participação; Relatório das Atividades Complementares	90h
53	Participação em eventos promovidos pelo Curso de Direito da FAPAS	Certificado ou declaração de participação; Relatório das Atividades Complementares	90h
54	Participação no Fórum de Direito Ambiental	Certificado ou declaração de participação; Relatório das Atividades Complementares	90h
55	Assistência de Monografia/ Dissertação/Tese	Relatório das Atividades Complementares	30h
56	Visita técnica	Relatório das Atividades Complementares	30h
57	Assistência de audiências	Relatório das Atividades Complementares	30h
58	Assistência ao Tribunal do Júri	Relatório das Atividades Complementares	30h
Modalidade: PESQUISA		C.H máxima da modalidade: 200 horas	

Código	Atividade	Documentos necessários para a comprovação	C.H máxima da atividade
59	Participação em projetos de pesquisa da FAPAS	Trabalho realizado; Parecer do professor responsável pelo projeto; Relatório das Atividades	200h
60	Publicação – resumos em anais/ pôsteres	Uma via da publicação	60h
61	Publicação de trabalho científico em veículos científicos	Um exemplar da publicação	60h
62	Publicação capítulos ou livro	Um exemplar da publicação	120h
63	Publicação de trabalhos em veículos de circulação geral	Um exemplar da publicação	30h
64	Grupo de estudos jurídicos	Parecer do professor responsável pelo grupo de estudos; Relatório das Atividades Complementares	60h
35	Apresentação trabalhos científicos	Certificado ou Atestado da apresentação	90h
66	Ouvinte em defesa de monografia, dissertação ou tese da área jurídica ou afins	Relatório das Atividades Complementares	60h
Modalidade: EXTENSÃO		C.H máxima da modalidade: 150 horas	
Código	Atividade	Documentos necessários para a comprovação	C.H máxima da atividade
69	Participação em atividades de extensão universitária, promovidas pela FAPAS	Relatório das Atividades Complementares e Parecer do professor responsável pelo projeto	90h
67	Participação em evento fora âmbito da FAPAS	Certificado e Relatório das Atividades	90h
68	Estágios profissionais extracurriculares – autorizados pela coordenação de Curso	Declaração da cedente indicando horário de realização do estágio carga horária efetivada; Relatório das Atividades Complementares	100h
70	Atividades extracurriculares desenvolvidas no NPPJ	Relatório das Atividades Complementares e Parecer do professor responsável	90h
71	Atividades inerentes à organização de eventos	Certificado ou atestado emitido pela instituição promotora do evento; Relatório das Atividades	60h
72	Participação em Atividades Artístico-culturais	Certificado ou atestado de participação; Relatório	30h
73	Participação em Comissões	Certificado ou atestado emitido pela instituição que instituiu a Comissão; Relatório das Atividades	30h
Modalidade: ATIVIDADE VOLUNTÁRIA		C.H máxima da modalidade: 60 horas	
Código	Atividade	Documentos necessários para a comprovação	C.H máxima da atividade
74	Atividade voluntária em entidade assistencial	Relatório das Atividades Complementares/declaração da entidade onde realizou voluntariado, c/carga horária	60h
75	Auxílio a professores em atividades extracurriculares	Relatório Atividade e Parecer do professor responsável	60h

Modalidade: ESTUDANTIL		REPRESENTAÇÃO	C.H máxima da modalidade: 60 horas
Código	Atividade	Documentos necessários para a comprovação	C.H máxima da atividade
76	Representação Estudantil	Ata de eleição; Relatório das Atividades	100h
77	Representação do DA na comunidade	Portaria de designação; Relatório das Atividades	30h
78	Participação em órgãos colegiados do Curso	Portaria de designação; Relatório das Atividades	30h

Fonte: Institucional

Quadro 03 – Demonstrativo das Atividades Complementares de Graduação do Curso de Filosofia

Tipo de Atividade	Máximo de horas integralizadas por atividade	Formas de Avaliação
Participação em cursos de extensão ou atualização	20 horas Máximo: 60 horas	Certificado de participação
Participação como ouvinte em eventos científicos e profissionais	20 horas evento local e/ou regional 30 horas evento nacional 40 horas evento internacional Máximo: 150 horas	Certificado de participação
Participação como apresentador de trabalho científico em eventos da área de conhecimento da Filosofia e áreas afins	20 horas evento local e/ou regional 30 horas evento nacional 40 horas evento internacional Máximo: 80 horas	Certificado ou declaração de apresentação
Participação em projeto de iniciação científica, pesquisa, extensão e grupo de estudo.	30 horas por semestre Máximo: 60 horas	Certificado ou declaração de participação
Cursos regulares de língua estrangeira	30 horas Máximo: 90 horas	Comprovante de aproveitamento
Monitoria Acadêmica	30 horas por semestre Máximo: 60 horas	Relatório de avaliação do professor orientador
Autoria ou coautoria de artigo científico completo publicado	60 horas por livro 45 horas em periódico 30 horas por publicação de artigos em anais de eventos Para publicações internacionais serão acrescidas mais 10 horas	Comprovante da publicação
Autoria e coautoria de resumo de artigo científico publicado em anais e/ou jornais e revistas	20 horas resumo expandido 10 horas resumo simples 15 horas revistas e jornais Máximo: 50 horas	Comprovante de publicação
Participação como representante em órgão colegiado	20 horas por semestre	Certificado de participação
Membro de Comissão organizadora de eventos	10 horas por evento Máximo: 40 horas	Certificado de participação
Membro efetivo do DA da Filosofia, em	30 horas por gestão	Certificado de

efetivo exercício de no mínimo um ano, mediante apresentação da ata de eleição e documento comprobatório de efetiva participação durante a gestão	Máximo: 60 horas	participação
Grupos de estudo coordenados por um professor da área de conhecimento da Filosofia e de áreas afins	20 horas por semestre Máximo: 60 horas	Certificado de participação

Fonte: Institucional

Nota: Somente serão consideradas Atividades Complementares de Graduação aquelas desenvolvidas durante o período de graduação do aluno no curso de Filosofia da Faculdade Palotina. Casos omissos ou dúvidas serão resolvidos pelo Colegiado.

Quadro 04 – Demonstrativo das Atividades Complementares de Graduação do Curso de Teologia

Código	Descrição	Máx. de C.H.
ACG025	Pesquisa ou Atividade de Iniciação Científica	30h
ACG026	Apresentação de Trabalho Científico	30h
ACG027	Autoria ou co-autoria de texto	45h
ACG028	Grupos de Estudo da Teologia	15h
ACG029	Atividade Voluntária em Instituição Palotina	30h
ACG030	Eventos Específicos de Teologia	15h
ACG031	Viagens de Estudo(Área de Teologia)	15h
ACG032	Cursos de Idioma-Teologia	30h
ACG033	Premiação em Trabalhos de Pesquisa	15h
ACG034	Eventos de Extensão realizados na FAPAS	15h
ACG035	Fóruns e Conferências de Teologia e áreas afins	15h
ACG036	Membros de Comissão Org. de Congressos...	15h
ACG037	Representação Órgãos Colegiados	15h
ACG038	Membro do Diretório Acadêmico	15h
ACG039	Autoria ou co-autoria de livro	60h
ACG040	Membro da Pastoral Universitária	15h
ACG041	Palestras com temas teológicos	15h
ACG042	Semanas Acadêmicas da Teologia	15h
ACG042	Atividades pastorais registradas no GAP	45h

Fonte: Institucional

Nota: Somente serão consideradas Atividades Complementares de Graduação aquelas desenvolvidas durante o período de graduação do aluno no curso de Teologia da Faculdade Palotina. Casos omissos ou dúvidas serão resolvidos pelo Colegiado.

3.1.1.3 Oportunidades de integralização dos cursos da IES

- oferta de disciplinas curriculares de graduação (DCG) aproveitados pelos diferentes cursos;
- organizações de fóruns, eventos integrados, palestras e demais modalidades que articulem a comunidade acadêmica; e
- eventos , seminários, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização, semanas acadêmicas, atividades artísticas, literárias e culturais.

3.1.1.4 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do processo de ensinar e de aprender deverá ser realizada de forma contínua e gradual, tendo relação direta com os objetivos propostos pelas disciplinas. Os docentes concebem a avaliação do processo como uma dimensão orientadora, um processo contínuo que deve permitir ao estudante conscientizar-se de seus avanços e de suas dificuldades, para que possa permanecer progredindo na construção do conhecimento.

A avaliação deve favorecer o desenvolvimento individual. No processo de avaliação, considerar-se-ão testes elaborados pelo professor, trabalhos produzidos pelo aluno, anotações, observações, entre outros. O educador passa a ser o problematizador que desafia os alunos à investigação.

A partir dos critérios e formas de avaliação propostos pela IES e do entendimento de que a avaliação é um processo contínuo, propõe-se a superação de uma avaliação classificatória (embora haja os condicionantes quantitativos regimentais representados pela nota sete) na perspectiva de que os envolvidos no processo atuem visando uma avaliação inovadora e formativa, que contribua para a melhoria da qualidade do ensino efetivado.

Assim, através de uma atuação colegiada e interdisciplinar é possível, ao conjunto dos docentes, avaliar o (a) estudante na sua individualidade e o grupo como um todo, objetivando a melhoria do processo e a busca de medidas de superação das dificuldades.

A diversidade de instrumentos – provas, trabalhos de campo, relatórios, dossiês, seminários, entre outros possibilita à Instituição ver no estudante suas diferentes competências e habilidades, assim como a necessidade de organizar ações de recuperação ao longo do processo.

A avaliação do desempenho escolar é feita por componente curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A frequência durante as aulas e demais atividades acadêmicas são obrigatórias e somente permitidas aos alunos regularmente matriculados. Incluem-se aqui os alunos não regulares. A realização da avaliação, bem como a atribuição de notas, compete ao professor que lecionou a disciplina e deve ser coerente com seu plano de ensino. Todos esses critérios e normatizações constam no Guia Acadêmico da Instituição, bem como no Título V Capítulo V, dos artigos 75 a 87 do Regimento Geral da Instituição.

Considerando-se o aluno como um dos agentes de seu processo educativo e o ambiente como promotor de novas experiências e desafios para a aquisição do conhecimento; o processo de avaliação caracteriza-se como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento de cada aluno, a fim de que a promoção seja alcançada. Com essa visão e seguindo as

diretrizes do Regimento Interno, o aproveitamento acadêmico, deve ser avaliado de acordo com os propósitos e objetivos de cada disciplina, considerando-se as especificidades de cada curso, seguindo os seguintes critérios:

- a) a avaliação do desempenho do discente é feita por disciplina e inclui a frequência e o aproveitamento acadêmico no semestre:
 - estudantes com frequência igual ou superior a 75% e nota superior a 7,0 (sete) estão automaticamente aprovados, e
 - estudantes com frequência igual ou superior a 75% e nota até 6,9 (seis vírgula nove) poderão realizar a avaliação recuperatória;
- b) o aluno que obtiver nota final na avaliação recuperatória inferior a 6,0 (seis) está reprovado e se tiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) está aprovado; e
- c) estudantes com frequência inferior a 75%, independentemente de nota, estão automaticamente reprovados.

3.1.1.5 Indissociabilidade entre Ensino, pesquisa (Iniciação Científica) e Extensão

Se o papel do ensino superior é acolher, socializar e produzir conhecimento, então se entende que a extensão e a pesquisa fazem parte deste processo.

Em primeira instância, a sala de aula deve ser vista como um espaço de construção de conhecimento. Nessa perspectiva, o professor assume o papel de mediador e o aluno deixa de ser passivo e assume uma postura crítica de sujeito participante da construção do conhecimento.

De forma cíclica, passa-se para a consolidação do conhecimento construído pelos participantes da sala de aula através de exercícios de pesquisa. O que, por sua vez, poderá gerar extensão na forma de disseminação do conhecimento, prestação de serviços ou difusão cultural, dependendo das necessidades e possibilidades de cada contexto social. Consolidando, assim, o compromisso social da Instituição.

A extensão permite que a construção do conhecimento seja feita de maneira interligada, onde as atividades de ensino e os exercícios de pesquisa sejam revisados e recriados, retornando uma nova construção do conhecimento, um novo exercício de pesquisa e uma nova atividade de extensão.

3.1.1.6 Modalidade de atividades curriculares

A FAPAS está estudando a possibilidade de consolidar a Monitoria, o Apoio Extensionista e a Iniciação Científica para acadêmicos de Graduação e de Pós-Graduação. O quadro de vagas para esses programas será definido pela Direção e preenchido mediante edital de seleção, publicado pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

Podem candidatar-se à função de Monitor, Bolsista de Iniciação Científica ou Apoio Extensionista o acadêmico que:

- a) esteja regularmente matriculado e adimplente;
- b) já tenha cursado, com aprovação, a disciplina relativa à monitoria pretendida;
- c) não tenha reprovação que o impeça de prosseguir os estudos.

As atividades do monitor e do bolsista de Iniciação Científica ou Apoio Extensionista, assim como a avaliação, obedecerão a normas estabelecidas pela Direção, respeitando-se a legislação pertinente.

3.1.1.7 Monitoria

A fim de aprimorar o processo de ensinar e aprender, entende-se que é preciso disponibilizar aos acadêmicos um atendimento de reforço e de acompanhamento para auxiliar no nivelamento dos estudos e na superação de dificuldades.

A atividade de monitoria tem por objetivo:

- a) assistir o docente na elaboração de trabalhos, preparo de material e realização de pesquisas temáticas;
- b) assistir os discentes, em sala de aula e ou em laboratório; e
- c) acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de grupo.

Os critérios de seleção de monitoria são: análise do histórico do estudante na Instituição, prova escrita e entrevista individual. Já os pré-requisitos para concorrer à seleção são: estar regularmente matriculado na FAPAS; estar em dia com as mensalidades; ter concluído a disciplina em que atuará e ter sido avaliado com excelência e não ser formando no semestre. Sendo que acadêmico poderá candidatar-se a apenas uma vaga de monitoria.

As atividades a serem desenvolvidas pelo monitor são: acompanhamento do aluno em agendamentos com o professor ou responsáveis pelo setor; assessoramento direto e indireto ao professor ou responsável pelo setor, a partir das necessidades; e elaboração de relatório mensal sobre a sua atividade.

Os compromissos do responsável pelo monitor, por sua vez, são determinar horários e tarefas a serem cumpridas; orientar e acompanhar as atividades propostas; discutir questões que venham ao encontro do crescimento acadêmico; e supervisionar o trabalho realizado e os relatórios das atividades.

Compete ao Monitor:

- a) cumprir horários e tarefas determinadas pelo responsável;
- b) realizar com empenho e responsabilidade as atividades propostas;
- c) discutir questões que venham ao encontro do crescimento acadêmico; e
- d) elaborar o relatório das atividades realizadas.

3.1.2 Ensino de Pós-graduação

Os cursos de Pós-Graduação têm a proposta de impactar a sociedade regional através da produção de conhecimento científico e da formação de profissionais na perspectiva interdisciplinar, de modo a integrar as áreas de Teologia, Filosofia, Educação e Direito. Construindo conhecimentos interdisciplinares que viabilizem a formação de profissionais que dominem de forma articulada as categorias teórico-metodológicas destas áreas, busquem o desenvolvimento e a produção de novas tecnologias, práticas e abordagens e compreendam a inclusão como fator de socialização.

Os cursos, com base na sua história, experiência e missão institucional, propõem-se a incrementar a produção de conhecimento, bem como a formação de profissionais numa abordagem interdisciplinar, comprometida com o desenvolvimento de processos, metodologias, e avaliação. Integrando, assim, as áreas de atuação da IES e o compromisso com a inovação, tendo em vista os direitos de cidadania. Estes processos educacionais compreendem a produção de conhecimentos e a formação de profissionais capazes de formar alunos que respeitem as diferenças.

O ‘processo avaliativo’ atuará como organizador qualificado que auxilie o desenvolvimento das ações e das abordagens dos processos educativos na perspectiva de sua articulação nas diferentes áreas. A avaliação desempenha um papel de interlocução entre as partes e o todo, na medida em que possibilitam uma dinâmica de duas vias considerando as particularidades e as especificidades de cada indivíduo sem desviar-se deste sujeito na sua totalidade.

Em síntese, os cursos pretendem potencializar um profissional com:

- a) visão multidisciplinar e interdisciplinar;
- b) capacidade de ler o contexto local e regional, para planejar, projetar e organizar ações interdisciplinares;
- c) competência em iniciação científica interdisciplinar focada no desenvolvimento de novas tecnologias, práticas, intervenções e interações;
- d) qualificação para atuação interdisciplinar nos ambientes sociais na perspectiva da inclusão;
- e) qualificação para impactar positivamente as instituições de administração, de educação, de direito e de teologia através da iniciação científica, do desenvolvimento, da gestão e da práxis profissional;
- f) formação profissional e iniciação científica capaz de articular ações nos diferentes níveis de ensino, grupos étnicos e etários, nas perspectivas intergeracional e interdisciplinar.

Os Cursos de Pós-Graduação em Nível de Especialização estarão ligados à natureza dos cursos de Graduação que a FAPAS oferta. Dessa forma, eles poderão representar uma possibilidade dos egressos de nossa Faculdade fazerem um aprofundamento de seus estudos. Porém, a natureza específica do curso dependerá das demandas sociais do momento histórico vivido, das condições do mercado e principalmente das orientações da Legislação vigente. Esses elementos serão avaliados pela Coordenação da Pós-Graduação, a Direção Geral e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAPAS.

Desde 2003, a perspectiva da Especialização tem feito parte da nossa Instituição, pois nesse ano iniciou a primeira turma de Especialização em Ensino Religioso. Nos últimos anos, a FAPAS tem ofertado vários cursos de especialização na modalidade presencial. Na vigência deste PDI, a intenção é continuar ofertando-os quando houver demanda. Certamente a realidade econômica, social poderá possibilitar a abertura de vários cursos de Especialização na modalidade presencial, mas também poderá dificultar essa oferta. Destaca-se também a oferta de cursos próprios de Especialização na modalidade EaD visto que agora a IES está credenciada para tanto. Poderão ser ofertados cursos de Especialização em parceria com outras instituições de Ensino Superior.

A FAPAS, também, pensa em ofertar cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado, tanto profissionais quanto acadêmicos. Esses cursos dependerão do Credenciamento Institucional para esse nível educacional, de parcerias feitas com outras Instituições de Ensino Superior a nível nacional ou internacional, sempre obedecendo o que preconiza a legislação vigente.

3.1.2.1 Integração graduação-pós-graduação e educação continuada

Esta integração supõe uma flexibilidade curricular alicerçada na Instituição, no indivíduo e numa nova visão de ensino-ciência-sociedade, a fim de termos um aluno integrado consigo mesmo e voltado para a sociedade em transformação. O currículo dos cursos deverá: encarar o homem holisticamente; estimular a criatividade individual e coletiva; estabelecer elos de envolvimento entre ensino-pesquisa-extensão; mostrar a ligação teoria-prática; estabelecer as relações entre sociedade, progresso, desenvolvimento e profissão; habituá-lo às mudanças e estar preparado para sua ocorrência; desenvolver no aluno o espírito crítico e o hábito de utilizar os meios de comunicação e processamento de dados; desenvolver atividades em grupo; possibilitar a troca de informações em todos os níveis.

Assim, no currículo de graduação, as disciplinas obrigatórias, com o conteúdo programático tradicional do Curso e mais as disciplinas optativas suplementares proporcionarão uma inter-relação entre as disciplinas. Estas disciplinas optativas devem ser capazes de despertar interesse profissional, podendo constituir-se, a critério do Colegiado do Curso, em disciplinas da Especialização ou de Extensão. Isso facilitará a educação continuada, pois permitirá que os profissionais que queiram se especializar, se matriculem nessas disciplinas ao lado dos alunos de graduação, adquirindo créditos para o Curso de Especialização ou recebam, em cada disciplina cursada, um Certificado de Curso de Extensão.

Outro aspecto importante a considerar é que as disciplinas optativas podem ser suprimidas a qualquer momento e substituídas por outras, atendendo as necessidades de mercado. Isso estimula a integração FAPAS-Comunidade. Por extensão, também o estudante sairá da Faculdade mais atualizado. Assim, a Graduação oferecerá uma formação científico-tecnológica generalista e, ao mesmo tempo, facultará ao estudante o estabelecimento das bases para uma futura especialização. Por outro lado, a Pós-Graduação, proporcionará a criação de vários cursos de Especialização, conforme as necessidades do mercado. Assim, cada graduação poderá oferecer um ou mais cursos de Especialização. Também haverá a possibilidade da criação de cursos de Especialização inter-áreas.

Com este modelo, na graduação pode-se imaginar outros setores ocupados pelos cursos na Faculdade, pois existem disciplinas ministradas para todos. Analogamente, poder-se-ia aplicar o modelo de disciplinas optativas comuns. Por exemplo, um estudante de

Teologia poderia ter interesse em cursar uma disciplina do Direito uma da Filosofia, etc. O mesmo raciocínio será estendido para cursos de Especialização.

Por fim, esta proposta também permite o estabelecimento de bases para Programas de Mestrado Profissional. Nesse caso, a grade curricular dos cursos poderia estruturar-se, por exemplo, da seguinte forma: Graduação, com as disciplinas obrigatórias, atividades complementares e disciplinas optativas a serem aproveitadas na Pós-Graduação. Especialização, com disciplinas obrigatórias para cada especialização mais as optativas da Graduação.

Com a implementação dessa flexibilidade curricular, acreditamos ser possível: maior integração aluno-faculdade-pesquisa-empresa-sociedade; adequada continuidade entre graduação e pós-graduação; ensino centrado na graduação no aluno, a fim de estimular potencialidades e pretensões; incentivo ao redirecionamento do interesse do acadêmico por outras áreas e à pós-graduação; possibilidades de especialização e de o estudante escolher a Especialização da área de seu interesse; condições ao egresso de retornar e redirecionar seus conhecimentos; e possibilidade de ampliação do leque de conhecimentos numa ou em várias áreas.

3.1.3 Educação a Distância – (EaD - FAPAS)

A Educação a Distância da Faculdade Palotina (EaD) que deverá ser implantada na vigência deste documento Institucional, faz parte da inovação educacional desenvolvida na Instituição e diz respeito à expansão de oportunidades e de programas de qualidade ofertados envolvendo os cursos de Graduação, num primeiro momento e, posteriormente, os cursos de Pós-Graduação e Extensão, fortalecendo assim a missão Institucional e a estreita relação entre Ensino, Iniciação Científica e Extensão. Nesta modalidade, na vigência deste PDI, serão colocadas em prática algumas parcerias com outras Instituições de Ensino Superior, também credenciadas junto ao MEC, que se aproximam dos objetivos e missão da FAPAS e juntos serão ofertados cursos de Graduação e Pós-Graduação na modalidade EaD.

No que concerne os cursos na modalidade à distância a instituição prevê o atendimento as seguintes políticas de ensino:

- a) capacitação para a utilização de novas metodologias de ensino-aprendizagem com base nas TICs e no AVA;

- b) a promoção da qualidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando-se a articulação e integração acadêmica entre as modalidades presencial e EaD, para promover formações equivalentes em todos os âmbitos dos cursos;
- c) possibilitar a integração entre docentes, discentes e orientadores educacionais dos cursos na modalidade a distância, com o intuito de desenvolver e aprimorar as práticas de ensino-aprendizagem;
- d) fomentar processos participativos de orientação educacional das atividades EaD (com supervisão dos docentes) para proporcionar aos discentes orientação sobre aspectos do curso sejam metodológicos, tecnológicos ou de ensino;
- e) disponibilizar os conteúdos, bibliografias e materiais didáticos, em diferentes formatos para atender à proposta curricular.

Ressalta-se que para os cursos na modalidade a distância, a política de ensino também institui a atuação da equipe multidisciplinar para apoiar as atividades docentes, a qual é formada por docentes e técnico-administrativos.

No que concerne às políticas de pesquisa e extensão, além das já citadas anteriormente neste documento e que regem os cursos da instituição independente da modalidade, entende-se que para os cursos na modalidade a distância, é necessário também com relação à pesquisa:

- a) o desenvolvimento da pesquisa como suporte para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem e estimular os discentes para a produção de conhecimento prático e empírico;
- b) a integração do ensino de graduação em consonância com a pesquisa básica e aplicada, considerando-se a coerência acadêmica entre as modalidades presencial e EaD;
- c) a consistência da pesquisa básica e aplicada em diferentes ambientes e modalidade educacionais, a fim de propiciar a reflexão crítica, o pensamento científico e autonomia dos discentes na construção do conhecimento com o auxílio das TICs.

No que tange a extensão, compreende-se que a criação do curso de Administração e dos outros cursos na modalidade a distância, também se caracteriza como uma prática de extensão, já que é uma forma de atender as demandas sociais e promover a integração dos participantes do curso na comunidade acadêmica. Para tanto, estão previstas ações de extensão nos polos, que estão relacionadas às capacitações e formação da comunidade acadêmica. Além disso, como práticas de extensão pretende-se implementar na modalidade a

distância o Curso de Teologia (conforme previsto neste documento) e demais cursos de curta duração e pós-graduação.

3.1.3.1 Organização administrativa dos cursos EaD

Os cursos a distância, dependendo da sua natureza, irão se ligar aos órgãos institucionais já existentes na Instituição. Quando for um curso de Graduação a coordenação deste se ligará a coordenação acadêmica da Instituição, quando for um curso de Pós-Graduação este se ligará a coordenação de Pós-Graduação e quando for um curso de Extensão este terá ligação ao Gabinete de Projetos – GAP – que acompanha e organiza a Extensão institucional.

3.1.3.2 Diretrizes para a Educação a Distância:

- Formação dos professores e do quadro funcional administrativo que darão suporte aos professores para atender as demandas de uso das tecnologias digitais, principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle*;
- Aperfeiçoamento constante os Projetos Pedagógicos dos Cursos em consonância com as necessidades dos mesmos e da legislação;
- Acompanhamento e avaliação dos cursos e atividades, com vistas ao seu constante aprimoramento;
- Promoção do ensino de forma indissociável da pesquisa e extensão;
- Incentivo às atividades de pesquisa na área da EaD.

3.1.3.3 O Professor na Modalidade EaD

Conjunto de profissionais vinculados à IES com funções que envolvam o conhecimento do conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, como autor de material didático, coordenador de curso e professor responsável por disciplina. Este estará vinculado ao Plano de Carreira dos Professores da IES. Na sua maioria, os professores que atuarão nos cursos na modalidade a distância, possuem qualificação acadêmica nas áreas do curso e experiência em EaD. Além disso, são previstas pela Equipe Multidisciplinar capacitações específicas para o corpo

docente, com temas que tratam da Educação a Distância; Aprendizagem sobre as TICs; Atuação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle da Instituição) e Elaboração de Material e Vídeos para Modalidade a Distância. Do mesmo modo, o profissional que dará suporte aos professores, deverá apresentar a qualificação exigida em edital (ensino superior na área de conhecimento do curso) e será capacitado para atuar com o ambiente virtual de aprendizagem do curso.

3.1.3.4 Perfil do profissional de suporte aos professores da FAPAS na modalidade a distância – Orientador Educacional

Este profissional dará suporte ao professor mediando o processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes e também auxiliando nas atividades presenciais que poderão acontecer no polo, deverão seguir as determinações da legislação vigente, como também os documentos institucionais dos cursos que eles estão vinculados.

O orientador educacional precisa ter presente os valores éticos preservando os princípios e valores, objetivos e a missão da institucional. Espera-se também que ele possua profundo conhecimento teórico, pautado em uma ação criativa e atualizada, reconhecendo a importância da formação continuada. Ele precisará levar em conta a dinâmica do professor que deverá criar estratégias e materiais didáticos que potencializem o processo ensino aprendizagem.

3.1.3.5 Estudo para implantação de polos EaD

A presença dos membros da mantenedora, através dos padres e irmãos Palotinos nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Rondônia, já habilitam esses locais para serem possíveis polos dos cursos EaD.

No decorrer da implementação dos cursos estudos de viabilidade e de reconhecimento local serão realizados. O que se percebe é que nos locais onde a mantenedora se faz presente acompanha quase sempre o desenvolvimento da região. Santa Maria, onde a Faculdade pretende manter um polo do curso EaD, surgiu ao redor de um acampamento militar e foi instalada como município em 17 de maio de 1858. Já em 1909 os membros da mantenedora fundam a organização Religiosa em Santa Maria, em 1941 iniciou o Curso Livre de Filosofia e em 1948 o Curso Livre de Teologia, no Seminário de São João do Polêsine; na época 5º Distrito de Cachoeira do Sul, distante quarenta e cinco quilômetros de Santa Maria. Através

da Portaria nº. 2.615, de 06 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2001, o MEC credenciou a Faculdade Palotina como Instituição de Ensino Superior situada em Santa Maria que tem uma área de 1.788,129 Km² sendo o 34º (trigésimo quarto) maior município do Estado. A cidade faz limites com os municípios de Itaara, Júlio de Castilhos, São Martinho da Serra, São Gabriel, São Sepé, Silveira Martins, Restinga Seca, Formigueiro, São Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar.

Tendo em vista que a Faculdade Palotina está consolidada com seus cursos de graduação presencial e as Especializações há 20 anos, opta-se neste momento para se ter um polo EaD do Curso pretendido para autorização tendo em vista a necessidade de atingir também os municípios vizinhos de Santa Maria citados anteriormente. Esta breve apresentação mostra a presença dos membros da Mantenedora com o desenvolvimento local e por isso a busca do credenciamento para atuar na modalidade EaD quer servir para continuar acompanhando o desenvolvimento local e regional. Num primeiro momento as cidades de Ariquemes/RO, Campo Grande/MS, Coronel Vivida/PR, Porto Velho/RO, serão as primeiras referenciais para a implementação dos polos, No decorrer da implementação dos cursos nessa modalidade e dos estudos feitos poderão surgir outras possibilidades de polos em outros locais onde a Mantenedora atua através de seus membros. Também poderão ser firmados convênios com outras Instituições jurídicas em locais onde a mantenedora não tem membros atuando.

Em relação ao Polo de Ariquemes trata-se de uma região em constante crescimento econômico e populacional. Localizada na região central do estado de Rondônia é destino de inúmeras famílias e jovens, que buscam melhores condições de vida e educação profissional e humana, pois está situada no Vale do Jamari composto por nove municípios, segundo o IBGE (2010) são 222.668 habitantes em todo o Vale do Jamari. Tendo presente os dados do IBGE (2010) de quatro desses municípios a região contava aproximadamente na época com 20.565 habitantes formados no Ensino Médio e em 2017 com 5.433 habitantes matriculados no Ensino Médio. São dados aproximados, uma vez que levam em conta uma parte dos municípios que tem como referência a cidade de Ariquemes por ser a maior. É possível perceber que há demanda para um Polo de educação a distância da Faculdade, visto que através de um centro de formação de lideranças, os padres e irmãos palotinos, durante muitos anos contribuíram para a comunidade local e seus cidadãos, fornecendo cursos de capacitação, promoção humana e formação cristã. A partir dessa fundamentação, percebe-se que os cursos de EaD possibilitarão uma ampliação no processo formativo e no desenvolvimento regional das famílias e cidadãos que se encontram em Ariquemes e região.

Em Porto Velho estima-se que, em 2021, a população seja de aproximadamente 548.952 pessoas. Em 2019, o salário médio mensal era de 3.4 salários mínimos. A taxa de Escolarização das pessoas de 6 a 14 anos é de 94,5%, esses são dados do censo de 2010. Em 2020, segundo o IBGE, Porto Velho teve 77.018 matrículas no ensino fundamental e 17.832 matrículas no ensino médio. Ao todo entre docentes de ensino fundamental e médio somam-se 4.075 professores¹⁸.

Campo Grande/MS é outro local onde os Padres e Irmãos Palotinos membros da mantenedora da FAPAS atuam e participam do processo de formação e crescimento do local. Segundo dados do IBGE, são 916 mil habitantes aproximadamente em 2021. O salário médio mensal em 2019 era de 3.5 salários mínimos. A taxa de escolarização em 2010 entre 6 a 14 anos era de 98%. No ano de 2020 foram 114.573 matrículas no ensino fundamental e 36.020 matrículas no ensino médio. Ao todo são aproximadamente 8.308 professores que atuam no ensino fundamental e médio.

Coronel Vivida/PR está situado no Sudoeste Paranaense e faz parte de uma mesorregião que tem quarenta e dois municípios, a sua microrregião possui dez municípios, locais acessíveis e de fácil ligação com a cidade de Coronel Vivida, onde está situado mais um polo de educação superior da Faculdade Palotina. Esta cidade conta com a presença de membros da mantenedora que ali atuam nos seus trabalhos pastorais e atuam também difundindo informação e cultura através da Rádio Vicente Pallotti, meio de comunicação este gerido pelos Padres e Irmãos que ali atuam e desta forma também difundem os cursos de graduação e pós-graduação ofertados no polo educacional.

Tendo presente esses elementos da realidade dos locais onde até o presente momento existem polos de educação superior ligados a FAPAS pois ali se encontram membros da mantenedora. Desta maneira com a atuação na educação superior através dos Polos e dos cursos ali ofertados, a mantenedora em conjunto com a FAPAS dá continuidade e aperfeiçoa o processo de formação e crescimento dessas regiões. Na vigência deste PDI outros Polos serão efetivados onde os membros da mantenedora atuam, mas também em locais onde parcerias podem ser realizadas respeitando a missão institucional.

¹⁸ Dados consultados no site do IBGE, disponível no endereço: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>, em julho de 2021.

3.1.3.6 Estrutura dos polos EaD

A Faculdade Palotina é uma instituição credenciada para atuar na modalidade de presencial. A IES decidiu expandir os cursos em três Polos: No Polo na Sede em Santa Maria situado na Rua Alziro Roggia, 115, Bairro Patronato, onde são realizadas todas as atividades administrativas e pedagógicas do curso a distância. Além disso, a IES tem uma estrutura central de apoio e suporte aos processos de EaD, que inclui a Equipe Multidisciplinar, secretaria, Laboratório de Informática, estúdio para produção de audiovisuais, sala da coordenação pedagógica, sala da produção de materiais didáticos, coordenador da equipe e coordenador do curso EaD, além do pessoal técnico-administrativo. Há, na IES, o Setor de Tecnologia de Informação (CPD), que atua em colaboração aos projetos em EaD, oferecendo suporte tecnológico para a execução do curso na plataforma virtual. Nos polos anteriormente citados, na sua maioria, são estruturas físicas pertencentes à Sociedade Vicente Pallotti, que são cedidas para a Mantenedora Entidade Palotina de Educação e Cultura e sua filial Faculdade Palotina, através de comodato. O polo de Ariquemes/RO, é organizado e gestado por um membro da Mantenedora mas o espaço físico é da Paróquia que é ligada a Diocese de Rondônia e por esse motivo terá um contrato de locação do espaço físico. Esses polos serão de apoio presencial, onde serão realizadas atividades acadêmicas e de secretaria, com o atendimento do orientador educacional a distância, coordenador de Polo, aplicação de provas presenciais, acesso aos sistemas on-line e defesas de trabalhos de conclusão de curso, o que será efetivo na execução do curso. Caso se opte por outros polos também serão organizados em locais onde a mantenedora tem espaços que poderão ser utilizados para essa finalidade ou em outros locais que serão regidos por documentos que comprovem parcerias jurídicas dentro da forma da lei. Todos os locais terão a estrutura adequada para o bom funcionamento do curso tendo ambientes organizados para que os acadêmicos matriculados possam ter acesso ao ambiente virtual e as atividades do curso. Tendo assim a sala de informática, biblioteca, coordenador do polo, secretário para atendimento ao público, professor da disciplina na sede da Instituição e o profissional que auxiliará o professor para o bom andamento da aprendizagem do acadêmico.

3.1.3.7 Recursos e infraestrutura tecnológica e profissional

Os recursos tecnológicos, sua disponibilização, suficiência devem ser gestados em consonância com os projetos de cursos e outras atividades presenciais e a distância a serem

executadas pela Instituição. Nesse sentido as sedes e os polos terão os recursos e infraestrutura tecnológicas necessárias para atender a demanda dos acadêmicos e professores dos cursos EaD. Também os profissionais e equipes de suporte e apoio técnico devem atender às demandas de docentes e discentes que se utilizam dos dispositivos e infraestrutura de EaD nas suas atividades educativas. Nesse sentido, a Instituição disponibiliza o Centro de Processamento de Dados – CPD, responsável pela infraestrutura tecnológica do sistema acadêmico e do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle e sua integração; o Setor de Registro Acadêmico (SERCA) responsável pela documentação e registros da vida acadêmica e a Equipe Multidisciplinar, responsável pela organização das disciplinas no ambiente virtual, orientando e acompanhando junto com os professores e os orientadores educacionais os recursos pedagógicos, materiais de apoio e ferramentas para o ensino aos quais os estudantes terão acesso.

3.1.3.8 Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado para a organização da oferta de cursos na modalidade EaD é o Moodle (*Modular Object Oriented Distance Learning Environment*). O ambiente Moodle possibilita a utilização de diversos recursos midiáticos, linguagens e elementos de comunicação para oferecer muito além de acesso aos conteúdos, mas principalmente, viabilizar a construção do conhecimento através da interação dos sujeitos e grupos envolvidos no processo de aprendizagem. Para isso, é oferecido aos usuários possibilidades de interação via fóruns, chats, mural de recados e mensagens individuais. Além disso, através do ambiente Moodle, acadêmicos matriculados terão acesso ao conteúdo da disciplina.

Dentre os recursos do Moodle destacam-se:

a) **Fórum:** é uma ferramenta que permite os participantes terem discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um longo período de tempo. É utilizado para tirar dúvidas, ou para discussões acerca de temáticas da área.

b) **Glossário:** é uma ferramenta interativa que permite aos participantes criar e manter uma lista de definições, como um dicionário, ou coletar e organizar recursos ou informações.

c) **Vídeos:** poderão ser disponibilizados vídeos pelos docentes que trabalharão em cada módulo com as apresentações do conteúdo de cada disciplina. Ainda, no AVA é possível indicar vídeos hospedados em outras páginas da web por meio de *links*.

d) **Material digital para leitura:** os docentes poderão disponibilizar textos, livros (ou indicação de livros), artigos ou polígrafos, para que os participantes possam ter acesso para leitura, *download* ou impressão.

e) **Chat:** essa ferramenta permite que os alunos e os docentes reúnam-se em horário preestabelecido para discutir conteúdo, tirar dúvidas ou elaborar apresentações de trabalhos, de forma síncrona.

e) **Tarefas:** permite a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho e fornecer notas e comentários, de acordo com as particularidades de cada módulo. Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudio e vídeos. Uma tarefa também pode ser usada para lembrar aos estudantes das atribuições 'mundo real' que eles precisam para completar off-line, tais como obras de arte e, portanto, não necessita de qualquer conteúdo digital. Os estudantes podem submeter trabalhos, individualmente ou como membro de um grupo. Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar comentários de feedback e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio falado.

Os estudantes também terão disponível no AVA, as ferramentas de Navegação, Administração (gerenciamento do perfil de usuário), as ferramentas de interação (mensagem) e ferramentas de acompanhamento (relatórios de notas e atividades).

Além do *Moodle*, outras formas de comunicação facilitam a interação entre as partes, sendo elas: os murais físicos informativos nos polos, e-mail, contatos telefônicos, contatos via whatsapp e videoconferência. A Faculdade disponibiliza acesso à internet com banda larga de qualidade em seus polos de apoio presencial, além de disponibilizar projetores multimídia, TV's, DVD's para uso nos encontros presenciais, bem como laboratórios de informática, biblioteca física e virtual, incluindo também o acesso ao canal da Ouvidoria.

3.1.3.9 O Processo avaliativo na Modalidade a Distância

O processo de avaliação dos cursos a distância atende a legislação vigente e estará descrita no PPC de cada curso. A avaliação se dará 60% na modalidade presencial (prova) em consonância com o disposto no Decreto 5.622/2005. Os demais 40 % serão atividades a distância no ambiente virtual de aprendizagem.

O Planejamento do Ensino e da Avaliação da Aprendizagem está definido no Regimento da Faculdade Palotina, a seguir descrito:

- a) o ensino, no âmbito da Faculdade Palotina é realizado através de situações teórico-práticas, de acordo com plano de ensino, estabelecido pelo professor de cada disciplina;
- b) cada disciplina tem um programa constante do Projeto Pedagógico do Curso aprovado pelo Colegiado do mesmo;
- c) os professores gozam de liberdade no desempenho de suas funções docentes, quanto aos métodos e processos de ensino, exposições, análise e crítica das doutrinas e opiniões científicas;
- d) a avaliação do desempenho escolar é feita por módulos, incidindo sobre o aproveitamento;
- e) a realização da avaliação, bem como a atribuição de notas, compete ao professor que lecionou a disciplina e deve ser coerente com seu plano de ensino.
- f) considera-se aprovado e dispensado da avaliação recuperatória na modalidade a distância o aluno de graduação que satisfizer as seguintes exigências:
 - média igual ou superior a 7,0; e
 - atingir assiduidade e participação de 75% (setenta e cinco por cento) em atividades virtuais no módulo, as quais serão computadas a partir do acesso e da participação do estudante no ambiente de aprendizagem no decorrer do módulo. Reitera-se que a condição para o estudante realizar a avaliação final (exame final) é ter obtido a assiduidade/participação mínima de 75;
- g) a avaliação recuperatória é realizada no polo, sua avaliação pode ser no ambiente virtual ou impressa;
- h) Em caso de ausência do aluno por motivos relevantes e devidamente comprovados, e em uma única vez, pode ser requerida a realização de avaliação recuperatória em época especial;
- i) a avaliação recuperatória é prestada pelos coordenadores dos polos ou secretários presenciais designados pelos mesmos;
- j) o aluno pode impetrar recursos sobre notas, devidamente justificada, ao Coordenador do curso;
- k) não serão recebidos os recursos que motivada e comprovadamente não informarem as razões da divergência e da inconformidade com o grau conferido pelo professor;

- l) a média final das disciplinas de graduação resulta da média aritmética simples entre a média parcial e a nota da avaliação recuperatória; e
- m) nos Cursos de graduação, são considerados aprovados na disciplina após a avaliação recuperatória, os alunos que obtiverem média igual ou superior a 5,0.

As avaliações serão elaboradas pelos professores da Faculdade Palotina com procedimentos e critérios definidos no programa das disciplinas de cada módulo. Caso o estudante não alcance a média 5,0 no exame, terá que cursar novamente a disciplina na qual houve a reprovação, quando esta for ofertada, podendo, portanto cursar as demais disciplinas do módulo seguinte.

3.2 Políticas de pesquisa

A política de pesquisa da FAPAS se dá através da Iniciação Científica, caracterizada por possibilitar ao discente a aquisição de experiência prática em diversas áreas de ensino, através da participação em projetos ligados a diferentes linhas de pesquisa, em eventos científicos e na produção de artigos que contribuirão na sua qualificação, estimulando-o a buscar o conhecimento e a dar continuidade na sua formação como docente pesquisador (na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, garantindo a profícua relação entre ensino e pesquisa).

Na FAPAS, a política de Iniciação Científica visa sistematizar as diretrizes da política e das ações de pesquisa, na forma de ‘iniciação científica’ da Instituição, desenvolvidas desde a sua criação, com as primeiras experiências; visando consolidar e organizar as áreas e as linhas de pesquisa dos cursos, como, por exemplo, o engajamento professor-aluno.

De acordo com a visão de Enricone (1996)¹⁹ ao referir-se à pesquisa na Graduação, a FAPAS também acredita que

mesmo que não se tornem pesquisadores ou não continuem os estudos de pós-graduação, o que frequentemente ocorre, os efeitos da participação dos estudantes em pesquisas serão sentidos, decorrentes da utilização do método científico, do emprego do raciocínio lógico, da experimentação, do trabalho em equipe, da aceitação da disciplina própria de toda atividade científica e da atuação em encontros científicos (1996, p.39).

¹⁹ ENRICONE, Delcia. FRONDIZI, Risieri. La universidad en un mundo de tensiones. Misión de las universidades en America Latina. Buenos Aires: Paidós, 1996.

Consolidadas as atividades de Ensino e as atividades de Extensão, estão dadas as condições para a FAPAS firmar-se como Instituição de Iniciação Científica, cumprindo aquilo que rege seu regimento, no artigo 50, quando diz que: os programas de Extensão e Iniciação Científica se desenvolvem sob a forma de atividades permanentes e de projetos circunstanciais, sob a responsabilidade dos Cursos. Sendo que serão coordenados pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão. Tendo, no entanto, presente o parágrafo único desse artigo, que diz que a FAPAS incentiva a Iniciação Científica e Extensão pelos meios possíveis e conforme as suas condições.

A IES possui atualmente alunos que atuam em projetos inscritos em fluxo contínuo e/ou através de edital. Os projetos podem ser renovados a cada ano, conforme o tempo previsto para a sua consecução.

Os projetos devem, no entanto, ser elaborados segundo critérios definidos pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão, coordenados por um professor da FAPAS; devendo passar pela Coordenação do Curso e, quando necessário, pelo Comitê de Ética; bem como pela Coordenação Acadêmica e pela Coordenação Administrativo-financeira, quando se fizer necessário.

A gestão dos projetos de iniciação científica fica a cargo da Coordenação da Iniciação Científica e Extensão, diretamente ligada ao Diretor da Instituição. A opção por esta forma estrutural apoia-se em dois argumentos: a necessidade de manter a trajetória de integração da Iniciação Científica com o Ensino e com a Extensão e a possibilidade de que as ações investigativas estejam presentes na Instituição, a partir dos Cursos de Graduação, integrando os projetos político-pedagógicos. Devendo ser, contudo, acompanhados pelos Colegiados dos Cursos. Dessa forma, a IES propõe-se a evitar projetos de Iniciação Científica isolados e elitizados, e garante o atendimento às especificidades desta função, através da Coordenação.

3.2.1 Ações de iniciação Científica

Embora haja um esforço hodierno para a institucionalização da Iniciação Científica, ações investigativas se desenvolvem há tempo, pela iniciativa de docentes das diversas áreas. Ao tempo que se desenvolviam estas experiências de pesquisa, as atividades de extensão ofereciam terreno fértil para a formulação de problemas investigativos, particularmente os relacionados aos cursos de Teologia e Filosofia. Assim, a Iniciação Científica na FAPAS nasce integrada ao Ensino e à Extensão e com características interdisciplinares, dada a natureza prática dos problemas enfrentados.

Com a oferta de novos cursos e da política comprometida com a superação do caráter assistemático e individualizado dos estudos, tendo em vista a Iniciação Científica como ação intencional, sistematizada e coletiva, se consolida o caráter de interdisciplinaridade que caracterizavam as primeiras ações.

Os critérios usados estão na missão institucional enquanto expressão da história de inserção da IES na comunidade, a partir dos princípios da educação palotina, da qualificação docente e da trajetória investigativa, expressa na produção científica. Desses critérios saíram as seguintes áreas de pesquisa da FAPAS:

Quadro 05 – Demonstrativo das Áreas de Pesquisa da Faculdade Palotina

Área	Enfoque
Direitos Humanos, Educação, Cultura e Evangelização	Refere-se ao estudo das questões filosóficas, legais, sociais, educativas, culturais e de evangelização sob o ponto de vista da diversidade e da necessidade de construção de pilares, que permitam a comparação, a aproximação e a solidariedade. Aborda os Direitos Especiais, tais como os dos idosos, negros, índios, mulheres, crianças, adolescentes, PNE e consumidores; bem como ações afirmativas e políticas da inclusão. Busca, ainda, a análise do operador do Direito como membro dos poderes do Estado, garantidor das funções essenciais à justiça e agente das transformações sociais. Encerra, também, o estudo dos direitos constitucionalizados pelo Estado, bem como os instrumentos formais de proteção dos membros.
Qualidade de Vida, Bioética e Meio Ambiente	Refere-se aos fatores relacionados com a qualidade de vida, a biossegurança, a ética, a cidadania, a gestão ambiental e a responsabilidade social, bem como a projetos economicamente viáveis, relacionados ao desenvolvimento sustentável.
Pallotti e a União do Apostolado Católico	Refere-se ao estudo da vida, do carisma, da espiritualidade e da obra de Vicente Pallotti, de seus continuadores, e das ações da União do Apostolado Católico na perspectiva de imitar Jesus Cristo – Apóstolo do Eterno Pai.

Fonte: Institucional

Para a infraestrutura destinada à Iniciação Científica, quanto a instalações e equipamentos, são disponibilizados os seguintes espaços físicos institucionais: salas de aula, salas de estudo da Biblioteca – funcionando nos três turnos–, laboratórios equipados com computadores que possuem acesso à internet e salas usadas pelos Núcleos.

Já os laboratórios e núcleos ligados à pesquisa são: Laboratório de Informática, Núcleo de Práticas Jurídicas e Núcleo Palotino de Psicologia e Estudos Culturais.

A FAPAS estrutura suas ações em um contexto em que o conhecimento torna-se cada vez mais decisivo em todas as atividades e em todos os campos da vida social. O impacto tecnológico da acelerada produção do conhecimento tem alterado substancialmente as relações sociais. Neste contexto de uso intensivo do conhecimento, ela coloca-se como IES habilitada ao manejo criativo e humanizante da ciência; voltada aos objetivos de um desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável.

Ou seja, uma IES que promove a Iniciação Científica, que contribui para a produção de uma ciência capaz de ligar a ética à emancipação solidária da cidadania; e com conhecimento que colabora para formar homens e mulheres irradiadores de valores, que superem todas as formas de discriminação.

Com esses pressupostos e ações, a IES fundamenta sua política de Iniciação Científica na compreensão de que a formação de quadros exerça liderança na produção do conhecimento, comprometido com o desenvolvimento de relações sociais, pautadas no reconhecimento dos direitos de cidadania e na perspectiva de inclusão social. O que implica no desenvolvimento de subjetividades que compreendam o papel revolucionário da ciência, enquanto promotora de qualidade de vida com justiça social e sustentabilidade.

Assim, a Iniciação Científica, articulada com o Ensino, fornece conhecimentos, questões de investigação e espaços para programas, projetos e cursos de Extensão. Da mesma forma, os projetos e cursos de Ensino e de Extensão contribuem para a identificação de linhas de estudo e para a proposição de ações que articulem interdisciplinarmente, investigação, apropriação do conhecimento e intervenção social.

Nesta compreensão, as práticas têm suas linhas definidas a partir das relações que os cursos estabelecem com as demandas sociais; seus processos e produtos, por sua vez, alimentam e sustentam os cursos e conferem originalidade às ações de Extensão.

Esta política resultou do fortalecimento das ações de Ensino e Extensão e da qualificação do corpo docente, com o que se pretende o estabelecimento de processos que efetivem o desenvolvimento da cultura investigativa que fortaleça a indissociabilidade entre Ensino-Iniciação Científica-Extensão na Instituição.

A FAPAS, ao pretender formar profissionais qualificados e éticos para edificarem uma sociedade justa e fraterna, à luz dos princípios cristãos, embasa sua política de Iniciação Científica em três abordagens: Princípios, Diretrizes e Metas apresentadas da seguinte forma:

3.2.2 Princípios da Iniciação Científica

- a) criação e consolidação de grupos fundamentados na interdisciplinaridade das áreas de conhecimento;
- b) ações pautadas pelo compromisso com o atendimento às demandas sociais na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento sustentável, atendendo aos princípios da ética, da democracia e da justiça social;
- c) as linhas dos cursos expressarão a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão,

nas áreas consideradas prioritárias, a partir da missão institucional, provendo o desenvolvimento de uma cultura investigativa;

- d) as linhas de pesquisa promoverão a integração entre ciência e tecnologia na busca do desenvolvimento sustentável, buscando viabilizar soluções tecnológicas com compromisso social; e
- e) como trabalho coletivo, estimulará o desenvolvimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes, visando aprimorar a qualidade da produção e a formação dos envolvidos.

3.2.3 Diretrizes da Iniciação Científica

- a) estimular iniciativas inovadoras e realização de atividades, conforme as demandas e expectativas do PDI;
- b) assegurar recursos institucionais para a execução das atividades, dando condições para seu desenvolvimento;
- c) promover a institucionalização da Iniciação Científica integrada ao Ensino de graduação e pós-graduação, à Extensão e à gestão nas diferentes áreas do conhecimento;
- d) estimular e manter condições para a qualificação do corpo docente e discente; e
- e) investir na formação de quadros competentes em produção e desenvolvimento, através de estratégias que articulem a prática investigativa, a apropriação de conhecimentos e a intervenção social.

3.2.4 Metas da Iniciação Científica

- a) estimular professores e alunos a desenvolverem projetos, visando os eventos acadêmicos;
- b) aperfeiçoar a Iniciação Científica para que absorva um maior número de alunos, aumentando o reconhecimento interno e externo dos trabalhos realizados;
- c) contribuir para eliminar o senso comum de que só se faz Iniciação Científica com bolsa, valorizando os esforços de quem participa espontaneamente;
- d) estimular a formação de pesquisadores e voluntários, visando à qualificação profissional e à preparação para pós-graduação;
- e) aproximar alunos de graduação e pós-graduação;

- f) Aproximar alunos de áreas de formação diferentes;
- g) vincular preferencialmente projetos de Iniciação Científica a disciplinas. Quando o registro for feito no Gabinete de Projetos, abrir um campo de formulário para indicar as disciplinas com relação direta ou indireta com o projeto;
- h) indicar o benefício trazido pelas ações para a qualidade de ensino e a motivação a participação de alunos da disciplina em suas atividades;
- i) incentivar parcerias entre Educação Básica, Graduação e Pós-Graduação, com projetos de aperfeiçoamento do ensino, propondo experiências metodológicas e bibliográficas renovadas;
- j) aperfeiçoar a divulgação dos mecanismos de fomento, para aumentar a participação;
- k) desenvolver projetos de extensão vinculados a interesses institucionais;
- l) incentivar, em articulação com as linhas de pesquisa da IES, atividades atentas a demandas da comunidade, dedicadas ao benefício coletivo, capazes de priorizar práticas que atendam às necessidades sociais;
- m) contemplar, na política institucional e em suas articulações com Ensino e Extensão, eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais;
- n) incentivar ações interdisciplinares e atividades de caráter complementar, eventuais ou permanentes de conexão entre disciplinas regulares;
- o) promover eventos reunindo estudiosos de várias áreas;
- p) desenvolver política de aumento do acervo da biblioteca, como de projetos para obtenção de recursos;
- q) incentivar a participação de docente, discente e funcionário em eventos científicos para apresentar trabalhos, por ser atividade decisiva à troca de ideias, divulgar a produção e permitir debate e avaliação pública;
- r) oferecer cursos de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Estatística e Informática com vistas a instrumentalizar a comunidade acadêmica para a execução de seus estudos;
- s) promover cada vez mais o aproveitamento da página institucional para apresentação de resultados de estudos, divulgação de eventos e calendários de órgãos de fomento;
- t) estimular a socialização e divulgação da produção científica da IES em veículos qualificados;

- u) consolidar e ampliar os índices de produtividade docente;
- v) estimular e apoiar o relacionamento com agências de fomento;
- w) diversificar e ampliar a produção da Editora Biblos, estimulando as publicações de docentes e discentes, assim como das revistas existentes na Instituição.

3.2.5 Avaliação da Iniciação Científica

Os professores assumem os seguintes compromissos com seu projeto:

- a) cumprimento do cronograma previsto no projeto;
- b) execução do projeto proposto;
- c) organização de atividades para socialização e divulgação da pesquisa;
- d) apresentação, em tempo hábil, dos relatórios do estudo;
- e) articulação para o desenvolvimento de intercâmbio e convênios interinstitucionais;
- f) filiação a uma entidade da comunidade científica – sociedade e/ou associação; e
- g) apresentação de relatório final de seus projetos, explicitando os resultados obtidos junto à Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

3.2.6 Linhas de pesquisa dos cursos

As linhas de Pesquisa da Instituição e dos cursos norteiam a Iniciação Científica da Instituição. O Colegiado e os Coordenadores de Curso aprovaram e estabeleceram as linhas de pesquisa, explicitadas nos respectivos projetos políticos dos cursos. Assim, a FAPAS desenvolverá sua Iniciação Científica segundo as seguintes linhas propostas pelos Cursos de Graduação, explicitadas nos Quadros 6, 7 e 8:

Quadro 06 – Demonstrativo das Linhas de Pesquisa do Curso de Direito

Área	Enfoque
Direitos Humanos, Meio Ambiente e Ordem Internacional	A linha de pesquisa dedica-se ao tema dos direitos humanos em sua configuração integral, de modo a abranger os chamados direitos civis, políticos e sócioeconômico-culturais. Problematicando, assim, a natureza política em sentido amplo dos direitos humanos. De outra parte, a reflexão jurídica é assumida em um quadro pós-positivista, conectada com a filosofia moral e política. A partir desta perspectiva, coloca-se a discussão em torno de saber se a existência e o exercício dos direitos humanos implicam uma forma determinada do Estado de Direito e do regime democrático-representativo e um <i>modus vivendi</i> da sociedade em geral; bem como o debate sobre o processo de constituição de direitos para além do Estado.
Democracia, Transformações do Estado	Pensar a Constituição e seu significado atual constitui expressivo desafio não apenas para a teoria constitucional em geral, mas para as diversas áreas jurídicas em particular. O modelo constitucional que marcou o constitucionalismo do século XVIII não é o mesmo

Contemporâneo e Pensamento Constitucional	das estruturas constitucionais contemporâneas, ainda que muitos dos seus traços sejam continuamente afirmados. As discussões acerca dos novos modelos de direitos e de suas possibilidades concretas estão na ordem do dia, ditando, nos diversos níveis da teoria constitucional, as pautas do debate. Certezas antigas são consideradas em crise, ao mesmo tempo em que se buscam metodologias consistentes para a análise do novo em conexão com as tradições
Teoria do Direito, Acesso à Justiça e Construção de uma Cultura de Paz	Tão imprescindível quanto a explicitação dos modelos do pensamento jurídico, tem-se afigurado a análise sobre o que tais modelos têm a oferecer às diversas disciplinas jurídicas. Nesse contexto, o estudo das relações entre Direito e Estado deve privilegiar o exame dos aspectos teóricos do nosso sistema, em conexão com os institutos e referências estrangeiros. De outra parte, a crítica do paradigma da modernidade representa uma crítica do individualismo, realizada desde diversas perspectivas teóricas e disciplinares (filosofia, sociologia, antropologia, psicanálise), o que permitiu ultrapassar a concepção do indivíduo como um dado natural, tornando possível pensar a subjetividade como uma construção histórica. Abriu-se assim espaço para uma multifacetada reflexão, para a qual convergem as mais importantes questões relativas à crise do paradigma moderno e às características do modelo emergente (natureza/cultura, sujeito/objeto, corpo/psiquismo, razão/paixão). Esta perspectiva, por sua vez, abre horizontes novos, distantes tanto do determinismo quanto do relativismo, para pensar a questão ética. Esta linha de pesquisa visa criticar tais pressupostos, ao mesmo tempo em que busca constituir-se no arcabouço da reflexão contemporânea sobre este tema e sobre suas consequências para as teorias jurídicas e políticas.

Fonte: Institucional

Quadro 07 – Demonstrativo das Linhas de Pesquisa do Curso de Filosofia

Área	Descrição
Filosofia, Ensino e Aprendizagem	Nessa linha desenvolvem-se estudos sobre a educação e o ensino desde os pontos de vista filosófico e histórico estabelecendo relações entre o pensamento filosófico e as práticas pedagógicas, questionando os conceitos e os enunciados fundamentais dos sistemas filosóficos e das teorias pedagógicas, contribuindo com o entendimento interdisciplinar das problemáticas educacionais. Tal linha de pesquisa está em consonância com a linha de pesquisa da FAPAS, a saber, “Direitos humanos, Educação, cultura e evangelização”, de acordo com a qual se desenvolvem pesquisas sobre as questões filosóficas, legais, sociais, educativas, culturais e de evangelização sob o ponto de vista da diversidade e da necessidade de construção de pilares que permitam a comparação, a aproximação e a solidariedade. Aborda os Direitos Especiais, tais como os dos idosos, negros, índios, mulheres, crianças, adolescentes, PNE e consumidores, bem como ações afirmativas e políticas da inclusão. Temas: Ensino de Filosofia. Educação. Formação de professores. Métodos de avaliação. Metodologias de ensino. Interdisciplinaridade. Direitos Humanos. Diversidade étnico-cultural. Educação ambiental. Inclusão.
Filosofia Teórica e Sistemática	Contempla as diversas abordagens filosóficas referentes à origem e ao desenvolvimento da Filosofia Teórica e Sistemática. No que tange ao enquadramento teórico, adota-se as seguintes linhas orientadoras: estruturação conceitual, fundamentação e justificação do conhecimento, análise da subjetividade e teoria crítica. A respeito da Filosofia Sistemática, a investigação acompanha o desenvolver do pensar sistematizador em geral, compreendendo assim as diversas posturas metódicas, o pensar lógico, as teorias da linguagem, os grandes sistemas metafísicos e antropológicos. Tal linha de pesquisa pode ser relacionada à linha de pesquisa de nossa instituição que é a de “Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento”, tendo em vista a consideração pelo que é peculiar de nosso curso, fazer a distinção entre informação e conhecimento, para isso utiliza-se das diferentes vertentes filosóficas para contribuir para essa discussão. Temas: Conhecimento. Subjetividade. Corporeidade. Método. Intencionalidade. Crença. Justificação. Verdade. Filosofia transcendental. Representação e conteúdo mental. Crítica. Significado. Referência. Antropologia. Pessoa. Existência. Tempo. Mundo. Ontologia.

Ética e Filosofia Política	Investiga-se os temas clássicos da Ética e Política, visando compreender os contornos das problemáticas contemporâneas, a tensão que articula teoria e prática, a construção de referenciais teóricos para refletir sobre relevantes questões do agir moral. Discute-se, ademais, questões centrais sobre a fundamentação e justificação do dever-ser das relações entre ética e cultura. Assim, busca-se estabelecer, no campo da filosofia prática, a pesquisa acerca dos desafios éticos, políticos e sociais da atualidade. Investiga-se, sobretudo, questões relacionadas à ideologia, ao poder, aos direitos humanos, às teorias da história e às teorias da justiça. Tal linha de pesquisa se insere na linha de pesquisa institucional que é a de “Qualidade de vida, Bioética e Meio ambiente”, na qual são tratados temas relacionados com a qualidade de vida, a biossegurança, a ética, a cidadania, a gestão ambiental e a responsabilidade social, bem como a projetos economicamente viáveis, relacionados ao desenvolvimento sustentável. Temas: Ética. Filosofia Política. Cidadania. Estado. Indivíduo. Relações de Poder. Cultura. Valor moral. Liberdade. Responsabilidade. Sentimentos Morais. Dignidade. Felicidade. Governabilidade. Dilemas Morais. Virtude. Justiça. Bem. Bioética.
----------------------------	--

Fonte: Institucional

Quadro 08 – Demonstrativo das Linhas de Pesquisa do Curso de Teologia.

Área	Linha de Pesquisa	Descrição
Bíblica	A unidade da Palavra num crescendo, de Abraão a Jesus Cristo	Refere-se ao estudo da origem, da natureza e das etapas de formação dos diversos livros que formam a Bíblia. Verifica como foi a transmissão da Palavra de Deus ao longo dos séculos e como foi trazida para a época atual. Avalia a riqueza e o valor espiritual, teológico e pastoral dos textos bíblicos na compreensão e testemunho da revelação de Deus, em Jesus Cristo.
Pastoral	Espiritualidade Cristã e os desafios pastorais de cada época	Refere-se ao conhecimento e seguimento de Cristo, Bom Pastor, com um olhar aberto para a realidade de onde surgem os desafios pastorais, buscando o diálogo ecumênico e inter-religioso com pluralismo cultural, em vista de uma sociedade justa e fraterna, como prenúncio do Reino.
Histórico-Sistemática	Igreja e evangelização	Refere-se aos fundamentos da Teologia e da Tradição da Igreja na sua prática evangelizadora, visando contribuir para a fundamentação e o aprofundamento da consciência eclesial através do anúncio de Jesus Cristo e seu Reino, em defesa de toda a criação, em particular do ser humano, dialogando com a ciência e a tecnologia.
Fundador	Vicente Pallotti: identidade e missão institucional	Refere-se ao estudo da natureza, missão e espiritualidade da UAC, a partir da vida e do carisma de Vicente Pallotti e de seus continuadores, como discípulos missionários de Jesus Cristo – Apóstolo do Eterno Pai.

Fonte: Institucional

3.2.7 Comitê de ética

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a instância responsável pela apreciação de todos os projetos de pesquisa, visando defender os interesses dos seres humanos e das outras formas de seres vivos em sua integridade e dignidade, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos dentro dos padrões éticos.

Para maior credibilidade das atividades da IES, foi criado pela Resolução 02/2014 o Comitê de Ética da FAPAS, com base na Resolução nº. 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2001.

É responsabilidade deste Comitê:

- a) apreciar e avaliar os projetos protocolados na Coordenação de Iniciação Científica e Extensão bem como os projetos de trabalhos de conclusão de curso que envolvem pesquisas com seres Humanos, para assim emitir parecer técnico;
- b) encaminhar, quando necessário, ao CEPE, os projetos com parecer favorável, dentro do prazo estabelecido no Edital;
- c) convocar reuniões com os professores orientadores e orientandos; e
- d) avaliar casos especiais, podendo, para tanto, convocar reunião com todos os seus componentes.

O Comitê de Ética da FAPAS está diretamente vinculado a direção da Faculdade e será constituído por:

- I – um docente, preferencialmente, doutor de cada Curso de graduação da FAPAS;
- II – um teólogo;
- III – um membro da sociedade civil organizada e,
- IV – um membro indicado pela Direção.

A sua composição poderá variar, dependendo das especificidades da Instituição e dos projetos apresentados, nas diversas linhas de pesquisa a serem analisadas.

O CEP poderá contar com consultores e membros *ad hoc*, pertencentes ou não à Instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

Os membros do Comitê de Ética em Pesquisa não serão remunerados no desempenho desta tarefa, sendo recomendável, porém, que sejam dispensados, nos horários de trabalho do Comitê, das outras obrigações na Instituição, podendo receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação, incluindo os membros externos e consultores *ad hoc*.

3.3 Política de extensão

Delors (2001), em seu livro *Educação: um tesouro a descobrir*, produzido a partir de uma encomenda da UNESCO, faz uma avaliação crítica do ensino no fim do milênio passado. Como ele, acreditamos que nosso maior ganho é a certeza de que o ‘aprender’ está

além das salas de aula, dos muros das escolas e universidades. Está no conhecimento do dia a dia, nas conversas, no ver o mundo com novas perspectivas.

Neste documento da UNESCO são propostos quatro pilares: ‘aprender a fazer, aprender a aprender, aprender a conviver e aprender a ser’. O aprender a fazer refere-se ao exercício profissional propriamente dito, mas não se restringe à mera instrumentalização. Antes, destaca a harmonia entre os envolvidos na atividade, até mesmo para que exista um ambiente de solidariedade. O aprender a aprender é o desenvolvimento da capacidade de cada indivíduo de absorver novos saberes e, assim, criar novas possibilidades. O aprender a conviver é abertura de si para o outro, na perspectiva da partilha democrática, do conhecer outros pontos de vista e, nessa interface, ampliar o conceito de que o aprender só se faz em sala de aula. Por fim, o aprender a ser é o respeito ao outro e, principalmente, a si mesmo. O acolhimento, a segurança encontrada na família, o vínculo amoroso, fazem das experiências por toda a vida, mais do que ritos de passagem: tornam-se momentos do autoconhecer para ajudar, do autoconhecer para permitir entender-se em sua singularidade.

A partir desses quatro pilares de Delors, refletindo sobre o compromisso social do educar, algumas questões nos instigam: que tipo de ser humano queremos formar? E para qual sociedade? Certamente, há mais desafios do que respostas para essas perguntas. Contudo, movido pela paixão de ensinar e, mais ainda, de aprender, indicamos, sem pretensão, algumas pistas em defesa da Extensão – como integrante da formação acadêmica, norteada por ideais humanistas.

Assim, entende-se que é papel da extensão ampliar a visão de mundo do aluno, do professor e do funcionário que participam das atividades. É pela prática extensionista que o contato com o mundo além-muros se torna mais maleável e, talvez, mais atraente para a adequação das cadeiras curriculares. É a partir da prática extensionista que a educação assume o caráter de constância e, muitas vezes, de transformação. A relação universidade/sociedade concretiza-se, de maneira singular nas atividades de extensão. A troca entre o saber acadêmico e o popular, fruto do confronto teórico/prático com a realidade brasileira, vem sendo propiciado principalmente pela ação extensionista. Esse movimento de ir e vir substância a democratização do conhecimento científico e a institucionalização de mecanismos de participação da comunidade nas instâncias de representação da universidade. Esse ideário norteia a noção atual do papel da universidade.²⁰

²⁰ MONTENEGRO; MARQUES; LEAL. Direitos humanos: pauta da extensão universitária na PUC Minas. In: SOUZA, Robson Sávio Reis (Org.). **Universidade e direitos humanos**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009. p.32.

Como bem salienta o trecho acima, a Extensão Universitária cumpre o papel educacional tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade envolvida nas práticas extensionistas. Em seu livro *Como vejo o mundo*, Albert Einstein, citado por Almeida (2002)²¹, frisa que a educação para a ciência tem que estar vinculada às questões humanísticas, o que é fortemente trabalhado nas atividades de Extensão.

Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto. A não ser assim, ele se assemelhará, com seus conhecimentos profissionais, mais a um cão ensinado do que a uma criatura harmoniosamente desenvolvida. Deve aprender a compreender as motivações dos homens, suas quimeras e suas angústias para determinar com exatidão seu lugar exato em relação a seus próximos e à comunidade (ALMEIDA, 2002).

Além disso, pelo próprio princípio extensionista, a interdisciplinaridade é motriz para o desenvolvimento das atividades. O diálogo de várias áreas de conhecimento, cada qual com seu olhar, apura o ouvido para aspectos distintos da realidade em questão. Por essas e outras razões é que a complexidade da extensão exige uma metodologia de trabalho própria. “Embora as ações de extensão ocorram fora da sala de aula e não possam ser preparadas e tratadas como os conteúdos das disciplinas, são uma oportunidade ímpar de produção do conhecimento e, portanto, de práticas pedagógicas.” A Extensão vai além do caráter acadêmico: (...) a extensão universitária, mais do que cumprir sua finalidade acadêmica de produzir e disseminar conhecimento, permite a formação de um ser humano crítico e tolerante frente às múltiplas interpretações sobre o real e, por isso mesmo, capaz de atitudes democráticas e de um olhar mais sensível para o outro.²² Acreditamos nas palavras de Boaventura Santos (2001, p.229): “Por pequenos passos, se deve partir para transformar as atividades de extensão até que elas transformem a universidade”²³.

²¹ ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Reforma do pensamento e extensão universitária. In: **Fórum Regional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**: Regional Nordeste, 26, 2002, Natal. Anais... Natal-RN: EDUFRRN, 2002. p.14.

²² MONTENEGRO; MARQUES; LEAL. Direitos humanos: pauta da extensão universitária na PUC Minas. In: SOUZA, Robson Sávio Reis (Org.). **Universidade e direitos humanos**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009. p.34.

²³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.229.

Para a delimitação de uma política de Extensão compromissada com a realidade social, faz-se necessário uma reflexão acerca das práticas do Ensino, de Pesquisa e de Extensão orientadas pela indissociabilidade entre essas atividades acadêmicas. Pensar de maneira a concretizar esta indissociabilidade constitui-se na afirmação de um paradigma de IES que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis aos mais variados e heterogêneos segmentos da sociedade. Nesta perspectiva cabe prioritariamente à Extensão, buscar alternativas que possibilitem o diálogo entre o saber empírico e o saber acadêmico. Esse diálogo é um requisito fundamental para materializar parcerias que, por fatores político-econômico-culturais e éticos, devem ser considerados.

As práticas de Extensão nas instituições de ensino superior brasileiras possuem uma identidade plural, fruto de histórias de diferentes concepções sobre o valor social e potencial de contribuição do fazer acadêmico.

A FAPAS soma-se às discussões nacionais, no contexto atual, visando construir uma plataforma comum para conceituar e dirigir as muitas práticas de Extensão. A Extensão deverá ser desenvolvida em todo o âmbito da FAPAS, atingindo os alunos de Graduação, como instrumento de formação profissional; por constituir-se num eixo de articulação entre o Ensino e a Iniciação Científica. As políticas e diretrizes estabelecidas pela FAPAS para o desenvolvimento da Extensão, estão em consonância com as políticas nacionais para a área, tendo presente a meta 12 do PNE, que rege a curricularização da Extensão nas instituições de Ensino superior.

A FAPAS propõe diretriz e critérios para embasar o permanente processo de avaliação e redimensionamento da Extensão no âmbito da sua indissociabilidade Ensino - Iniciação científica

3.3.1 Diretrizes da política de extensão

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional²⁴, a educação diz respeito aos processos formativos familiares, escolares e do convívio social. Preza, ainda, pelo desenvolvimento pleno do educando, entendido como preparação para o exercício da cidadania, qualificação para o trabalho, princípio de liberdade e ideais de solidariedade. Dessa forma, lembramos Arroyo (2001)²⁵: ‘Estamos em tempos não de luta pela cidadania,

²⁴ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

²⁵ ARROYO, Miguel. **A universidade e a formação do homem**. In: SANTOS, Gislene A. (Org.). *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001. p.41.

mas de luta pela inclusão social diante de tanta exclusão. Hoje a luta não se situa apenas e fundamentalmente no campo da participação política, dos direitos políticos, mas dos direitos sociais mais elementares: viver, comer, dormir, casa, moradia, trabalho, emprego'. Tais elementos entram em consonância com a meta 12 do PNE para assim, a FAPAS através de sua extensão, se propor a:

- a) entender a Extensão como a prática acadêmica que interliga os Cursos, nas suas atividades de Ensino e de Iniciação Científica, com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo para a formação dada em sala de aula) com as demandas da sociedade civil (possibilitando o exercício da responsabilidade social);
- b) prover espaço pedagógico que alinhe o Ensino e a Iniciação Científica com a sociedade, para a prática do conhecimento desenvolvido nos cursos, de forma sistematizada e articulada aos programas de ensino;
- c) promover a integração e a consecução das áreas temáticas indicadas pelo Plano Nacional de Educação;
- d) planejar e executar ações acadêmicas e institucionais voltadas ao desenvolvimento da autonomia das comunidades;
- e) criar e aplicar instrumentos de diagnóstico de necessidades sociais nas comunidades vizinhas, com o intuito de aprimorar e implementar o programa de responsabilidade social da IES; e
- f) estimular atividades em parceria com instituições de ensino e com organizações sociais por meio de convênios, consórcios e outras formas de associações, visando compartilhar ações de ensino, iniciação científica e extensão.

Nesse sentido, a Extensão é entendida como a prática acadêmica que interliga as atividades de Ensino-Pesquisa da IES com as demandas da população, possibilitando a formação do profissional cidadão, credenciando, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação da desigualdade social. É importante consolidar a prática da Extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Percebe-se isso nas práticas de Extensão presentes no Curso de Filosofia, Direito e no curso de Teologia. Também é necessário destacar toda a Extensão proporcionada pelos Núcleos ligados aos cursos.

Ao conceituar a Extensão como ação diretamente vinculada ao compromisso social da academia, firmados em parâmetros da ética e do exercício da cidadania, reafirma-se seu caráter acadêmico, definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação, na qualificação e no intercâmbio com a sociedade. O que implica em relações multidisciplinares, ou transdisciplinares e interprofissionais.

A partir de 2019, adequando-se às políticas educacionais, a FAPAS através dos cursos de graduação, começou a ofertar nas suas grades curriculares o percentual obrigatório de curricularização da Extensão (10%). As práticas extensionistas estão explicadas e organizadas nos PPCs de acordo com a realidade de cada curso.

Quadro 09 – Demonstrativo dos objetivos, metas e indicadores da Extensão articulada com Ensino e Iniciação Científica

Objetivos	Metas	Indicadores
Entender a Extensão como prática que interliga a IES, no Ensino e Iniciação Científica, com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo com a formação em de sala de aula) e com as demandas sociais, possibilitando exercitar responsabilidade social.	Revisar os PPC para que estejam em concordância com a Política de Extensão da Instituição.	Validar o PPC quanto à utilização da extensão como prática acadêmica, conforme descrita na Política de Extensão da Instituição.
Prover espaço pedagógico que alinhe o Ensino e a Iniciação Científica com a sociedade, para a prática do conhecimento desenvolvido nos cursos, de forma sistematizada e articulada com os programas de Ensino.	Ao oferecer e aprovar as atividades de Extensão, observar o seu desdobramento quanto às habilidades e competências inerentes à sua realização; Sistematizar a oferta de atividades de Extensão e promover ampla divulgação das mesmas; Destacar, nos Planos de Ensino e na oferta de atividades complementares, as oportunidades para o desenvolvimento de ações de Extensão.	Alunos em Extensão; Registrar atividades de extensão considerando a natureza, habilidades e competências a que se destinam; Validação dos PPC quanto à utilização das ações de Extensão na formação do discente.
Promover a integração e a consecução das áreas temáticas indicadas pelo Plano Nacional de Extensão (PNE).	Divulgar as áreas temáticas do PNE para docentes e selecionar as que serão adotadas pela FAPAS; Estimular a priorização das áreas temáticas escolhidas pela instituição para as ações de Extensão.	Incrementar as ações extensionistas com foco no PNE; Aumentar o número de instituições parceiras que possibilitem o desenvolvimento de ações extensionistas.
Planejar e executar ações acadêmicas e institucionais voltadas para o desenvolvimento da autonomia das comunidades.	Priorizar estudos que contribuam para o diagnóstico das necessidades das comunidades; Priorizar projetos de extensão voltados para a construção da autonomia das comunidades circunvizinhas à FAPAS;	Aumentar as ações de Extensão que fortaleçam a autonomia das comunidades circunvizinhas à FAPAS; Aumentar a procura para apoiar projeto de desenvolvimento da autonomia da região circunvizinha.

	Divulgar aos docentes e aos parceiros da IES, seu interesse no desenvolvimento da autonomia das comunidades circunvizinhas, estabelecendo canal de comunicação para o recebimento de propostas de trabalho com este foco.	
Criar e aplicar instrumentos de diagnóstico de necessidades sociais nas comunidades vizinhas, com o intuito de aprimorar e implementar o programa de responsabilidade social da IES.	Estabelecer, nos colegiados de curso, instâncias para a discussão e criação de instrumentos de avaliação das necessidades sociais do entorno da FAPAS; Estabelecer procedimentos para a validação dos dados sociais obtidos na implantação de projetos de responsabilidade social.	Criar instrumentos de avaliação social; Quantificar e qualificar dados obtidos na avaliação social; Implementar ações com vistas à necessidade social.
Estimular a promoção de atividades em parceria com instituições de ensino e organizações sociais, por convênios, consórcios, e outras formas de associação, visando compartilhar ações de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.	Divulgar a Política de Extensão da Instituição para a comunidade e para possíveis parceiros; Criar procedimentos que facilitem acesso de organizações que tenham como objetivo a oferta compartilhada de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.	Aumentar parceiros institucionais para oferta de Ensino, Iniciação Científica e Extensão; Otimizar a divulgação da Política de Extensão.

Fonte: Institucional

3.4 A produção científica resultante do Ensino, Pesquisa e Extensão

Os elementos do Ensino, da Iniciação Científica e da Extensão explicitados até o momento certamente irão gerar produção científica. Os docentes orientadores devem encaminhar sua produção científica para publicação e isto será considerado um dos indicadores de avaliação docente, sobretudo no que concerne à:

- a) publicação em periódicos indexados, em especial nos classificados pelo conceito *Qualis*;
- b) autoria e/ou co-autoria de livro e/ou capítulo de livro;
- c) participação em eventos científicos nacionais ou internacionais, com apresentação de trabalhos completos e resumos registrados nos respectivos anais;
- d) publicação em jornais de circulação regional e/ou nacional; e
- e) outras publicações e produções técnicas relevantes (softwares, projetos, tradução, dentre outras).

A produção científica deve ser registrada no *Curriculum Vitae* – modelo *Plataforma Lattes* e deverá ser encaminhada uma cópia à Secretaria para registro e constituição do acervo. A produção científica será um indicador para a concessão de novos projetos de

pesquisa. Todos os professores deverão, na medida em que forem publicados seus trabalhos, entregar um exemplar, na íntegra, na Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

É obrigatória a apresentação do projeto de Iniciação Científica nos eventos do Curso e os resultados parciais ou finais, nos eventos da IES.

Para efeito de avaliação e autoavaliação das atividades, os indicadores devem ser buscados nas seguintes categorias:

- a) avaliação dos Índices de Produtividade, baseados nos índices apresentados pelo Plano de Carreira Docente da FAPAS;
- b) projetos que expressem a missão institucional;
- c) intercâmbios científico-tecnológicos implementados por grupo de estudos;
- d) publicação e/ou exposição em Congressos, Conferências e eventos similares;
- e) participação dos professores nas Associações Científico-Culturais e Artísticas;
- f) abrangência e impacto da Iniciação Científica nos cursos de graduação e pós-graduação;
- g) alunos de graduação e pós-graduação envolvidos nos grupos de estudo com produção científica; e
- h) obras produzidas pela Editora com envolvimento de pesquisadores e alunos e artigos publicados nas revistas da Instituição.

3.4.1 Periódicos eletrônicos

A FAPAS mantém em seu site um espaço de acesso aos periódicos eletrônicos, o qual tem por objetivo reunir e divulgar os periódicos científicos eletrônicos desenvolvidos na Instituição, buscando com isso, a produção e difusão do conhecimento nas áreas atendidas pelos seus cursos (<http://revistas.fapas.edu.br/>).

O Portal utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER – software desenvolvido para construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica). Esta ferramenta contempla ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos.

O Portal de Periódicos é gerido por uma funcionária do quadro administrativo que atua, quase que exclusivamente, no trabalho diário de manutenção desta área do site institucional.

3.4.2 O professor orientador de projetos

O professor orientador deve estar vinculado a uma ou mais linhas de pesquisa da Instituição e do curso onde atua, bem como manter atualização contínua do *Curriculum Vitae* – modelo *Plataforma Lattes*.

Os projetos serão coordenados por professores. Cada professor coordenador terá tantos alunos quantos julgar necessários para o desenvolvimento de seu projeto.

Após o início do projeto, será admitida a inclusão de outro professor quando justificada pelo coordenador.

O professor coordenador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- a) selecionar os alunos participantes;
- b) frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão;
- c) orientar o aluno nas fases do trabalho científico, incluindo a elaboração do relatório final e material para apresentação dos resultados em congressos e seminários, entre outros;
- d) acompanhar a exposição do aluno, por ocasião das avaliações e eventos científicos;
- e) incluir o nome do aluno nas publicações e trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram sua participação efetiva na atividade de iniciação científica; e
- f) observar datas e prazos estipulados pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

3.5 Políticas de gestão

O Planejamento e a Gestão Institucional resultam de um processo interno de desenvolvimento que parte da reflexão e assimilação de estratégias voltadas para a viabilização das capacidades e competências necessárias para a implementação de uma Gestão, cujos principais aspectos envolvidos são:

- a) priorização das ações da FAPAS em seu quadro de alunos e comunidade;
- b) desenvolvimento sustentável com a compatibilização de receitas e despesas – todo custo e/ou investimento poderá ser assumido a partir do momento em que houver disponibilidade de recursos para tal ou a potencialidade de auto-sustentação, viabilização técnica e operacional, buscando alternativas mercadológicas para

manutenção do ponto de equilíbrio e crescimento patrimonial/financeiro e para a viabilização de novas iniciativas e investimentos da FAPAS;

- c) as ações e realizações da FAPAS somente serão desenvolvidas dentro de padrões rigorosos de excelência acadêmica e gestão administrativa;
- d) as ações planejadas, de caráter global, a médio e longo prazo, devem prever o macro objetivo, suas estratégias, características, cronograma e possibilidades/condições de viabilização, estabelecendo ainda o elenco de metas e suas prioridades, para todas as áreas de atuação da FAPAS;
- e) inovação, competência, criatividade, compromisso, ética nas relações, profissionalismo e desenvolvimento contínuo são componentes indispensáveis e constantes à consciência profissional desenvolvida pela Faculdade; e
- f) foco no desempenho e nos resultados. O cumprimento dos objetivos, metas e ações estratégicas traçadas são fundamentais e indispensáveis.

3.5.1 Objetivos específicos para planejamento e gestão institucional

Os objetivos e metas para planejamento e gestão institucional devem ser definidos e revistos anualmente, tendo como focos centrais e permanentes:

- a) profissionalização das relações de trabalho, atendimento e serviços junto aos professores e alunos;
- b) articulação e integração dos cursos, a partir da adoção de políticas coletivas de atuação pedagógica, administrativa e relacionamento comunitário;
- c) ampliação do número de cursos oferecidos na Graduação e Pós-Graduação, buscando atender de forma qualificada ao plano de crescimento e desenvolvimento institucional;
- d) consolidação da indissociabilidade entre o ensino, a iniciação científica e a extensão, articulando as áreas temáticas da IES com as linhas de pesquisa dos cursos;
- e) cumprimento das políticas de capacitação profissional, estimulando a qualificação contínua do corpo docente e ampliando a base de titulação (mestres e doutores) dos professores;
- f) identificação e reconhecimento dos movimentos da sociedade e mercado de trabalho, antecipando-se a suas tendências, utilizando ações de intercâmbio, de iniciação científica, definindo estratégias para identificar e conquistar novos espaços, na sua totalidade e diversidade de demanda;
- g) reavaliação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação;
- h) promoção do aumento no número de matrículas;
- i) desenvolvimento de mecanismos (estrutura e funcionamento) que aperfeiçoem a prática desenvolvida para o Processo Seletivo de ingresso ao Ensino Superior;
- j) contínua reorganização estrutural e funcional das Bibliotecas, para atendimento à demanda do Ensino, da Iniciação Científica e da Extensão;

- k) promoção de eventos conjuntos com as outras Instituições Palotinas e IES da comunidade;
- l) desenvolvimento de condições e mecanismos para realização da avaliação e do acompanhamento de projetos de ensino, de iniciação científica e de extensão; e
- m) incentivo à auto-avaliação junto aos discentes, docentes e corpo administrativo, com o intuito de qualificar os processos institucionais.

3.5.2 Metas específicas para planejamento e gestão institucional

- a) otimizar e qualificar os espaços físicos de trabalho;
- b) otimizar e controlar despesas, potencializando o resultado financeiro para investimento e qualificação dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como dos projetos de iniciação científica e extensão;
- c) revisar, modernizar e unificar os padrões de trabalho da área administrativa (atendimento, secretaria, biblioteca e laboratórios), buscando otimizar processos e resultados;
- d) qualificar, aperfeiçoar e agilizar a circulação de rotinas internas da área acadêmico-administrativa;
- e) marcar a confessionalidade, com presença da Pastoral em todas as dimensões da vida acadêmica;
- f) sistematizar e divulgar na comunidade acadêmica e externa os eventos da Instituição;
- g) realizar, conforme datas previstas no calendário acadêmico, eventos pedagógicos, científicos e culturais de cada curso, promovendo ampla divulgação externa e interna;
- h) aperfeiçoar a Ouvidoria buscando atender as demandas;
- i) otimizar a Assessoria de Relações Públicas ; e
- j) as diretrizes estratégicas estão agrupadas em quatro áreas (Graduação, Iniciação Científica e Pós-Graduação, Extensão e Administração) e têm previsão de implementação e avaliação conforme o proposto nos quadros que se seguem.
- k) as diretrizes estratégicas estão agrupadas em quatro áreas (Graduação, Iniciação Científica e Pós-Graduação, Extensão e Administração) e têm previsão de implementação e avaliação conforme o proposto nos quadros que se seguem.

Quadro 10 – Demonstrativo das estratégias da área administrativa

Ações	2021	2022	2023	2024	2025
Desenvolver ações para constituição de um modelo palotino de gestão acadêmico-administrativa.	X	X	X	X	X
Acompanhar o desempenho econômico-financeiro.	X	X	X	X	X
Interagir e mensurar a satisfação dos alunos e da comunidade em relação aos serviços prestados, próprios e terceirizados.	X	X	X	X	X
Garantir os recursos para a Autoavaliação Institucional.	X	X	X	X	X
Manter e conservar o recurso patrimonial e material.	X	X	X	X	X
Desenvolver ações de comunicação e divulgação institucional.	X	X	X	X	X
Desenvolver ações para implantar a política qualificada de marketing, negócios e comunicação institucional.	X	X	X	X	X
Disponibilizar/ desenvolver sistema informatizado de trabalho.	X	X	X	X	X
Capacitar e desenvolver as potencialidades humanas.	X	X	X	X	X
Efetivar parcerias com outras Instituições de Ensino Superior para oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação	X	X	X	X	X

Fonte: Institucional

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de Responsabilidade Social é definida a partir das características e das ações construídas ao longo de sua trajetória histórica e está registrada na filosofia confessional das Instituições Palotinas de todo o mundo. A Educação Palotina, herdeira dessa mensagem de fé e esperança, constitui uma comunidade consciente da responsabilidade social do Evangelho, que visa o Reino de Deus e a sua justiça na terra, em benefício de todas as pessoas.

O aspecto central a ser considerado para a definição de políticas e ações no âmbito da responsabilidade social é a missão da Instituição, qual seja: promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania através da excelência no ensino, iniciação científica e extensão e em sua atuação na sociedade.

A Responsabilidade Social no Ensino - no que se refere a contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos, - faz parte, hoje, da filosofia da maioria das IES preocupadas com a formação do acadêmico enquanto cidadão.

Coerente com essa filosofia, a FAPAS se posiciona no sentido de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, estimulando professores e alunos a se engajarem em ações sociais. Dessa forma são propostas atividades curriculares e extracurriculares, previstas nos projetos pedagógicos dos cursos. Com isso a Instituição busca capacitar os acadêmicos não somente para o sucesso profissional, mas, também, para o compromisso social, visando contribuir com o desenvolvimento da sociedade; através da formação de recursos humanos, do desenvolvimento e da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Configurando-se, assim, como um centro de excelência, sempre com vistas ao aprimoramento da sociedade.

O compromisso e a responsabilidade social da FAPAS na região em que está inserida, se traduz nos diversos trabalhos realizados em prol da comunidade, através de atividades desenvolvidas pelos seus cursos, visando à promoção da cidadania e atuação em diversos setores sociais como, por exemplo, os que seguem:

- a) Núcleo de Práticas Jurídicas;
- b) Escola Popular de Agentes Cristãos – EPAC;
- c) Projetos de Filosofia nas escolas;
- d) Instituto Arquidiocesano de Pastoral Catequética;

- e) Instituto Sul-Americano de Estudos Palotinos [ISEP]²⁶;
- f) Curso Oscar Romero;
- g) Ações pastorais na periferia, presídio, hospitais, quartéis, escolas, seminários;
- h) Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento Humano;
- i) Comissão Latino-Americana de Educação Palotina;
- j) Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI;
- k) Núcleo de Proteção Integral da Criança e do Adolescente;
- l) Núcleo Palotino de Psicologia e Estudos Culturais.

No contexto contemporâneo, vem ocorrendo o redimensionamento das exigências das IES em relação à inserção social e às responsabilidades frente às necessidades da sociedade em que estão inseridas. Responsabilidade Social é conceito ainda amplo que vai se definir com maior consistência no âmbito tanto das exigências legais quanto nas concepções das diversas modalidades institucionais. As características, objetivos e prioridades de cada instituição são fundamentais na construção de uma definição específica a cada caso, respeitando o contexto onde está inserida.

Nesse contexto, ocorrem discussões sobre o compromisso social e a identidade acadêmica, inclusive pelo viés das ações da extensão. Assim, o compromisso social da IES se

²⁶ **Histórico** – No dia 01/02/1992, na Casa Anunciação, propriedade das Irmãs de São João Batista, em Cascavel/PR, houve uma reunião onde estiveram presentes representantes da Província São Vicente Pallotti (São Paulo), da Província N. Senhora Aparecida (Porto Alegre), da Região Nossa Senhora. De Luján (Argentina), da Região São Vicente Pallotti, (Uruguai), da Província N. Senhora Conquistadora (Santa Maria), e da Província São Paulo Apóstolo (São Paulo). Nessa reunião foi fundado o Instituto Sul-americano de Estudos Palotinos (ISEP). O Capítulo Geral da Sociedade do Apostolado Católico, de 1989, insistiu para que as Províncias, Regiões e Delegações da Sociedade do Apostolado Católico levassem adiante um trabalho em conjunto, criando centros de formação palotina. A idéia de criar um Instituto de estudos palotinos na América do Sul nasceu no Encontro dos Superiores Maiores Palotinos Sul-Americanos, realizado em Cascavel, em julho de 1991. Constatou-se que apenas algumas pessoas poderiam ir a Roma fazer estudos aprofundados sobre Pallotti. Aqui no Brasil haveria a possibilidade de uma maior participação. Na Assembléia da Província N. Senhora. Conquistadora, houve consenso a respeito da criação do ISEP. Além disso, há, à disposição um acervo bibliográfico que possibilita a execução do projeto. Diante destes motivos, foi aprovada a criação do Instituto Sul-Americano de Estudos Palotinos (ISEP). O ISEP é um centro de formação e vivência palotina que visa ajudar a formar evangelizadores, segundo o carisma e a espiritualidade de São Vicente Pallotti.

Justificativa – A Direção do Instituto Sul-americano de Estudos Palotinos (ISEP) propõe à FAPAS uma parceria na realização de cursos e eventos, considerando que: atualmente, professores da FAPAS estarão envolvidos no curso; o ISEP é coordenado pelo Vice Diretor da FAPAS; o pessoal técnico-administrativo da FAPAS dará o suporte; a biblioteca da FAPAS será utilizada para o curso; as instalações físicas da FAPAS também serão utilizadas; a FAPAS já emitiu certificados de cursos oferecidos pelo ISEP, justificando o proposto.

Objetivo Geral – Oferecer uma experiência vivencial e um aprofundamento da vida, obra, fundação, carisma e espiritualidade de S. Vicente Pallotti a todos os membros da União do Apostolado Católico na América Latina.

Objetivos específicos – Possibilitar contato direto com fontes palotinas, para melhor compreender a nossa missão na Igreja e no mundo; Favorecer uma reflexão e uma experiência vivencial sobre a missão dos continuadores da obra de São Vicente Pallotti; Promover a comunicação e a comunhão entre os membros da UAC da América Latina; Colocar em prática a “volta às fontes”, proposta pelo Concílio Vaticano II, para melhor entender a inspiração original de São Vicente Pallotti; Estimular a continuidade do processo de conversão à vida evangélica, percebido com mudanças no modo de viver e na prática pastoral; Formar multiplicadores para divulgar o carisma e a espiritualidade de São Vicente Pallotti.

apresenta, não como uma opção a ser feita por ela, mas como um marco, manifestando-se na sua vocação para a produção de conhecimento, formação pessoal e transformação social. Nesse sentido, é importante ressaltar que tal compromisso pressupõe a autonomia universitária, sem a qual a dimensão crítica do conhecimento e da formação se perde.

Para corroborar essa contextualização, a ABNT avalia que, nas últimas décadas, tem crescido a mobilização e a preocupação social com temas associados à cidadania, à ética, aos direitos humanos, ao desenvolvimento econômico e sustentável, e à inclusão social. Nesse sentido, organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar desempenhos ambientais, econômicos e sociais adequados, controlando os impactos de suas relações, processos, produtos e serviços na sociedade, de forma consistente com sua política e com seus objetivos de responsabilidade social.

A FAPAS vem refletindo e debatendo ao longo de sua história, em espaços democráticos e de participação da comunidade acadêmica, sobre questões que estão relacionadas com a responsabilidade social. Assim, reafirma que, na sua trajetória, sempre procurou inserir ações prático-sociais e políticas institucionais que apontaram para metas de compromisso social/responsabilidade social.

Atualmente, as ações de responsabilidade social da FAPAS estruturam-se, em maior ou menor grau, na missão da Instituição, que é, em última instância, produzir e difundir conhecimentos; os quais promovam a melhoria da qualidade de vida e formação de cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes transformadores numa sociedade em constante mudança.

Nesse sentido, é importante recuperar a evolução que o conceito ou definição de responsabilidade social adquiriu no transcorrer da sua trajetória histórica. Inicialmente, e na maior parte da sua história, a noção de extensão universitária parecia abarcar a maior parte das ações e políticas que revelavam o compromisso social da Instituição. É importante salientar que a FAPAS nasceu como uma instituição de caráter filantrópico. As opções em relação aos compromissos procuraram privilegiar as necessidades da realidade da comunidade regional. Assim, o oferecimento de ações extensionistas em diversas áreas de formação profissional parecia cumprir, em muito, as exigências do estabelecimento de vínculos estreitos entre a faculdade e a comunidade regional.

A política de responsabilidade social está alicerçada, tanto na sua própria trajetória histórica, quanto nas exigências relacionadas ao ensino superior e em suas modalidades de avaliação. A lei nº 10.861/2004 dá um indicativo sobre como a responsabilidade social deverá ser observada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: “considerada,

especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e plural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES”.

Nesta direção, a FAPAS define como dimensões de sua política de responsabilidade social, a formação de profissionais, o desenvolvimento de iniciação científica, a difusão de conhecimentos e a sua vocação regional e comunitária, com o compromisso de:

- a) desenvolver ações de inclusão social e promoção da cidadania;
- b) defender o meio ambiente, especialmente no âmbito regional;
- c) articular ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável; e
- d) favorecer a defesa da produção artística, do patrimônio cultural e da memória cultural.

As ações de responsabilidade social ocorrerão em todos os níveis e instâncias institucionais e serão de responsabilidade dessas instâncias e da comunidade, sua fiscalização e avaliação. Os projetos de responsabilidade social priorizarão os compromissos definidos nas dimensões supracitadas. As ações de responsabilidade social no ensino, iniciação científica e na extensão serão de responsabilidade do curso de graduação em conjunto com: Coordenação Acadêmica, Supervisão Administrativa, Coordenação Pós-Graduação e Coordenação de Iniciação Científica e Extensão.

As variáveis a serem consideradas no processo de avaliação, extraídas dos dados sobre as políticas de responsabilidade social, deverão contemplar tanto a eficiência dos programas, projetos ou atividades desenvolvidos quanto a sua efetividade. A eficiência da execução de um plano é avaliada pela velocidade e qualidade das respostas geradas. Todavia, é preciso estar atento para verificar o surgimento de categorias particulares para cada processo. Quanto à efetividade, o processo de avaliação das políticas de responsabilidade social ocorre pelo resultado concreto – ou das ações condizentes com esse resultado – dos fins, objetivos e metas, isto é, a efetividade pode ser verificada por meio dos impactos e transformações que essas ações venham a causar.

4.1 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A Faculdade Palotina mantém com a comunidade, instituições e empresas uma salutar relação de cooperação para a consecução da missão, visão e objetivos institucionais que

viabilizam o atendimento de inúmeras demandas importantes para a melhoria da sociedade. É neste contexto de cooperação e colaboração que as relações institucionais se estabelecem e são constantemente ampliadas nas mais diversas áreas a fim de:

- a) estimular o conhecimento e o entendimento dos problemas do mundo presente, de modo a prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de cooperação e reciprocidade;
- b) promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas e conhecimento gerados na Instituição;
- c) promover ações que propiciem a integração efetiva com a comunidade onde a Instituição está inserida;
- d) engajar representantes de segmentos da sociedade interessados na definição de princípios, atividades e estratégias que nortearão o desenvolvimento dos cursos da Instituição;
- e) promover encontros científicos e culturais e o consequente intercâmbio com outras Instituições;
- f) promover ações que propiciem o intercâmbio entre Instituições de Ensino, tais como permuta entre revistas institucionais e obras editadas pela IES;
- g) estabelecer convênios com organismos internacionais, a fim de propiciar o avanço do conhecimento para professores e alunos; e
- h) estimular a criação de Núcleos que atendam não só as especificidades dos seus cursos, como aos novos desafios sociais.

As relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas se viabiliza através das ações dos cursos de graduação de forma a estabelecer fluxo contínuo entre o conhecimento produzido no âmbito da academia e as demandas oriundas da sociedade. A seguir são elencadas em linhas gerais ações articuladas através dos cursos com a comunidade que evidenciam essa exitosa experiência.

4.1.1 Ações articuladas entre o Curso de Direito e a comunidade

As ações do Curso de Direito visando à comunidade têm o propósito de:

- a) expandir o Núcleo de Palotino de Práticas Jurídicas (NPPJ) para atendimento à comunidade carente. O Núcleo como braço fundamental de comunicabilidade do

Curso com a comunidade, além de desenvolver um trabalho de extrema relevância comunitária ao oportunizar acesso ao sistema de justiça a todos que não têm condições de arcar com os custos da advocacia particular; também se projeta como centro de referência de cidadania, ao participar ativamente da vida comunitária. Estando, dessa forma, presente em eventos comunitários onde distribui cartilhas, profere palestras sobre direitos e deveres, esclarece a comunidade sobre temas importantes que abarcam o direito individual e coletivo;

- b) auxiliar o atendimento às Mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito da Delegacia Especializada da Mulher e do atendimento quinzenal da comunidade nos três CRAS do Município de Santa Maria;
- c) consolidar o Centro de Mediação de Conflitos para a promoção da cultura de paz e cidadania. A mediação de conflitos é uma das vocações do Curso de Direito da FAPAS, desenvolvida com afinco, em que através do Centro oferece a possibilidade de mediação de conflitos os quais tratem de direitos disponíveis no âmbito individual e ou coletivo, além de levar a cultura de paz para a comunidade;
- c) fomentar a inclusão social através da participação ativa na sociedade com intervenções nas comunidades e entidades, buscando o exercício da cidadania e dos direitos humanos; e
- d) difundir a pesquisa desenvolvida no âmbito da Faculdade através da Revista Palotina de Estudos Jurídicos e Sociais (publicação eletrônica), concentrando a produção de acadêmicos e professores de todas as áreas do direito.

4.1.2 Ações articuladas entre o Curso de Filosofia e a comunidade

O Curso de Filosofia tem como parcerias instituições de ensino Particular, Estadual e Municipal nos níveis fundamental e médio, promovendo projetos de extensão com professores e alunos; visando conhecer e discutir temas que possibilitem reflexões filosóficas referentes à formação humana. Os acadêmicos do curso também realizam estágios supervisionados nas escolas de nossa cidade e que disponibilizam de turmas do ensino fundamental e médio para a realização dos estágios.

4.1.3 Ações articuladas entre o Curso de Teologia e a comunidade

O Curso de Teologia vincula suas ações à comunidade, com os seguintes objetivos:

- a) proporcionar junto à comunidade e escolas a prática do ensino religioso, através de seus professores e alunos, tanto no nível de graduação, bem como na pós-graduação; e
- b) formar agentes pastorais e auxiliá-los em suas ações na região, através de seminários, palestras, cursos de extensão.

4.2 Núcleos institucionais de atendimento à comunidade interna e externa

A Faculdade Palotina mantém importantes núcleos institucionais que têm a função de fomentar os Cursos de graduação e as ações junto aos segmentos importantes da comunidade interna e externa. De forma geral, os núcleos institucionais podem estar diretamente ligados a um Curso mantido pela IES ou ser independente e afetar todo o contexto institucional.

Quadro 11 – Demonstrativo dos Núcleos Institucionais.

 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS FACULDADE PALOTINA	NPPJ - Núcleo Palotino de Práticas Jurídicas Espaço imensamente rico para a comunidade acadêmica e elo fundamental da comunicabilidade do Curso de Direito com a Comunidade em que está inserido. Para a comunidade interna, contudo, ele oportuniza a realização de práticas simuladas e reais, inerentes ao currículo; a partir do sétimo semestre do Curso, quando os alunos têm condições de fazer a aplicação fática dos conteúdos teóricos desenvolvidos nos eixos de formação fundamental e profissional. Já para a comunidade externa o Núcleo é uma célula do exercício da cidadania, direitos humanos acesso a justiça ao garantir atendimento jurídico a uma significativa parcela da população sem acesso a advocacia privada. O Núcleo oferece atendimento de qualidade através da elaboração de peças processuais e acompanhamento processual das causas que lhe são confiadas, tanto na via judicial como extrajudicial. No âmbito extrajudicial o Núcleo tem assumido papel fundamental na promoção da cultura de paz, através do Centro de Mediação de Conflitos, o qual se constitui em mais uma prestação e serviço importante para a comunidade. O Núcleo, também, desenvolve importante papel comunitário com intervenções em eventos e apoio a entidades de caráter assistencial, participando com palestras, oficinas, cartilhas; que buscam esclarecer a comunidade em geral sobre direitos e deveres das mais distintas áreas do direito.
	NUPEN - Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento Humano Atenta ao aumento crescente do número de pessoas idosas no país, a FAPAS abre suas portas, através do NUPEN, para: discutir a questão da vida adulta e do envelhecimento humano com seu corpo docente e discente, visando à produção de conhecimento na área gerontológica; proporcionar às pessoas com idade acima dos 45 anos, um espaço para a renovação de seus conhecimentos com dignidade e participação. Trata-se de um ambiente onde os alunos se desenvolvam informando e reformando a si e a sociedade. Desenvolver a comunidade acadêmica nas discussões da vida adulta e terceira idade. O projeto também será aberto à comunidade a fim de atender pessoas recém aposentadas e aquelas queixosas de solidão, por não terem parentes ou amigos em Santa Maria.



NUPPEC - Núcleo Palotino de Psicologia e Estudos Culturais

Núcleo multi e interdisciplinar que visa discutir, refletir através de palestras e de seminários, temas de interesse para a comunidade acadêmica e demais pessoas que tenham propostas de relevância para a sociedade e para os acadêmicos. Qualquer área de conhecimento terá sua importância para fazer articulações com as outras áreas. Portanto, abrange vasta possibilidade para quem quiser conhecer outros temas além daqueles que são do seu interesse para ampliar o leque do saber.

O Núcleo está aberto a todas as áreas que queiram fazer articulações com a Psicologia e com os Estudos Culturais. Os Estudos Culturais visam compreender como a cultura produz subjetividades e como os indivíduos produzem cultura. Também as Pedagogias Culturais se inserem nesse contexto por ampliar as possibilidades de conhecimentos.



NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Criado e implantado em 2015, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão tem a função de articular políticas e ações que garantam que a IES esteja preparada para receber e propiciar a construção do conhecimento através de acompanhamento pedagógico para melhorias das práticas docentes. Composto por uma equipe multidisciplinar o Núcleo, também, trabalha para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, metodológicas e, principalmente, para a construção de um atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência (física, visual e auditiva); transtornos globais de desenvolvimento, através da sugestão de procedimentos educacionais diferenciados para o ensino aprendizagem e avaliação.



NUPRICA - Núcleo de Proteção Integral da Criança e do Adolescente

Espaço multi e interdisciplinar que através de estratégias e ações adequadas, objetiva proporcionar a defesa, proteção e promoção de crianças e adolescente, acentuando o Direito da Criança e do Adolescente e favorecendo a implementação de políticas públicas vinculados ao sistema de garantia de direitos.

O Núcleo através da investigação acadêmica, debates, palestras e seminários, elaboração de pesquisas e produção de relatórios, dedica-se a romper com paradigmas históricos, políticos, sociais e econômicos, que tendem a prejudicar o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Os estudos e investigações realizadas, podem acontecer de forma interdisciplinar e interinstitucional, favorecendo a formação e informação dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, dos desafios para a sua concretização e a necessidade de se fortalecer a responsabilidade social do Estado, da sociedade e da família.

Possibilitando a participação social, com ressalva da criança e do adolescente, se fortalecem as estratégias, em vista de possíveis ações, vinculadas a demais instituições públicas e privadas, em que a cidadania ativa seja fortalecida.

Fonte: Institucional

Os Cursos mantidos pela IES têm atuação significativa na comunidade. O Quadro 12 a seguir destaca as ações desenvolvidas pelos cursos:

Quadro 12 – Demonstrativo das ações dos cursos, projetos e objetivos.

Curso	Projeto	Objetivo
Direito	Centro de Mediação	Oportunizar o Serviço de Mediações de Conflito em todas as áreas. Mediação no diálogo entre comunidades em geral e interesses particulares, públicos em termos ambientais; Civil - Mediação em situações decorrentes de acidentes de automóvel; Locação ou retoma de imóvel; Obras e arrendamento; Sucessão; Inventários e partilhas; Perdas e danos; Conflitos de consumo; Questões de posse e propriedade; Propriedade horizontal; Comercial - Mediação em casos de Compra e Venda; Contratos; Comunitária - Mediação em questões atinentes as regiões ou comunidades para melhoria e manutenção da convivência comunitária; Escolar; Mediação para a resolução de conflitos entre pais e escola e entre as crianças em si; entre equipas docentes; entre a escola e a comunidade, etc.; Familiar - Mediação na separação ou divórcio de casais; pensão de alimentos devida aos filhos; custódia dos filhos; adoção; relacionamento entre pais e filhos, etc.; Viabilizar palestras referente ao fomento da Mediação de conflitos e a cultura de paz; Realizar Oficinas de práticas mediadoras, com destaque a mediação escolar, <i>bulling</i> .
	Participação em Eventos Comunitários	Participar de eventos nas comunidades para esclarecimento da população sobre direitos e deveres nas diversas áreas do Direito.
	Direito, Cidadania e Cultura de Paz ação de cooperação com as mais diversas entidades do Município de Santa Maria	Oportunizar atendimento jurídico à comunidade de acordo com a demanda, por académicos das disciplinas de Prática Jurídica I, II e III. Realizar sessões de mediação a pessoas em conflito das mais diversas ordens, excetuando-se apenas as situações que envolvam direitos indisponíveis; Desenvolver Ciclo de Palestras, Juris Simulados e oficinas: executado pelos académicos do 1º ao 7º semestres sobre temáticas de interesse jurídico-social e realização de Júris simulados.
Teologia	Escola Popular de Agentes Cristãos - EPAC	A Escola Popular de Agentes Cristãos (EPAC) é de iniciativa e responsabilidade da Faculdade Palotina (FAPAS) como projeto de extensão em conjunto com lideranças de paróquias e comunidades cristãs. Tem como objetivos: Prestar um serviço de formação aos leigos conforme o carisma palotino da instituição FAPAS; Permitir que as comunidades tenham acesso aos instrumentos do fazer teológico e ter em mãos material para um contato direto; Fazer com que o estudo da Teologia seja mais acessível e popular nos lugares distantes dos costumeiros centros de estudo; Capacitar os participantes para a reflexão crítica, fazendo com que sejam verdadeiros discípulos de Cristo, realizando a missionariedade na ação transformadora e comprometida com o Projeto de Jesus Cristo.
	Instituto Arquidiocesano de Pastoral Catequética - IAPC	O Curso objetiva proporcionar formação e atualização bíblico-catequética da pessoa para agir e interagir com mais segurança no processo de evangelização e educação na fé nos seus ambientes (DGC nº 238).
	Seminário Fé e Missão e Jornada Missionária	Oferecer à comunidade académica da FAPAS, aos membros da UAC, e a comunidade em geral, formação teológica e pastoral adequada às exigências do ser missionário no mundo em mudanças que vivemos, buscando responder os desafios do novo contexto social e eclesial, através de um dia de reflexão e construção de propostas para a caminhada missionária palotina, a partir do que já está sendo realizado pela SAC (Sociedade do Apostolado Católico).
	Curso Oscar Romero	Fortalecer a caminhada das CEBS e do povo cristão na busca da realização do Reino de Deus; Fortificar a luta pela realização de um novo projeto de sociedade e de Igreja, com base na solidariedade, partilha e participação

		comunitária; fazer memória dos mártires e cristãos engajados desde os primeiros tempos até hoje, para entender nosso lugar junto do pobre e excluído; oportunizar uma formação popular e ecumênica, visando uma transformação libertadora.
	Curso de Formação e Vivência Palotina em Convênio com o Instituto Sul-Americano de Estudos Palotinos – ISEP	Oferecer uma experiência vivencial e um aprofundamento da vida, obra, fundação, carisma e espiritualidade de São Vicente Pallotti a todos os membros da União do Apostolado Católico (UAC).
Filosofia	Convênios com Escolas de Ensino fundamental e médio de Instituições públicas e privadas	Visa oferecer formação integral a toda comunidade escolar tendo presente as linhas de pesquisa do curso e toda a formação pedagógica que a licenciatura oferece.

Fonte: Institucional

4.3 Convênios firmados com entidades locais

A Faculdade Palotina está sempre em consonância com a comunidade. Por isso, mantém convênio com inúmeras instituições e empresas tais como:

- 2º Tabelionato de Notas de Santa Maria
- AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia
- Associação dos pais e amigos dos excepcionais - APAE
- Auto Elétrica Scubert Ltda.
- Auto Posto Rodalex Ltda.
- Bramoto Motocicletas Ltda.
- Centro de Desenvolvimento de Testes e Ensaios Farmacêuticos
- Cooperação Acadêmica Escola Ens. Fund. Vicente Pallotti
- Cooperação Acadêmica Lar de Míriam e Mãe Celita
- CVI Refrigerantes
- Dia Dia Supermercado Ltda.
- Eny Comércio de Calçados Ltda.
- Equifort Implementos Agrícolas Ltda.
- Escritório de Comércio de Bovinos Tupã Ltda.
- Fogiato e Fogiato Ltda.
- Fundação ENY
- Giovana Romana Ltda. – EPP
- Hyundai Caoa do Brasil
- Itaimbé Máquinas Ltda.
- J.C. Lemes Imóveis
- Lojas Colombo Comércio de Utilidades Domésticas S/A
- METTA Integradora Empresa-Escola
- Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul
- Prefeitura Municipal de Santa Maria
- Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul
- Recicladora de Metais Santa Maria Ltda.
- Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (PROCON)
- Serviço Nacional de Aprendizagem industrial – SENAI
- SISLIMPA
- SR Serviços de Fotografia Digital Ltda.
- Stangherlin Supermercados Ltda.
- Super Auto Comércio de Veículos Ltda.
- U.C. de Azevedo Distribuidora
- UNIMED. Santa Maria
- Universidade Católica Portuguesa
- Zipline Tecnologia Ltda.
- Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo - HCAA

5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Diante do novo cenário educacional, as instituições de ensino superior lançaram mão de processos de comunicação para melhor divulgarem seus serviços, objetivando diferenciarse em um mercado cada vez mais competitivo.

Porém, a comunicação organizacional somente apresenta resultados se concebida como estratégia, integrada e derivada de uma cultura de comunicação comum a todos os níveis da organização; pressupondo, assim, um Estabelecimento Educacional o qual dialoga com toda a sociedade, num modelo de gestão em que a tarefa de comunicar não é exclusiva das estruturas profissionalizadas da área.

Nesse contexto, a FAPAS acredita que a comunicação é o elemento vital para o processamento de suas funções administrativas internas e de relacionamento com os diferentes públicos que compõe a instituição. Por isso, mantém canais de comunicação permanentes, os quais são utilizados para viabilizar sua missão institucional, que está pautada na busca pela promoção e valorização do ser humano. Fortalecendo, com isso, a cidadania, através da prática da excelência no ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade.

Neste íterim, a FAPAS considera que o diálogo com a sua comunidade acadêmica e com os seus públicos de interesse abre as portas da faculdade para que cada vez mais pessoas conheçam o seu trabalho e a sua atuação na sociedade. Neste sentido, o processo de comunicação realizado de forma estratégica auxilia a Instituição a alcançar seus objetivos, levando adiante a sua missão e sua visão. Assim, pode-se dizer, então, que a comunicação exerce uma função estratégica quando consegue posicionar, perante a sociedade, a Instituição como um todo, demonstrando qual é a razão de ser da mesma e definindo sua identidade, com vistas ao futuro.

A partir de ações planejadas a comunicação torna-se mais eficaz e potencializam-se os seus resultados. Para garantir a precisão e a agilidade dos fluxos comunicativos, a comunicação institucional na FAPAS realiza-se de forma gerencial e integrada permitindo uma atitude mais sinérgica e pressupondo a junção da comunicação interna e da externa. Todas as ações comunicativas da IES funcionam de maneira estratégica e visam organizar fluxos de comunicação capazes de fazer com que ela fale da melhor maneira com os seus diferentes públicos.

A FAPAS conta hoje com estrutura específica para o desenvolvimento do processo de comunicação institucional. A Assessoria de Comunicação, instituída pela Resolução 05/2012

e cuja organização administrativa e funcional está sob o controle e supervisão do Diretor Geral, tem o objetivo de desenvolver projetos de comunicação capazes de transmitir as mesmas mensagens em diferentes ações, com intuito de alcançar públicos diversos. Entre os serviços prestados, a Assessoria de Comunicação da FAPAS realiza trabalhos de pesquisa, assessoria e consultoria, planejamento, ações de comunicação dirigida, eventos e promoções especiais e divulgação para a imprensa.

A meta principal do trabalho de Comunicação da FAPAS é o estabelecimento de um diálogo aberto entre a comunidade e a IES, com foco no fortalecimento da comunicação externa e interna da Faculdade. Assim, a FAPAS assume a tarefa de fazer com que o conhecimento gerado no âmbito acadêmico seja socializado com o grande público, a partir da ideia de educação e comunicação como instrumentos para o desenvolvimento educacional, humano, social e de cidadania.

5.1 Comunicação com o público interno

Considerando o público interno da FAPAS uma comunidade composta pessoas de diferentes segmentos (alunos, técnicos-administrativos, professores, estagiários, parceiros e terceirizados), diferentes níveis escolares e sociais, faz-se necessária a utilização de canais de comunicação adequados para compatibilização dos interesses dos envolvidos. Para além da segmentação de públicos, o foco da comunicação interna é a comunidade de pessoas que integram a FAPAS, tendo como objetivo o estabelecimento e cristalização, como prática permanente, do diálogo entre Instituição e seus colaboradores, fortalecendo o relacionamento entre a Direção e o corpo funcional, bem como entre a FAPAS e toda sua comunidade acadêmica.

Hoje, o trabalho de comunicação interna da IES privilegia, de maneira expoente, a difusão da sua missão institucional com vistas à ampliação e harmonização do diálogo, buscando equalizar interesses, integrar equipes de trabalho e valorizar a produção e disseminação de conhecimento, fruto da razão de ser da FAPAS. Nesta lógica, a IES tem nos processos de comunicação interna, um braço da sua estratégia de comunicação, ações dirigidas também aos públicos externos (acionistas, imprensa, futuros alunos, comunidade local, fornecedores, governo, etc.), de maneira que esses relacionamentos tenham objetivos comuns, fortalecendo uma imagem única e refletindo a postura ética estabelecida entre os diferentes agentes da Instituição.

Assim, a comunicação interna compreende uma área estratégica, incorporada no conjunto de definições políticas e funcionais da Instituição, tendo como ponto de partida a Assessoria de Comunicação da IES.

Transformar a informação em conhecimento é a meta principal da comunicação interna da FAPAS. Ou seja, suas ações são planejadas e executadas visando a maior circulação de informações que tendem a se transformar em conhecimento compartilhado por todos.

Neste contexto, a FAPAS definiu canais de comunicação específicos para atender às demandas de informação, privilegiando os meios digitais por considerá-los eficazes para que a informação chegue, de forma instantânea, ao público envolvido.

Dentre as atividades rotineiras, a comunicação interna desempenha um papel consultivo no sentido de orientar os setores para a correta disponibilização da informação em seus diversos canais de comunicação e, ainda, desenvolve planos integrados contemplando campanhas motivacionais internas; tanto para acadêmicos como para técnico-administrativos e docentes.

Diante da implementação do EaD nos polos a FAPAS realizará a Comunicação com o seu público interno (alunos, professores, servidores e coordenação) de forma similar ao que vem trabalhando na modalidade presencial, com ênfase nas plataformas digitais, como: *Site* da instituição, Portal do Professor/Aluno. Anúncios pagos em mídias digitais (redes sociais), *E-mail Marketing* e *WhatsApp*.

A comunicação interna, portanto, utiliza instrumentos e ferramentas que convergem para a formação da imagem institucional e o reconhecimento público. Afinal, potencializando-se o fluxo de informações, integra-se públicos, contribui-se na formação de equipes de alta performance e reforça-se a imagem corporativa da IES.

O exercício da comunicação na FAPAS busca a valorização das relações humanas e do diálogo e se traduz nas seguintes ações principais:

- a) Portal do Professor/Aluno - A FAPAS investe em tecnologias que melhorem a eficiência no controle das informações referentes a comunidade acadêmica da IES. O Portal do Professor/Aluno controla a "vida acadêmica" dos estudantes e sua relação com os docentes, sendo de fundamental importância para a facilidade na tramitação do fluxo de informações internas. Trata-se de um sistema de fácil manuseio baseado em um ambiente seguro, moderno e prático que utiliza

tecnologia avançada, sendo fruto de um trabalho desenvolvido pela Direção, Coordenação Acadêmica, Supervisão Administrativa Centro de Processamento de Dados (CPD).

- b) Site Institucional - A FAPAS possui o portal (www.fapas.edu.br) para comunicar-se com o público de forma mais segmentada e, conseqüentemente, mais eficaz. Do ponto de vista da comunicação interna, o site é um dos principais meios utilizados pela comunidade acadêmica para informar-se acerca das rotinas diárias da IES. A Assessoria de Comunicação é responsável pelo abastecimento diário de conteúdo relevante no site.
- c) Agenda acadêmica – material distribuído gratuitamente para a comunidade acadêmica, anualmente. A agenda acadêmica contém informações sobre a Instituição, contendo elementos fundamentais para a montagem do plano individual de estudos e outras informações úteis que orientam os procedimentos a serem adotados pela comunidade acadêmica no decorrer do ano letivo.
- d) Ouvidoria - O canal de Ouvidoria foi criado para garantir a comunicação permanente e próxima da IES com a sua comunidade interna e externa, tendo como objetivo facilitar o recebimento das manifestações, através de um processo ágil, eficaz e seguro. O serviço de Ouvidoria encontra-se disponível através de um *link* no site da Instituição.
- e) Acompanhamento de egressos – Através deste Programa a FAPAS mantém um canal de comunicação com seus antigos alunos de graduação e pós-graduação no sentido de manter-se informada sobre o seu sucesso no mercado de trabalho e, também, suas dificuldades. O acesso ao Programa é realizado através de um link (<https://fapas.edu.br/institucional/egressos>) no site da Instituição.
- f) Redes sociais digitais – A FAPAS entende que a comunicação, a partir das redes sociais digitais, propicia melhores relacionamentos com os seus públicos, diminuindo distâncias, potencializando vozes e contribuindo para um processo de comunicação mais horizontal. Assim, mantém estratégias de comunicação para a internet coerentes com os objetivos de comunicação institucionais, atentando aos princípios e valores e a filosofia da IES. A IES utiliza as redes sociais digitais

(*Facebook, Youtube, Instagram, LinkedIn*) para manter o relacionamento com os seus públicos de interesse, além de divulgar eventos e informações de interesse da comunidade acadêmica. Esse mecanismo de comunicação está pautado na agilidade, na disposição para o diálogo transparente e no respeito às divergências de ideias e opiniões. O conteúdo institucional é gerido pela Assessoria de Comunicação, com vistas à maximização do relacionamento com a comunidade acadêmica e vem servindo de apoio para a tarefa de construção, manutenção e incremento permanente do diálogo. A comunicação via redes sociais digitais utiliza ferramentas como: vídeos, mensagens instantâneas e coberturas em tempo real.

- g) Mídia alternativa – Forma amplamente utilizada pela FAPAS para comunicação interna é a fixação cartazes em murais e ações pontuais que envolvem a distribuição de camisas, adesivos, folders, *flyers*, entre outros. Este tipo de mídia alternativa é utilizada sempre que é lançada uma nova campanha ou um novo evento, sendo sempre produzida pela Assessoria de Comunicação.
- h) Documentos internos e manuais personalizados – A FAPAS mantém o público interno atualizado de todas as informações referentes aos procedimentos institucionais por meio de projetos, ofícios, memorandos e editais. Estatuto, regimento, resoluções e circulares, enquanto normas legais da IES, também podem ser encontrados nos canais de comunicação interna da Instituição. A Instituição também se utiliza de manuais personalizados como forma de manter um padrão em suas atividades internas. Atualmente, a IES conta com o Manual de Formaturas direcionado a reger os procedimentos de formatura da Instituição, o Guia Acadêmico atualizado anualmente com orientações, normas, calendário acadêmico e breve apresentação da IES, e, ainda, um Manual de Comunicação do Professor que contém as principais informações relativas à história da FAPAS, sua estrutura administrativa e normas legais referentes aos procedimentos acadêmicos, aos órgãos e aos serviços da Instituição. Este material é produzido pela Assessoria de Comunicação a partir de demandas internas das Coordenações institucionais e da Direção.
- i) Eventos e campanhas internas – Com vistas a abrir espaço para a participação efetiva do público interno da FAPAS em suas ações, a IES costuma organizar

eventos e campanhas internas que estabeleçam interações diretas deste público com a Instituição. Ações como lançamento de campanhas de vestibular para a comunidade interna e, somente após, para a comunidade externa, confraternizações, capacitações, reuniões e cursos de qualificação, além de campanhas de conscientização sobre temas pertinentes ao mundo do trabalho são algumas das ações de comunicação interna que fomentam a valorização da condição humana e o aprimoramento do relacionamento entre todos os que atuam na FAPAS.

- j) Mídia indoor digital – A FAPAS mantém, em seu hall de entrada, um painel eletrônico que funciona como canal de comunicação interna que coloca as informações da IES em contato direto. A Assessoria de Comunicação alimenta o painel com informações que são veiculados na forma de materiais gráficos com informações, campanhas, vídeos e músicas.
- k) Mídia eletrônica – A FAPAS utiliza mídias eletrônicas como e-mail para garantir que a comunicação entre setores seja alcançada, principalmente no que tange às normas internas. Também para outros contatos externos mediante ofícios e comunicações.
- l) Dispositivos móveis/WhatsApp – O uso dessas tecnologias no ambiente de trabalho da IES proporciona um canal de comunicação interna direta e segmentada por públicos específicos, através do qual se obtêm um resultado rápido e eficaz de disseminação de informação .

5.2 Comunicação com o público externo

O público externo da FAPAS é amplo e heterogêneo e, por esse motivo, as ações de comunicação são realizadas de maneira direta e segmentada com o público específico que se quer atingir. Ou seja, dependendo do público a ação comunicativa é realizada a partir de determinado veículo, com linguagem apropriada e específica e de maneira aproximativa e interativa, alinhada com a missão institucional e visando um discurso uniforme e a coerência das mensagens.

Todo trabalho de comunicação com o público externo consiste em promover relacionamentos eficazes com públicos estratégicos, levando em conta as questões humanas e agregando valor à Instituição.

A FAPAS mantém um processo de comunicação permanente com seu público externo que tem por finalidade consolidar a marca, promover credibilidade e reputação e agregar valor aos negócios da Instituição. As ações comunicativas com o público externo são realizadas de maneira estratégica e visam a construção de relacionamentos duráveis e equilibrados, privilegiando a exposição positiva de informações, com base em um plano de divulgação.

O planejamento e a administração da comunicação externa da FAPAS são realizados pela Assessoria de Comunicação com o aval da Direção. Todas as ações, que se traduzem em campanhas institucionais, levam em conta as demandas da Instituição, seus interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da própria sociedade.

A comunicação com o público externo é feita com cuidado para garantir informações precisas e transparentes. Utiliza-se, portanto, a comunicação tradicional, através de mídia impressa (jornais, revistas, catálogos, filipetas, *busdoor*, *outdoor*, entre outras), rádio, TV e internet; com o objetivo de que todos tenham conhecimento do que a FAPAS pode oferecer em termos de cursos, formas de ingresso, estrutura e qualidade de ensino. Vale lembrar que a FAPAS considera a internet (enquanto mídia) como um canal que proporciona uma expansão das informações que se multiplicam a cada novo minuto.

Diante da implementação do EaD nos polos a Comunicação com o seu público externo será focada nas plataformas digitais, como: *Site* da instituição, Anúncios pagos em mídias digitais (redes sociais), e *E-mail Marketing*. Em épocas de Campanhas, a divulgação será incrementada também por meios de publicidades tradicionais e mídias urbanas como: Rádios, *Outdoors*, *Busdoors*, Jogos Americanos, Jornais e Revistas locais.

A comunicação externa da FAPAS privilegia a informação ao público externo sobre os cursos oferecidos e seus diferenciais e prima pela transparência na comunicação e pela atuação da marca FAPAS na sociedade. O exercício da comunicação externa na FAPAS busca o cumprimento da missão institucional, a consecução dos objetos da IES e a fixação pública dos seus valores e princípios éticos e se traduz nas seguintes ações principais:

- a) Mídia Tradicional – A FAPAS entende que a mídia tradicional ou mídia massiva ainda é uma ferramenta de comunicação que desperta consciência, chama atenção,

suscita interesse, geram disseminação de informações e levam à decisão. Por este motivo, a IES mantém anúncios periódicos em TV, Jornal Impresso e Rádio.

- b) Redes sociais digitais – A inserção da FAPAS nas redes sociais digitais também está atrelada ao estabelecimento de uma experiência de relacionamento com o público externo que visa a criação de interesse, valor e fidelização gerando um ciclo de oportunidades. Ou seja, a Instituição deve utilizar das opções proporcionadas pelas redes sociais digitais para ir até o seu público e despertar nele o desejo que fazer parte de sua comunidade acadêmica. Para a efetivação desse processo a FAPAS investe em anúncios e campanhas patrocinadas nas redes sociais digitais.
- c) Email marketing – A FAPAS mantém um banco de dados atualizado o qual é utilizado sempre que é necessária a disseminação de informações que tenham intuito de captação de alunos.
- d) Mídia urbana – *outdoors*, *busdoors*, *hanbus* e campanhas *indoor* estrategicamente localizadas levam informações dirigidas ao público de interesse são amplamente utilizadas pela FAPAS, de maneira estratégica, visando um posicionamento da sua marca na comunidade local e regional.
- e) Relacionamento com a imprensa – A FAPAS trabalha com assessoria de imprensa a partir de um conjunto de ações que têm por objetivo obter, de forma gratuita, a divulgação de fatos em formato de notícias, de forma positiva sobre suas ações e feitos no âmbito do ensino superior, da pesquisa e da extensão. O principal instrumento de relacionamento com a imprensa é o envio de *press releases* que tem por finalidade chamar atenção da imprensa sobre os fatos relevantes da Instituição que podem ser divulgados pela mídia de forma gratuita. De outra via, a Instituição também se utiliza do *press kit* quando há necessidade de ampliação de informação para que uma matéria seja mais completa. Outra estratégia bastante utilizada pela FAPAS é o *open house*, ou seja, a imprensa é chamada para um *tour* dentro da IES. Este tipo de ação costuma ter resultados muito positivos.

- f) Ações externas – A FAPAS mantém sempre ativa a sua participação em eventos e feiras que tenham propostas convergentes com a atuação da IES. Este tipo de atividade tem por objetivo a prospecção de novos mercados, oportunidade de conhecer a concorrência e a si próprio, buscar parcerias estratégicas, divulgar a marca e, acima de tudo, fomentar o compartilhamento de todo saber que é produzido dentro da Instituição com a sociedade com vistas ao desenvolvimento do conhecimento e a luta por um mundo melhor.

5.3 Ouvidoria

Desde de 2010, a Ouvidoria Acadêmica da FAPAS foi criada para garantir um canal permanente de comunicação, proporcionando maior aproximação entre a Instituição e comunidades internas e externas; com objetivo de facilitar o recebimento das manifestações, através de um processo ágil, eficaz e seguro. Podem ser encaminhados sugestões, elogios e/ou críticas da comunidade acadêmica, o que compreende discentes, docentes, técnico-administrativo e comunidade externa, sobre o atendimento, instalações e serviços oferecidos pela Instituição. As demandas recebidas podem apontar sinais de (des)articulação, merecendo consideração da avaliação institucional.

A Ouvidoria trabalha de forma personalizada, transparente, objetiva e isenta, assegurando o sigilo absoluto como forma de preservar a identidade do manifestante. Na Ouvidoria, os usuários são atendidos pelo e-mail ouvidoria@fapas.edu.br e pelo formulário disponível no *site* da Faculdade. O serviço de Ouvidoria trata somente de casos que as instâncias normais de atendimento não conseguem solucionar.

6 ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

6.1 Políticas de gestão de pessoas

A gestão de pessoas (GP) nas organizações assume papel especialmente relevante e estratégico na realidade competitiva atual. É por meio do estabelecimento de políticas e práticas de GP que as organizações têm condições de criar capacidades organizacionais que levam a uma competitividade maior.

Neste contexto, a GP da Faculdade Palotina está organizada a partir do seu quadro de colaboradores (corpo docente e do quadro funcional administrativo), envolvendo os processos relativos à seleção e contratação, qualificação e avaliação, por meio das seguintes políticas:

- a) seleção e contratação – será baseado com os requisitos do cargo com o objetivo de traçar o perfil do candidato que melhor se adapte a função específica, de acordo com as Políticas de Gestão de Pessoas da Faculdade.
- b) qualificação – desenvolver ações de qualificação para os colaboradores considerando as competências institucionais e as individuais.
- c) avaliação – O processo de avaliação para a progressão na carreira será instaurado pela Faculdade Palotina anualmente, devendo os interessados encaminhar a documentação exigida à Comissão de Avaliação de Docentes – CAD, em processo específico.

6.2 Gestão do corpo docente

A gestão do corpo docente da FAPAS orienta-se, pelo Plano de Carreira Institucional. Trata-se de instrumento que disciplina os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal e estabelece critérios e formas de admissão, progressão, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional docente que atua na Instituição. O corpo docente da Faculdade é composto por 41 professores. Destaca-se a qualidade do corpo docente da Instituição, pois são profissionais envolvidos nas áreas em que atuam como professores, alguns deles inseridos também em outras instituições de Ensino.

6.2.1 Plano de carreira do quadro docente da FAPAS

A FAPAS orienta-se, no diz respeito ao corpo docente, por meio do Plano de Carreira Institucional, o qual foi instituído e homologado em conjunto com o Sindicato dos Professores, em março de 2011 e registrado no Ministério do Trabalho e Emprego em junho de 2011. Trata-se de instrumento que disciplina os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal e estabelece critérios e formas de admissão, progressão, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional docente que atua na Instituição. A descrição completa do documento encontra-se no Anexo 01.

6.2.2 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

A contratação de professores da Faculdade Palotina se dá através de Seleção Pública, por meio de um edital de vagas, publicado no *site* da Instituição, onde estão elencados todos os requisitos para o candidato concorrer à vaga, bem como é indicado o calendário de inscrições, às vagas oferecidas; bem como as exigências para participar da seleção.

A seleção ocorre por meio da análise do currículo, prova didática e entrevista com a Direção, em que se busca conhecer de forma mais vivencial a experiência dos candidatos. O objetivo pela qual a IES utiliza esse método de contratação, para a área da docência, é oportunizar a participação de profissionais qualificados nas diversas áreas, da mesma maneira, visa ampliar as possibilidades de manter o quadro de professores qualificados. Assim, mesmo tendo a experiência na docência como critério importante para a seleção, a Instituição também oportuniza o ingresso de novos professores; pois tem a convicção da importância de manter um quadro docente em que a experiência e a inovação se conjugam.

Sendo a região detentora de qualificados e numerosos profissionais das mais diversas áreas do saber, a Instituição tem como um dos critérios a necessidade da pós-graduação concluída em nível de mestrado ou doutorado. Somente em caso de não haver disponibilidade desses, contratam-se, então, professores em nível de Especialização.

Poderá haver ainda contratação de professor em regime emergencial. Estes são contratos temporários e não podem ultrapassar o período de cinco meses. Sendo vetada a prorrogação ou renovação de contrato ou a recontração, para suprir a falta de docentes de carreira e decorrente de afastamento para capacitação, exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria e licenças previstas em Lei.

Na FAPAS os professores podem ser contratados de duas formas: a) os cedidos pela Mantenedora, os quais são membros efetivos da mesma, e tem seu regime de trabalho, na FAPAS, em período Integral e com dedicação Exclusiva; b) os professores que poderão trabalhar na Instituição em regime horista, parcial e integral sem dedicação exclusiva e são contratados respeitando o Regime Jurídico aplicável da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dispositivos legais que a regulamentam, das Convenções/Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, normas e regulamentos estatutários e regimentais, normativas essas que constam no plano de carreira Institucional para os professores.

6.2.3 Acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente

O acompanhamento e a avaliação do planejamento do trabalho docente iniciam na Instituição antes do início de cada semestre, quando a FAPAS através da Coordenação Acadêmica promove um seminário pedagógico; em que participam professores, Coordenações e Equipe Diretiva. São duas noites em que são realizados momentos de avaliação do trabalho pedagógico efetivado no semestre anterior, bem como são realizados estudos e formação; além de planejamento para o semestre que está prestes a iniciar.

Tendo presente esses elementos amplamente discutidos durante o processo de formação, os professores conseguem vislumbrar a missão institucional, as carências dos semestres anteriores e as necessidades do próximo semestre; para assim organizar e planejar seu trabalho docente. Sendo que as discussões geradas no seminário pedagógico servem de orientação para as reuniões periódicas dos cursos de graduação, seus Núcleos docentes estruturantes e seus colegiados. Nessas formações também farão parte delas os responsáveis pelos Polos, que terão acesso de maneira virtual.

Durante o seminário pedagógico sempre são retomados os pressupostos do Projeto Pedagógico, no qual se indica que uma educação deve valorizar a descoberta e a prática consciente de novas formas de pensar e compreender o mundo. Permitindo, dessa forma, a passagem para um estado de conhecimento maior e mais complexo, com percepção das conexões e do significado do contexto.

A prática docente orienta-se pelos seguintes princípios metodológicos:

- a) o professor precisa estar aberto à comunicação, à troca, à reflexão, aos desafios;
- b) a educação deve ajudar o estudante a conhecer sua natureza, percebendo seus talentos, qualidades, carências e emoções;
- c) a pessoa constrói seu próprio conhecimento, na interação que faz com o mundo;

- d) a pessoa deve aprender a aprender, por isso é necessário que exista uma reorganização das estruturas da mente;
- e) o ensino deve estar voltado à investigação;
- f) à educação cabe fornecer os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele.

Enfim, se tratam de princípios metodológicos retomados pelos Coordenadores de Curso, quando estes apresentam aos professores as ementas e conteúdos de suas disciplinas e também quando acompanham o desenvolvimento das atividades propostas e o acolhimento aos acadêmicos no processo de ensino e aprendizagem.

No decorrer do semestre, os Coordenadores de Curso, tanto do presencial, quanto do EaD, reúnem-se junto à Coordenação Acadêmica para conversar sobre o andamento das aulas e das atividades pedagógicas, eventos acadêmicos que foram realizados ou que estão sendo planejados para o semestre, bem como, sobre as demandas que os orientadores educacionais estão apresentando no caso do acompanhamento dos cursos a distancia da IES.

Ainda, ao final de cada semestre, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) realiza a Avaliação das Práticas Pedagógicas como uma ferramenta de ação construtiva com foco na qualificação e desenvolvimento das práticas pedagógicas realizadas por alunos, professores e orientadores educacionais, no caso dos cursos EaD. São avaliados aspectos com relação ao plano de ensino; ao desenvolvimento das atividades em sala de aula e no AVA; às análises de conhecimentos (atividades avaliativas, exames, testes, trabalhos...); à presença e pontualidade e à relação professor-aluno-orientador educacional. Esse processo contribui para o aprimoramento das atividades pedagógicas na IES, retroalimentando a prática do docente e o papel dos orientadores educacionais, visto que esse não é o professor, mas irá observar e organizar todo o fluxo de conhecimento, além de tirar as dúvidas dos alunos, seguindo sempre as orientações do professor responsável pela disciplina.

A CPA, juntamente com os Coordenadores de Curso, promove a sensibilização dos acadêmicos para participação no processo, respondendo ao questionário disponível, semestralmente (junho e novembro, conforme calendário acadêmico), no Portal do Aluno. Depois de encerrada a coleta de dados, via formulário eletrônico, os resultados são organizados no banco do sistema acadêmico *TOTVS*.

A CPA organiza as planilhas por curso, separando-as por disciplina e, posteriormente, encaminha os dados para a gestão e às respectivas coordenações de curso, as quais se responsabilizam pela entrega e discussão com seu respectivo corpo docente, e apresenta ao corpo discente os principais aspectos levantados. Ao final o processo, cada coordenador

elabora um plano de ação a partir dos resultados apresentados. Faz-se necessário destacar que o sigilo é sempre preservado durante este processo de avaliação, pois a mesma não deseja ser punitiva, mas um instrumento de aprimoramento do trabalho docente.

No que tange a expansão do corpo docente, tendo presente que a Instituição pretende ofertar um novo curso presencial na área da Psicologia – Bacharelado, para tanto serão contratados o grupo de professores necessários para atender a demanda desse curso de acordo com a legislação vigente.

No Início da vigência deste PDI, a IES já recebeu o credenciamento junto ao MEC para funcionamento na modalidade EaD e a autorização do funcionamento do curso de Administração na modalidade EaD. No decorrer da vigência deste PDI a IES irá se organizar nas questões físicas e também em relação contratação de professores para atender a demanda que essa realidade exige. Todos os cursos presenciais e na modalidade EaD, que serão ofertados na vigência desse PDI, serão atendidos pelos professores já atuantes na Instituição e também serão contratados novos professores e orientadores educacionais para dar o atendimento adequado aos acadêmicos que vierem matricular-se nesses cursos.

Em relação ao curso de Mestrado, que poderá ser ofertado na vigência deste PDI, caso seja aprovado, serão contratados nove doutores para o curso de mestrado em Direito os demais doutores necessários já estão vinculados a Instituição. Destaca-se que as contratações obedecerão à legislação vigente e as normas institucionais descritas nesse PDI.

6.3 Gestão do quadro funcional administrativo

6.3.1 Critérios de seleção e contratação

Em conformidade com o Regimento Geral da Instituição, a seleção do pessoal do quadro funcional administrativo realizada pelo departamento de pessoal, juntamente, com a Supervisão Administrativa, através da análise do currículo e entrevista efetuada pela Direção Geral. Os critérios para a contratação são a formação adequada com a função a ser exercida, bem como a experiência na área ou área afim. O regime de trabalho do quadro funcional administrativo pode ser de, no máximo, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e é definido no contrato de trabalho, por ocasião da contratação.

No caso dos profissionais que darão suporte aos professores EaD - Orientador Educacional -, a contratação desse terá como parâmetro a área do Curso que será ofertado na

modalidade EaD, se dará através de Seleção Pública, por meio de edital publicado no *site* da Instituição, no qual é indicado o calendário de inscrições, às vagas oferecidas; bem como as exigências para participar da seleção. A seleção ocorre por meio da análise do currículo e entrevista com a Direção, em que se busca conhecer de forma mais vivencial a experiência dos candidatos, com isso, busca-se oportunizar a participação dos profissionais das referidas áreas; bem como ampliar as possibilidades de manter um grupo de profissionais qualificado. A formação do orientador educacional deverá ser de acordo com a área do curso ofertada. Caso esse critério não seja atendido por falta de disponibilidade será contratado o profissional formado numa área afim do curso. O edital de contratação poderá privilegiar profissionais que estejam em doutoramento, no mestrado e ou especialização na área do curso. Caso esse critério não seja atendido o critério da graduação na área ou área afim será mantido.

6.3.2 Políticas de qualificação e regime de trabalho do quadro funcional administrativo

A política de recursos humanos tem por objetivo adotar os princípios da educação continuada nos programas de capacitação e qualificação dos funcionários; além de recompor e manter o quadro de pessoal técnico-administrativo em adequadas condições de formação e atualização profissional. Deseja-se ainda melhorar e modernizar as condições de trabalho, visando garantir o desenvolvimento e a capacitação do funcionário; bem como o aprimoramento e a inovação dos processos de trabalho, a assimilação de novas tecnologias e a melhoria dos serviços prestados.

Quanto aos Orientadores Educacionais, profissionais que darão suporte aos professores nas atividades dos cursos a distancia, a Equipe Multidisciplinar da FAPAS irá proporcionar formação através de cursos de qualificação presenciais e a distância. Tais cursos visam aprimorar as competências e o domínio do ambiente virtual para que esse profissional tenha condições de atender os estudantes matriculados no curso EaD ofertado pela IES. O profissional estará vinculado ao Plano de Carreira do Quadro Funcional Administrativo da IES e respeitará a Classificação Brasileira de Ocupações. Quando acontecer a implementação dos cursos na modalidade EaD serão realizadas as contratações desses profissionais necessários, através dos editais para atender as necessidades do curso. Desta forma se expandirá o quadro de contratação de acordo com a expansão dos cursos EaD na Instituição.

No período vigente, o quadro funcional administrativo da Instituição é composto por membros associados da Mantenedora, disponibilizados sem remuneração e sem contrato empregatícios, conforme Estatuto próprio e, por demais componentes do quadro funcional

administrativo que possuem contrato de trabalho conforme a Legislação vigente, ou seja, a CLT e o Acordo de Convenção Coletiva de Trabalho.

A seguir apresenta-se o atual do quadro funcional administrativo da Instituição e a projeção de sua expansão.

Tabela 13 – Demonstrativo do perfil do atual quadro funcional administrativo e projeção da expansão

Titulação	2021	2022	2023	2024	2025
Doutor	5	6	7	8	8
Mestre	9	9	10	11	11
Especialista	3	3	3	5	5
Graduado	9	9	9	12	12
Ensino Superior Incompleto	6	6	6	4	4
Ensino Médio	6	6	6	12	12
Ensino Fundamental	3	3	3	2	2

Fonte: Institucional

7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A FAPAS busca em suas ações um compromisso com o atendimento efetivo às demandas do corpo discente da IES, buscando melhorias constantes em processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas necessidades de caráter administrativo, pedagógico e/ou social. Com isso, as políticas de atendimento aos estudantes pautam-se na diversidade de necessidades que permeiam o universo acadêmico, visando auxiliar estudantes com mais dificuldades, seja no processo de aprendizagem curricular ou na presença de outras vulnerabilidades. Assim busca-se enfatizar melhorias para os processos de inclusão, redução das diferenças e ações de acolhimento, permanência e acompanhamento através do planejamento de ações expressas na forma de acesso, nos programas de apoio e estímulo à permanência descritos a seguir:

7.1 Formas de ingresso

Na Faculdade Palotina, o processo seletivo para o ingresso nos Cursos de Graduação é planejado e aplicado por uma Comissão do Processo Seletivo através da abertura em Edital Público, do qual constam os cursos e habilitações oferecidas, com as respectivas vagas, prazos, documentação exigida, relação e forma das provas, critérios de classificação e demais informações. O ingresso é possibilitado nas seguintes modalidades:

- a. Vestibular on-line ou presencial agendado: Autoriza o ingresso do acadêmico após aprovação em processo seletivo;
- b. Reingresso: Autoriza o retorno institucional do acadêmico;
- c. Ingresso como Portador de Diploma: Autoriza o ingresso do acadêmico que já possui diploma de curso superior em cursos reconhecidos pelo MEC presenciais ou EAD;
- d. Certidão de Estudos: Autoriza o ingresso do acadêmico que já iniciou um curso superior, mas está sem vínculo na IES e deseja continuar seus estudos;
- e. Ingresso com desempenho em vestibular de outra IES: Autoriza o ingresso do acadêmico que tenha realizado/aprovado no processo seletivo em outra IES;
- f. Ingresso com o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: Autoriza o ingresso do acadêmico que tenha realizado o ENEM entre 2010 até 2022;
- g. Transferência Externa: Autoriza o ingresso do acadêmico, ainda com vínculo em outra Instituição de Ensino Superior presencial ou EAD;

- h. Transferência Interna: Autoriza o ingresso do acadêmico, ainda com vínculo em curso diferente do solicitado nesta Instituição de Ensino Superior presencial.

Há, também, a possibilidade de ingresso de alunos pelo Programa de Bolsistas PROUNI 100%.

7.2 Programas de Apoio Financeiro

7.2.1 Bolsas de estudos

A seleção é feita semestralmente, através de edital público, seguindo as diretrizes da Resolução 01/2016 da FAPAS. O aluno deve enquadrar-se nos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, aplicando o disposto no art. 10 da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Na forma da Lei, o aluno é pré-selecionado conforme o perfil socioeconômico e pode ser beneficiado com bolsa de estudo integral (100%) ou parcial (50%) do valor da mensalidade.

7.2.2 Programa FAPAS Recomeçar

O candidato deverá contar com idade igual ou superior a 35 anos na data da Prova do Processo Seletivo. O candidato deverá ser aprovado no Processo Seletivo, conforme regras estipuladas no Manual do Candidato. O aluno aprovado no Processo Seletivo através do Programa FAPAS Recomeçar, terá um desconto financeiro, em suas mensalidades, cujos valores serão correspondentes à idade do candidato.

7.2.3 Bolsas monitoria e iniciação científica

Os acadêmicos poderão usufruir de bolsas de estudos vinculadas a trabalhos desenvolvidos nos Núcleos Institucionais ou na monitoria de atividades em sala de aula. Ambas possibilidades serão acompanhadas por um professor responsável ou pela coordenação do Curso. Os professores, também, poderão usufruir de horas remuneradas para iniciação científica, ou seja, acompanhamento de grupo de estudos ou outra atividade acadêmica devidamente registrada no Gabinete de Projetos – GAP. Essa possibilidade das

bolsas Monitoria e Iniciação Científica serão regidas por edital, registradas no GAP e homologadas pela Direção Geral da Faculdade.

7.3 Estímulos à permanência

O Programa Institucional de Nivelamento da Faculdade Palotina (PIN), que propõe repensar alternativas para a melhoria da qualidade no Ensino Superior, tem como objetivos:

- a) oportunizar situações que veiculam conhecimentos do curso que iniciam, da Instituição e da sua Mantenedora e Fundador;
- b) minimizar as dificuldades dos discentes em relação aos conteúdos e um aumento qualitativo no conhecimento do discente em relação ao ensino;
- c) propiciar ao discente contato com novas formas de aprendizagem; e
- d) proporcionar a interatividade entre docente e discente, neste processo de ensinar e aprender, através da recuperação de eventuais deficiências na formação do aluno ingressante.

Programa Institucional de Nivelamento é destinado a todos os discentes da Faculdade Palotina, e constitui-se de duas modalidades: a geral e a específica.

A modalidade geral é oferecida a todos os ingressantes, desenvolvendo os conteúdos: informações sobre o Fundador, a IES, a mantenedora e o Curso; bem como Língua Portuguesa; uso de terminologia, documentos e bibliografia referente ao Curso; além de estudo psicopedagógico do processo de aprender, de estudar e de organizar-se para a vida acadêmica.

A modalidade específica constitui-se de três fases:

- a) triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades. Compete ao Coordenador de Curso o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades no curso que coordena;
- b) planejamento coordenado das ações de nivelamento - essa fase é planejada pelo coordenador, de forma conjunta, com os professores, visando à racionalização de ações; e
- c) execução das ações de nivelamento - nesta fase, os alunos devem participar das atividades planejadas. Independentemente da modalidade da ação de nivelamento prevista, os alunos participantes são avaliados quanto ao seu aprendizado por meio de provas ou por meio de trabalhos realizados.

O Programa Institucional de Nivelamento é desenvolvido preferencialmente nos conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática e Informática. A carga horária mínima exigida é de 6 horas. Para que o módulo seja ofertado, será necessário que ocorra uma das seguintes situações: que o Coordenador do Curso defina as necessidades de constituição de um determinado módulo a partir das demandas do curso; que o docente, em contato com as dificuldades acadêmicas, proponha à Coordenação de Curso a oferta de um módulo específico; que o Setor Psicopedagógico encaminhe ao coordenador solicitação de oferta de módulo. A divulgação será feita através do Calendário Acadêmico, de cartazes fixados no mural da Faculdade e/ou site da FAPAS.

O Programa Institucional de Nivelamento pode ser ofertado por um docente ou através de monitoria.

7.3.1 Programa de Apoio psicopedagógico

O Apoio Psicopedagógico da Faculdade Palotina configura-se nesse contexto universitário como um espaço de orientação, que possibilita inclusão e permanência do aluno no ensino superior.

O mundo mudou imensamente nos últimos anos e os desafios com que nos deparamos no processo ensino-aprendizagem, não permitem que o professor permaneça numa passividade. No Brasil, uma atenção maior tem sido dada sobre o significado do ensino no nível superior e sua estreita relação com a aprendizagem. Atualmente problematizar a aprendizagem na contemporaneidade, as ações e processos não podem ser engessados apenas em causas, dificuldades ou facilidades da aprendizagem, dimensões afetivas, cognitivas ou físicas, considerando-os isoladamente. Falar em aprendizagem implica compreender o processo e não apenas aquisição de conteúdos, mas promover o aprender a aprender. Trata-se de agir, apropriar-se, pois a ação de aprender não é passiva.

Nesta trama, emerge a necessidade de formular intervenções que considere as múltiplas condições de aprendizagem do ser humano, em diferentes contextos socioculturais e econômicos,

O trabalho no enfoque da Psicopedagogia Institucional numa visão contemporânea está voltado para a compreensão de diferentes dimensões da aprendizagem, associadas a culturas e dinâmicas interativas.

Segundo Fagali (2006) a psicopedagogia Institucional pós- moderna, se configura na avaliação, compreensão e atuação da aprendizagem, caracterizada por diferentes interações individuais e grupais, imersos num contexto cultural e organizacional.

Uma das metas das intervenções psicopedagógicas é criar condições dialógicas entre o individual e o coletivo. A proposta é lidar com as questões cognitivas que estão interligadas as afetivas no ambiente acadêmico.

Em síntese, um caráter preventivo, com um olhar de escuta e atuação terapêutica, valorizando novos conhecimentos, novas formas de aprender e de avaliar o indivíduo.

O Apoio Psicopedagógico da Faculdade Palotina apresenta-se nesse contexto como uma possibilidade de intervenção no processo ensino-aprendizagem de forma a atender o acadêmico em suas necessidades individuais e coletivas, afetivas e cognitivas, sociais e científicas, vocacionais e profissionais e em qualquer outra forma de aprender.

Por sua natureza pedagógica o núcleo de apoio psicopedagógico está ligado à coordenação acadêmica da IES e tem por objetivo geral prestar atendimento aos discentes e docentes nas múltiplas modalidades sobre o aprender. O Apoio Psicopedagógico tem em vista a melhoria do desempenho acadêmico e o seu desenvolvimento pleno.

No que trata sobre seus objetivos específicos, o Apoio Psicopedagógico busca:

- permitir a livre comunicação entre corpo discente e docente como forma de minimizar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- criar espaços de escuta e aconselhamento para os discentes;
- oferecer ao corpo docente apoio didático pedagógico permanente;
- contribuir para o desenvolvimento acadêmico e para o processo de adaptação do estudante em seus aspectos emocionais e pedagógicos;
- proporcionar atendimento pontual e breve aos acadêmicos e docentes, através de uma escuta da situação-problema e fornecer orientações que ajudem na busca de alternativas de solução para as dificuldades apresentadas.

O atendimento do Apoio Psicopedagógico destina-se aos acadêmicos e docentes da Faculdade Palotina. Os interessados podem procurar a orientação por meio de encaminhamento docente, da Coordenação do curso, pela direção da Faculdade ou agendar atendimento do Apoio de forma presencial ou por e-mail. No primeiro atendimento faz-se uma entrevista inicial, como, por exemplo, os motivos para o atendimento, a procura pela intervenção, possíveis atendimentos anteriores e a expectativa sobre o trabalho que será iniciado. Este espaço de fala, é um resgate histórico sobre a trajetória escolar, familiar e acadêmica. Por fim, é definido um horário de acordo com o cronograma, e, caso seja necessário, o atendimento poderá ser estendido entre três a cinco encontros, com duração de

60 minutos. E, se fizer necessário um acompanhamento por um processo terapêutico, o acadêmico será encaminhado para um novo profissional habilitado para que se dê sequência ao atendimento. As atividades constituem-se em atendimentos individualizados e de grupos.

Nesse sentido, o trabalho contempla a construção da aprendizagem e formação acadêmica, num movimento dialógico entre o profissional do apoio e os sujeitos da aprendizagem (professor e aluno).

7.3.1.1 Serviços prestados

- apresentações, explanação em salas de aulas dos serviços prestados no núcleo e de suas atividades para os discentes e docentes da IES, inclusive colaboradores de outros setores da Faculdade Palotina;
- escuta terapêutica individual do acadêmico;
- oficinas de orientação nos estudos a grupos de acadêmicos;
- orientações individuais e coletivas, bem como palestras com o corpo docente na busca de soluções para problemas comuns e/ou particulares do processo de ensino e de possíveis conflitos interpessoais advindos do convívio com os alunos.

7.4 Organização estudantil - espaço para participação e convivência estudantil

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico do Curso. Esses diretórios têm estatutos próprios, elaborados e aprovados de acordo com a legislação vigente (art. 97 – Regimento Geral). A Faculdade Palotina, tendo em vista esta existência, disponibiliza um local para sua atuação.

7.5 Acompanhamento aos egressos

O Programa de Acompanhamento ao Egresso, visando continua avaliação da Instituição e de sua missão enquanto instituição ensino, representa um processo institucional de organização de informações sobre as condições pessoais, acadêmicas e profissionais dos ex-alunos. Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à Instituição, que apenas o graduado está em condições de oferecer; uma vez que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante a graduação. Uma vez analisadas quantitativa e qualitativamente, essas informações servirão de subsídio para

aprimorar as diferentes ações institucionais, tanto no que condiz ao ensino e à estrutura curricular, como às práticas na área da extensão, pós-graduação e demais atividades da Instituição.

Esse Programa tem por objetivo conhecer a opinião dos egressos acerca da formação recebida, tanto curricular quanto ética para, desta forma, avaliar as políticas de ensino praticadas, adequando-as, se necessário, às exigências do mercado de trabalho e da comunidade. Também são objetivos deste Programa:

- a) manter registro atualizado das informações sobre os ex-alunos da Instituição, possibilitando a manutenção do vínculo institucional com os ex-alunos, com a comunidade docente e discente;
- b) coletar informações sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, notadamente sobre o índice de ocupação, assim como proceder a sua divulgação;
- c) manter registros atualizados de alunos egressos; divulgar a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho;
- d) avaliar o desempenho da Instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- e) promover intercâmbio entre ex-alunos através de encontros, cursos de extensão, atualização e palestras;
- f) acolher sugestões sobre o ensino recebido na Instituição, propiciando o aprimoramento do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto Pedagógico dos cursos;
- g) possibilitar a manutenção do vínculo institucional dos ex-alunos com a comunidade docente e discente; e
- h) oportunizar a participação de egressos nos programas de extensão da IES.

A Instituição pretende colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições. Para tanto, disponibilizará em seu site, um formulário de Cadastro de Ex-alunos, visando colher dados de seus egressos. Esses dados serão gerenciados para que a política de egressos esteja calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional. Dentre as formas de acompanhamento de egressos salienta-se a realização de encontros de egressos dos cursos de graduação.

7.6 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas ou com deficiência

Na tecedura da educação inclusiva e considerando os pressupostos legais e conceituais, uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena; estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas; pratica a intersectorialidade e a transversalidade da educação especial; investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo professores e toda a comunidade acadêmica e promove a acessibilidade, em seu sentido amplo, não só para estudantes público alvo, mas para professores, funcionários e a população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

Para caminhar nessa perspectiva, a acessibilidade deve ser entendida, em um amplo espectro – acessibilidade atitudinal, física, digital, pedagógica, que pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo curricular, das práticas avaliativas, metodológicas entre outras.

A FAPAS tem compromisso com a inclusão, por meio de ações compartilhadas com os servidores da instituição, envolvendo todos os setores.

Nesse contexto, a inclusão do acadêmico, presencial ou modalidade EaD, inicia-se desde o processo de ingresso do indivíduo na instituição, mediante o suporte oferecido via Núcleo de Acessibilidade, vinculado também à FAPAS.

7.6.1 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) – FAPAS

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da FAPAS – Faculdade Palotina visa garantir o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005, 7.611/2011 entre outros. O Núcleo presta apoio ao estudante na modalidade presencial e EaD.

O acadêmico ao fazer a inscrição no processo seletivo, declara que apresenta deficiência ou necessidade educacional específica. Os coordenadores do processo seletivo entrarão em contato com o NAI para discutir e organizar os recursos necessários para o estudante fazer a prova.

No momento da matrícula, os estudantes serão orientados a declararem a sua deficiência ou necessidade educacional específica em termos. A identificação na matrícula legitima-os a receber os atendimentos de que necessitam para a sua permanência.

Em sintonia com essas questões, a FAPAS instituiu a criação do NAI, Resolução nº 9A/2015, que tem como propósito organizar ações institucionais e de inclusão que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência²⁷ à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

7.6.1.1 Marcos legais, políticos e pedagógicos

O projeto político pedagógico da inclusão escolar de pessoas com deficiência é complexo e desafiante. A legitimidade diante da ótica legal já existe desde a LDB 9.394/ 96. Por outro lado, precisamos discutir, problematizar a evolução articulada a própria evolução do projeto inclusivo. Conforme Beyer (2007) no que se refere ao conjunto de práticas (onde, como e quem), mas de construir ações, viabilidade pedagógica do projeto.

Em consonância com a legislação que assegura o direito da pessoa com deficiência à educação; com a atual política de educação especial e com os referenciais pedagógicos da educação inclusiva, importa explicitar o significado destes marcos legais, políticos e pedagógicos, bem como, seu impacto na organização e oferta da educação em todos os níveis e etapas.

Com a finalidade de ressaltar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas, na educação superior, sublinham-se os principais aspectos da legislação vigente e dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais.

Assim, as IES devem assegurar o pleno acesso, em todas as atividades acadêmicas, considerando que:

- a) Em conformidade com a Constituição Federal brasileira de 1988, constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana, bem como um dos direitos fundamentais assegurados a todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e

²⁷ Optamos por utilizar a expressão “pessoa com deficiência” devido ao seu uso corrente em publicações científicas e acadêmicas

aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade de direitos, destacando-se o direito a igualdade; (arts. 1º, inciso III e 5º, caput)

- b) A Constituição Federal brasileira de 1988 garante a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família nos termos do art. 205 a 214.
- c) Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais-Libras;
- d) O Decreto nº 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com deficiência;
- e) O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade pública e privada, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;
- f) O Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior;
- g) O Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino;
- h) O Decreto nº 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU,2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;
- i) O Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES;
- j) O Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre o atendimento educacional especializado e estabelece o seguinte no inciso VII, § 2º e no § 5º do art. 5º: VII -estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições de educação superior;
§ 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições (...) de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência;
- k) A Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;
- l) A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado,

complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

- m) As Conferências Nacionais de Educação - CONEB/2008 e CONAE/2010, que referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos (as) estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, à formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do AEE e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

7.6.1.2 Missão do NAI

Propor e viabilizar ações inclusivas aos alunos, docentes e técnicos com necessidades educacionais específicas por meio de eliminação de barreiras comportamentais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação que limitam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social.

7.6.1.3 Objetivo Geral do NAI

Organizar ações institucionais e de inclusão que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação.

7.6.1.4 Objetivos Específicos

- possibilitar canais de comunicação com a comunidade universitária com alguma especificidade para orientação e otimização de recursos disponíveis e necessários ao desenvolvendo de atividades de inclusão acadêmica e social;
- promover um trabalho sistematizado frente às necessidades das pessoas com deficiência, por meio do rompimento de barreiras que envolvem o preconceito, o direito de ir e vir, o desenvolvimento acadêmico e a comunicação alternativa;
- respeitar as diferenças, buscando recursos, tecnologias assistivas para o acesso de docentes, discentes, técnicos, a todos os espaços, ambientes, ações e processos educativos desenvolvidos na instituição.

7.6.1.5 Principais competências do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da FAPAS

- atuar no desenvolvimento de estratégias que assegurem a construção de um conhecimento técnico e científico com interdisciplinaridade e visão atualizada.

- criar e gerir um cadastro, a fim de facilitar o mapeamento das necessidades;
- promover integração da pessoa com deficiência e oportunizar a formação integral do indivíduo e sua capacitação para o exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade;
- organizar cursos, seminários, eventos e capacitações que tratem do tema acessibilidade para a comunidade interna da IES;
- proporcionar apoio didático pedagógico aos professores, disponibilizando recursos, estratégias que eliminem as barreiras e ofereçam uma educação fundamentada no humanismo;
- assessorar os docentes e técnicos.

7.6.1.6 Funcionamento do NAI

O NAI e o Apoio Psicopedagógico estão subordinados à Coordenação Acadêmica. Esses serviços funcionarão por meio dos encaminhamentos provenientes das Coordenações de Cursos, bem como, das demandas dos próprios alunos, professores, enfim, toda a comunidade acadêmica.

7.6.1.7 Atividades do NAI

- Cursos e eventos informativos e de sensibilização da comunidade acadêmica;
- Suporte aos professores para adoção de práticas docentes inclusivas;
- Capacitação do corpo técnico-administrativo para atendimento a pessoas com deficiência;
- Acompanhamento e atendimento das necessidades dos alunos com deficiência, com dificuldade na aprendizagem ou aos que precisam organizar os seus estudos.
- Informar a comunidade acadêmica sobre datas e assuntos referentes à acessibilidade e inclusão.

Ao longo do processo de escolarização das pessoas com deficiência é constante a luta pelo respeito dos seus direitos básicos de cidadãos, destacando a acessibilidade, a permanência e a participação no meio educacional. No contexto atual da Educação, nós nos deparamos com a necessidade de repensar as ações desenvolvidas para e com os estudantes que possuem necessidades educacionais específicas.

Neste movimento de ampliação das oportunidades educacionais, vimos emergir um conceito de educação fundamentado em concepções de cunho social, político e cultural, que prevê que as universidades sejam o local de convívio com as diferenças individuais, respeitando e ressignificando a diversidade humana.

Com a criação do NAI da FAPAS vinculado ao Serviço de Apoio Psicopedagógico - que se configura nesse contexto universitário como um espaço de orientação, que possibilita inclusão e permanência do aluno no ensino superior. O NAI se propõe a ser um centro de referência na eliminação das barreiras pedagógicas, de comunicação e atitudinais.

A FAPAS passará a oferecer cursos e programas para a consolidação das ações direcionadas ao acolhimento dos estudantes, bem como à sensibilização e orientação de professores e quadro funcional administrativo da IES no trabalho com esses estudantes.

7.6.1.8 Acessibilidade nas comunicações, pedagógica e atitudinal

No intuito de melhor compreender as ações de inclusão e acessibilidade, buscamos traçar documentos legais que dão sustentação para que os programas aconteçam, dentre os quais apontamos: Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004; decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

7.6.1.9 O direito das pessoas com deficiência à educação superior

Para os fins de uso correto da nomenclatura, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas – as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações – as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes – as existentes nos serviços de transportes; e barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem ao acesso à informação;

III - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

IV - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

V - ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

VI - edificações de uso público: aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral;

VII - edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;

VIII - edificações de uso privado: aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar; e

IX - desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

O aluno que apresentar alguma dificuldade no processo de aprendizagem, seja por transtorno, deficiência ou necessidades educacionais específicas, será encaminhado pelos professores, coordenadores de curso ou coordenação acadêmica ao Núcleo NAI? para que tenha atendimento adequado e especializado, bem como o aluno que apresentar comportamentos repetitivos e inabilidade social e grupal. Nesses casos o aluno será encaminhado a profissionais competentes e especializados, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, fonodólogos ou outros profissionais, para que seja feito o diagnóstico e, posteriormente, ser acompanhado pelo NAI. A FAPAS se compromete através do Núcleo fazer todo o esforço para que tais alunos possam ter seus direitos respeitados e assistidos.

Outrossim, a FAPAS garante a matrícula desses alunos e lhes dará toda a assistência necessária e o tratamento adequado durante sua jornada acadêmica.

O Núcleo se responsabiliza a entrar em contato com os professores, com o corpo administrativo e com os demais membros da instituição para as devidas informações e orientações sobre os acadêmicos que necessitarão de uma atenção personalizada para tenham sua inclusão social de direito respeitada. Geralmente o aluno com transtorno tende a estar com o acompanhamento médico e farmacoterapêutico. Portanto, será encaminhado para o NAI para o devido acompanhamento.

d) Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

No que tange ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado por dificuldades com comunicação, habilidades sociais, padrões de comportamento ou grupos de interesses. A Lei, nº 12. 764 , institui a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e considera no Art. 1º incisos I e II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

A instituição garante a matrícula deste aluno, ou qualquer deficiência, bem como se constatada a necessidade, disponibiliza o atendimento e ou acompanhamento especializado. A expressão TEA é ampla e compreende cinco transtornos específicos:

- Transtorno Autístico;
- Transtorno desintegrativo da infância;
- Transtorno de Asperger;
- Transtorno de Rett;
- Transtorno Global do desenvolvimento.

Olhando a realidade no ensino superior, o transtorno mais identificado é a Síndrome de Asperger. Esta síndrome é caracterizada por problemas com as habilidades sociais e comportamentos incomuns. Na verdade, a principal barreira a transpor está vinculada às

atitudes frente a estes alunos, por parte de colegas, professores e técnicos em detrimento das dificuldades nas interações.

Em relação às intervenções educacionais a FAPAS garante tempo ampliado para realização das avaliações e promove orientação específica sobre o transtorno aos professores, acadêmicos e técnicos administrativos, valorizando a perspectiva desenvolvimentista e os conhecimentos que subsidiam a inclusão social da pessoa.

Entendemos, que ao empreendermos ações, discussões entre docentes, acadêmicos, familiares e técnicos administrativos sobre a pessoa com TEA, possibilitamos condições de “igualdade” e “participação” de todos na vida em sociedade.

e) Alunos surdos

A educação dos surdos em seu percurso educacional passou por diferentes práticas, visando o desenvolvimento amplo em todos os níveis: cognitivo, afetivo e linguístico.

No entanto, à medida que observamos os caminhos que compuseram essa história, a abordagem oralista (clínica causa grande tormento e bloqueio). O oralismo causa diversas limitações na leitura e escrita do surdo, na tentativa de reabilitar a surdez, que se comportassem como um ouvinte. Para os oralistas, a língua falada é prioridade na educação dos surdos, considerada indispensável para o desenvolvimento pleno. Os métodos orais sofrem muitas críticas dos pesquisadores da área, pois esse aprendizado é descontextualizado das situações reais de comunicação.

A sociedade durante muito tempo insistiu em impor esta abordagem. Na década de 60, iniciaram estudos sobre a língua de sinais de um ponto de vista linguístico e os estudos de Stokoe revela que a língua de sinais tem o mesmo status linguístico de uma língua oral.

A abordagem bilíngue surge em defesa da língua de sinais e da cultura surda, contrapondo-se a oralidade. Nessa concepção a língua de sinais é considerada a primeira língua da pessoa surda e como segunda língua a língua ouvinte da comunidade majoritária. O objetivo da abordagem bilíngue é oportunizar um desenvolvimento cognitivo- linguístico semelhante ao da criança ouvinte e que possa ter acesso às duas línguas.

A comunidade surda luta pela aceitação da língua de sinais e de valores culturais contra as práticas ouvintistas.

Diante desse panorama de transformação e luta, a nação brasileira reconhece a língua de sinais como língua oficial, com a Lei Federal nº10.436, em 24 de abril de 2002, e regulamentada pelo Decreto nº 5.626, em 22 de dezembro de 2005, que dispõe o seguinte: "O

sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras - como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente".

Neste empreendimento a FAPAS contempla a disciplina de Língua Brasileira de Sinais como obrigatória no curso de Filosofia e complementar nos cursos de Direito e Teologia. O objetivo principal é estudar e reconhecer a língua de sinais como língua própria da cultura surda. Dessa forma, este estudo nos convida a voltar o olhar à história, buscar elementos para pensar o presente no que tange a inclusão.

Ao inserir a disciplina de Libras, a instituição assume o compromisso, no caso de ser solicitada pelo acadêmico até a conclusão do curso: intérprete de Libras; adotar flexibilidade na correção de atividades escritas; estimular o aprendizado na segunda língua, neste caso a língua portuguesa e problematizar estas questões sobre as especificidades sobre a surdez com os docentes.

Ao tomar como referência o Art. 16 do Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, quanto à infraestrutura física e instalações acadêmica, os esforços da instituição estão progredindo no sentido de providenciar:

- com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;
- com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas, e
- plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com necessidades educacionais específicas ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS.

Buscando apoio no que já foi dito sobre inclusão e acessibilidade, o NAI permanecerá com a postura de que as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, devem ter acesso a ambientes o menos restritivo possível. Em relação às metodologias, tensionar com os professores, adaptações para intervenções pedagógicas, permitindo que o acadêmico se desenvolva e permaneça no ensino superior.

Ainda se considerarmos o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, prevê na sessão II, Art. 24, que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu Art. 26, aponta que nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Também prevê, no Art. 27. A instalação de novos elevadores ou sua adaptação em edificações de uso público ou de uso coletivo, bem assim a instalação em edificação de uso privado multifamiliar a ser construída, na qual haja obrigatoriedade da presença de elevadores, deve atender aos padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Atentos ao cumprimento ao disposto nestes artigos, a instituição propõe-se a providenciar junto às botoeiras externas do elevador, sinalização em braile em qualquer andar das edificações e também de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual.

Já no Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, vê-se que, no Art.14

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§1º-Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

Ainda em seu inciso VII prevê: "disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva".

A partir desse entendimento, conforme legislação vigente, a IES adota as seguintes diretrizes para a inclusão das pessoas surdas às suas ações educativas:

- Quando se fizer necessário disponibilizam-se profissionais intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras durante as aulas, de acordo com as necessidades da Faculdade.

- Quando se fizer necessário na Biblioteca terão conhecedoras da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

- Garantia da atuação de Profissional Intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;

Oferta de curso básico de LIBRAS aos docentes da FAPAS, possibilitando conhecimentos acerca da singularidade linguística da pessoa surda, evidente em sua produção escrita e orientando como se deve considerá-la em situações de avaliação;

- A FAPAS conta com a Assessoria de um educador especial e quando são ofertadas as disciplinas de LIBRAS nos cursos de Graduação é providenciado professor da área, uma vez que a disciplina de LIBRAS encontra-se presente em todas as matrizes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição.

- Estimular grupos de estudos para discutir e estabelecer o processo avaliativo de estudantes surdos e com necessidades educacionais especiais.

- Apresentar recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos, com vistas a inclusão do acadêmico surdo.

- Tempo ampliado para realização das avaliações.

OBS: A FAPAS não tem contratado para o seu quadro de profissionais um tradutor em LIBRAS. Porém, caso venha ter um aluno que necessite de um tradutor, a instituição irá contratar profissionais dessa área.

f) Alunos com deficiência Visual:

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com esta especificidade na IES, a FAPAS irá prover condições para que os acadêmicos obtenham mais do ambiente de aprendizagem e demandem apenas alguns ajustes metodológicos no ensino. Concluir o ensino superior tem um impacto significativo na trajetória profissional de um sujeito, fortalecendo-a.

No entanto, menos da metade das pessoas com deficiência visual ou cega concluem o ensino superior. Na verdade, as razões para abandonar os cursos não são consequência da

demanda acadêmica, mas sim das dificuldades em viver com autonomia. Sabemos que o ensino destas habilidades deveriam iniciar na mais tenra idade para assegurar um bom desenvolvimento destes alunos, para que tenham independência ao longo da vida. Diante disso, a FAPAS engajada neste processo de transpor obstáculos aos alunos com necessidades educacionais específicas, oferece através do NAI, um curso aos alunos que são cegos a mobilidade, a orientação acadêmica e as habilidades necessárias à rotina da IES. Neste curso os alunos aprendem habilidades de organização, acesso a materiais na biblioteca, habilidades de estudo e habilidades sociais. Fica evidente que este curso propicia aos alunos cegos ou com baixa visão melhores oportunidade de ter sucesso no ensino superior. Aos alunos com deficiência visual, a IES disponibiliza, no Laboratório de Informática, computador com programas (Dosvox, NVDA, entre outros), sempre que necessário com auxílio dos funcionários responsáveis pelo suporte no atendimento.

g) Alunos com altas habilidades/Superdotação:

Ao referir-se aos alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado, evidenciando sua capacidade superior em comparação ao grupo. Estes alunos normalmente não apresentam dificuldades acadêmicas e geralmente não são encaminhados para apoio pedagógico. Entretanto, as características da aprendizagem destes alunos podem necessitar de progressão de nível, complementação do currículo e orientações aos docentes.

Desse modo, tomando as políticas públicas como referência para práticas de inclusão e acessibilidade, o NAI passa a investir em orientações e práticas cuja ênfase é a inclusão.

Quadro 14 – Cronograma do NAI

Período	Ação	Público-alvo
Durante o ano letivo	Curso de Libras Nível Básico	Membros da comunidade acadêmica
Durante o ano letivo	Palestra: A inclusão e diversidade Conceitos de deficiência na perspectiva da diversidade	Membros da comunidade acadêmica
Durante o ano letivo	Palestra: A FAPAS diante do desafio de uma educação mais inclusiva. Caminhos que devemos percorrer	Membros da comunidade acadêmica
Durante o ano letivo	Reuniões para discussão e orientação voltadas aos docentes da Instituição quanto ao processo de ensino-aprendizagem-avaliação dos estudantes com necessidades educacionais especiais.	Membros da comunidade acadêmica

Fonte: NAI

Tais ações serão ofertadas sempre que necessário para atender a demanda dos novos acadêmicos, técnicos administrativos, funcionários e professores que forem fazendo parte da Instituição. Caso o NAI perceba que novas ações forem necessárias para colaborar no processo de inclusão, humanização, elas serão organizadas e propostas para a comunidade acadêmica.

7.7 Direitos Humanos

A questão dos Direitos Humanos é central na perspectiva pedagógica e social da Instituição. Todos os cursos de graduação e também de pós-graduação são desafiados nas suas práticas pedagógicas a trabalhar tendo presente essa temática. A extensão da Faculdade também preocupa-se com essa questão. A perspectiva da humanização citada muitas vezes neste PDI exemplifica o cuidado que a Instituição tem com os direitos humanos. Essa preocupação também acompanha a reflexão feita em relação ao meio ambiente. Nesse sentido logo abaixo se apresentará como essa discussão acontece no ambiente Institucional, fomentando assim outras disciplinas a tratarem as questões dos direitos humanos, humanização e meio ambiente.

7.7.1 Educação, relações étnico-raciais e meio ambiente

Muitas pessoas sofrem por questões de discriminação, violência, pobreza, distanciamento dos bens públicos, e de exclusão as quais são geradoras de desânimo e desesperança. Em outras palavras, este complexo de situações expressa que várias pessoas não tenham seus direitos humanos garantidos.

Os direitos humanos colaboram para que as pessoas vivam com maior dignidade. Por vezes abordar o referido assunto dá uma ideia de complexidade, pois o mesmo abrange vários campos do conhecimento tais como: filosofia, sociologia, psicologia, direito, teologia, administração entre outras.

É salutar evidenciar que os direitos humanos se concretizam na e da relação com os outros. Em alguns momentos percebe-se que na sociedade há falta de motivação para lutar por algumas causas específicas, por carregarem em si uma realidade utópica, isto é, luta-se por algo que nunca será alcançado. Os Direitos Humanos merecem uma atenção especial, nesse ínterim, pois é concreto e utópico ao mesmo tempo. Dificilmente atinge-se na totalidade a concretização das reivindicações que as pessoas realizam em relação aos direitos, justamente por que os seres humanos possuem o livre arbítrio na realização das suas ações.

Segundo Carbonari a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Versão Popular) Frei Betto, contribui com a humanização pelo seu conteúdo.

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos, todos temos direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal e social, todos temos direitos de resguardar a casa, a família e a honra, todos temos direito ao trabalho digno e bem remunerado, todos temos direito ao descanso, ao lazer e as férias, todos temos direitos à saúde e assistência médica e hospitalar, todos temos direitos a educação, à escola, à arte e a cultura, todos temos direito ao amparo social na infância e na velhice, todos temos direitos a organização social popular, sindical e política, todos temos direito de eleger e ser eleito às funções de governo, todos temos direitos à informação verdadeira e correta, todos temos direito de ir e vir, mudar de cidade, de Estado ou país, todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação, ninguém pode ser torturado ou linchado. Todos somos iguais perante a lei. Ninguém pode ser arbitrariamente preso ou privado de direito de defesa. Toda a pessoa é inocente até que a justiça, baseada na lei, prove o contrário. Todos temos liberdade de pensar, de nos manifestar, de nos reunir e de crer, todos temos direito ao amor e aos frutos do amor. Todos temos o dever de respeitar e proteger os direitos da comunidade. Todos temos o dever de lutar pela conquista e ampliação desse direitos (2012, p.16).

Nesse sentido, a FAPAS tem como missão “promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, através da excelência no ensino, pesquisa e extensão e através de sua atuação na sociedade”. Nesse sentido, há muitas maneiras de promover, valorizar e

fortalecer o ser humano para a cidadania, entre elas tem-se: o testemunho de vida cristã de São Vicente Pallotti, o qual é abordado através da disciplina Fundamentos da Identidade e Missão Palotina; a abordagem sobre o respeito às diferenças, realizado especificamente por meio da disciplina Cultura Afro-brasileira e Indígena, e a consciência de que a vida acontece, também, conforme a relação que se estabelece em diversos ambientes é que se disponibiliza a disciplina Meio Ambiente, Sustentabilidade e Educação.

A disciplina Fundamentos da Identidade e Missão Palotina preocupa-se com a dimensão da espiritualidade do acadêmico, porque o carisma de São Vicente Pallotti, fundador da Congregação dos Padres e Irmãos Palotinos da União do Apostolado Católico, é “reavivar a fé e reacender a caridade”, o qual é expresso no apelo ao povo que ele fez ao povo de romano e hoje a todas as pessoas. Ao ser introduzida a disciplina, vários questionamentos são feitos entre os quais, destacam-se os seguintes: como eu vivo a dimensão da fé? Quem eu sou? Para onde vou? De onde eu vim? Qual é minha identidade? Por que eu estou estudando na FAPAS? Quais são as minhas experiências profissionais e acadêmicas? O que eu espero vivenciar na FAPAS? Os questionamentos são realizados para que dentro da sala de aula haja um conhecimento inicial de cada acadêmico, por que “quanto mais eu conheço uma pessoa mais eu admiro e respeito, pois só há encantamento e respeito por aquilo que se conhece”. Isso remete, também, o nosso pensar e o nosso agir as comunidades dos primeiros cristãos. Nesse viés, São Vicente Pallotti, fundamenta a vida da congregação na vida de Jesus Cristo, também, na vida comunitária. Com esta introdução da disciplina cada acadêmico, conforme sua percepção, percebe a importância que a FAPAS estabelece em relação a vivência da fé, da caridade e da vida em comunidade.

A Igreja Católica tem um olhar especial em sobre a educação, conforme citação de Lôndero, retirada do *Gravissimum educationis* do Concílio do Vaticano II:

Por uma razão bem especial, cabe à Igreja o dever de educar. Não só porque deve ser reconhecida como sociedade humana capaz de transmitir a educação. Mas, antes de tudo, porque lhe incumbe anunciar o caminho da salvação aos homens todos, comunicar aos fiéis a vida de Cristo, ajudando-o por uma solicitude contínua a atingirem a plenitude desta vida. Ao mesmo tempo, porém, oferece ela seus préstimos aos povos todos para promover o desenvolvimento integral da pessoa humana, para modelar ainda o bem da sociedade terrestre e a edificação do mundo, de maneira mais humana (2002, p. 551-552).

Tendo consciência que a FAPAS é uma instituição católica, através do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, expressa ao acadêmico que o ser humano busca uma dimensão que transcende a sua própria vida e que isso acontece através das religiões e outras

filosofias de vida, por esse motivo, aborda-se aspectos da fé de outras igrejas cristãs e de outras religiões, proporcionando ao acadêmico a percepção que nesta realidade religiosa, a qual é ampla, encontra-se São Vicente Pallotti, que viveu o evangelho de Jesus Cristo, conforme a espiritualidade do seu período histórico, e que por isso na atualidade seus seguidores oportunizam, aqui na FAPAS um ambiente ideal de estudo, convivência e a vivência da fé.

No intuito de exaltar os aspectos de humanização do acadêmico, a disciplina aborda a vida e a obra de São Vicente Pallotti, bem como, a contribuição que a vivência de uma espiritualidade pode proporcionar para o bem estar da pessoa no cotidiano.

A disciplina de Cultura Afro-brasileira e Indígena é ofertada pela FAPAS a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08. A disciplina tem como objetivos: desenvolver critérios que levem o aluno a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira; desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas; analisar os principais aspectos da história da África, a África Pré-colonial, o processo de colonização, a diáspora e o processo de independência; identificar e comparar os aspectos culturais relevantes da cultura afro-brasileira e indígena; analisar as Lei 10.639/03 e 11.645/08 e suas implementações, comunidades negras e indígenas no Brasil.

Busca-se com a disciplina exaltar a Cultura dos Afro-brasileiro e Indígena, mas também é evidenciado que todas as pessoas possam respeitar e valorizar as diversas culturas existente no Brasil e que todos tenham acesso aquilo que desejarem independentemente da sua etnia/racial.

Com a disciplina Meio Ambiente, Sustentabilidade e Educação, busca-se aprofundar a percepção de que a questão ambiental é resultado do processo de transformação da natureza provocada pelos indivíduos e pelas comunidade em níveis locais, globais, individuais e coletivos; incrementar conhecimentos que favoreçam a conscientização para a preservação da vida no planeta; oportunizar qualificação profissional alicerçada em valores éticos e morais, construídos a partir de atitudes e comportamento ecologicamente orientadores para uma sociedade justa, humana, igualitária e sustentável.

A primeira atividade é um conhecimento rápido dos acadêmicos através da dinâmica da teia, onde cada um possui a oportunidade de expressar seus questionamentos, fazer suas considerações sobre o meio ambiente, a sustentabilidade e a educação. Com essa dinâmica a intenção é levar o acadêmico perceber que o ser humano deve se conectar ao planeta e que depende das relações sadias que realiza no seu cotidiano no ambiente onde está inserido, e

que essa é a primeira reflexão ecológica que se apresenta, pois a tarefa do acadêmico é justamente fazer uma ecologia, isto é, refletir sobre a realidade planetária que se apresenta para posteriormente agir de uma forma adequada que preserve a vida e o planeta como um todo.

As realidade apresentadas é uma tentativa de humanizar as relações e o fazer profissional dos acadêmicos através de uma reflexão pontual que fazem a diferença nos dia-a-dia das pessoas onde eles estão inseridos, pois a sociedade capitalista é extremamente competitiva e excludente, o que sufoca, por vezes, a dimensão da fé (por que para algumas pessoas o tempo dedicado a fé é uma forma de perder de progredir materialmente), as diferenças dos seres humanos como algo a ser respeitado e que somos parte do planeta e que devemos preservar para as próximas gerações.

Em alguns momentos os acadêmicos vivem experiências diante das práticas de reciclagem, catadores de lixo e cuidado com os animais nos criadouros (Criadouro São Brás) o que sensibiliza e humaniza as suas relações com a natureza.

Tendo em vista atingir a missão da FAPAS citada anteriormente constantemente são realizadas muitas atividades como já foi abordado anteriormente. Primeiramente através das disciplinas que fazem parte do currículo dos cursos, e posteriormente por atividades paralelas, multidisciplinares que contemplam e reforçam a importância que a pesquisa científica, o estudo formal, as reflexões sobre diversos pontos de vista fortalecem a concretização de uma educação humanizadora.

8 GESTÃO INSTITUCIONAL

A Gestão Institucional apresentada aqui no PDI auxiliará a visualizar como a Faculdade se organiza em relação aos órgãos, coordenações e setores internos e também como ela se relaciona com a mantenedora.

8.1 Organização administrativa da FAPAS

Segue a descrição do Título II, Capítulo III do Regimento Geral da FAPAS.

Art. 9º:

I - Conselho de Administração Superior – CAS;

II - Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE;

III - Direção Geral:

Diretor;

Vice-diretor;

Secretário;

Tesoureiro

IV - Coordenação de Pós-Graduação:

Cursos de Pós-Graduação

V - Comissão do Processo Seletivo

VI - Instituto Sul-americano de Estudos Palotinos

VII - Secretaria Geral

VIII - Coordenação Acadêmica

Setor de Registro Acadêmico

Educação a Distância

Cursos de Graduação

Egressos

Apoio Psicopedagógico e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

IX - Comissão Própria de Avaliação – CPA

X - Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento Humano – NUPPEN

XI - Núcleo Palotino de Psicologia e Estudos Culturais – NUPPEC

XII - Núcleo de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - NUPRICA

XIII - Pastoral Universitária

XIV - Supervisão Administrativa

Tesouraria

Limpeza e Servente de Limpeza

Recepção

Laboratório de Informática

Biblioteca

Materiais

Mobilizado

Compras

Recursos Humanos

XV - Setor de Vendas

XVI - Ouvidoria

XVII- Coordenação de Iniciação Científica

Gabinete de Projetos

Escola Popular de Agentes Cristãos

Comitê de Ética

Periódicos eletrônicos

Cursos de extensão

XVIII - Órgãos de Assessoria de Apoio da Mantenedora – EPEC para a FAPAS

Supervisão Administrativa da EPEC

Assistente Social

Centro de Processamento de Dados – CPD

Assessoria Jurídica

Assessoria de Comunicação.

8.2 Órgãos Colegiados: competências e composição

8.2.1 Conselho de Administração Superior (CAS)

O Conselho de Administração Superior (CAS) é o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa e compõe-se de: Diretor Geral da FAPAS como Presidente; Vice Diretor da FAPAS; Secretário Geral da FAPAS; Tesoureiro EPEC; Supervisão Administrativa da EPEC; Coordenador Acadêmico; um (01) representante da Direção da Entidade Mantenedora; um (01) representante econômico-financeiro da Entidade Mantenedora; um (01) representante dos Coordenadores de Cursos; dois (02) representantes do corpo docente; um (01) representante do corpo técnico-administrativo; um (01) representante do corpo discente. Cada segmento referido que tiver representação, deve apresentar o seu respectivo suplente. Os representantes e suplentes serão eleitos, no início do ano letivo, para um mandato de dois anos, permitida a recondução por mais um período. Nas votações o conselheiro, mesmo que represente mais de um segmento, apenas poderá votar uma única vez. A critério do Conselho admite-se a participação da sociedade civil, através de representantes das entidades profissionais afins, na condição de convidados, e sem direito a voto.

Compete ao Conselho de Administração Superior: aprovar as diretrizes e políticas da Instituição; aprovar as alterações e reformas deste Regimento Geral, mediante aprovação de 2/3 dos membros do Conselho, presentes na sessão; aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional; analisar e avaliar os custos referentes a composição dos valores dos créditos, nos diversos Cursos da Instituição; sugerir valores de taxas, emolumentos e demais encargos educacionais; estabelecer normas relativas à administração econômica e financeira do pessoal e do material; referendar e aprovar a assinatura de convênios, acordos e contratos relevantes entre a Instituição e outras entidades; propor à Direção a criação e/ou extinção de serviços administrativos e órgãos suplementares, complementares e Cursos; aprovar a concessão de títulos de parte da FAPAS; apreciar o relatório anual das atividades da Instituição; exercer as demais competências previstas em lei e deliberar quanto aos casos omissos e não previstos neste regimento e aprovar, alterar e/ou reformar o seu Regimento Interno.

8.2.2 Conselho de Ensino, Iniciação Científica e Extensão (CEPE)

O presente Conselho é o órgão superior deliberativo e consultivo da FAPAS para todos os assuntos de ensino, iniciação científica e extensão, conforme reza o artigo 12 do Regimento Geral. Sendo integrado pelos seguintes membros: Diretor Geral, como Presidente; Vice-Diretor; Coordenador Acadêmico; Coordenador de Pós-Graduação; Supervisor Administrativo da EPEC; Coordenador de iniciação Científica e Extensão; Coordenadores de Cursos; dois representantes do Corpo Docente, por Curso; um representante do Corpo Discente, por Curso e um representante do quadro funcional administrativo.

Através do artigo 13, do Regimento Geral, ao Conselho compete: Estabelecer as diretrizes e políticas de ensino; Iniciação científica e extensão, de acordo com a legislação e normas gerais aplicáveis, normatizando e supervisionando as atividades de ensino; iniciação científica e extensão, a fim de propor reformulações regimentais, aprovar o calendário acadêmico, normas gerais e/ou complementares sobre processo seletivo, currículos, programas, matrículas, transferências, avaliação de rendimento acadêmico e aproveitamento de estudos, aprovar os currículos plenos e suas alterações propostos pelos diversos cursos e suas alterações, aprovar as normas gerais para a coordenação didática dos cursos, bem como para os estágios e trabalhos de conclusão de curso, aprovar as normas para os estágios, baixar normas complementares sobre cursos de extensão, aprovar os planos de cursos de graduação e pós-graduação, decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse da Faculdade em assuntos de sua esfera de ação e deliberar originariamente, ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua esfera de competência, não prevista no Regimento. O Conselho cujo funcionamento está definido em regimento próprio, deliberado em plenário após manifestação e parecer do relator designado para exame da matéria em discussão.

8.3 Órgãos de Assessoria de Apoio da Mantenedora – EPEC para a FAPAS

8.3.1 Supervisão Administrativa da Mantenedora EPEC

A Supervisão Administrativa da Mantenedora EPEC tem por finalidade a execução das atividades financeiras e contábeis, em articulação com a Mantenedora. A esse setor compete:

- a) supervisionar as atividades financeiras, contábeis da FAPAS, observando as normas e legislação vigentes;
- b) supervisionar o planejamento e os registros das operações financeiras e contábeis dos programas do setor financeiro;
- c) cumprir, junto à Mantenedora, os compromissos decorrentes da execução orçamentária financeira;
- d) prestar contas dos recursos financeiros e responder às tomadas de contas especiais;
- e) responsável por elaborar a planilha de custos, bem como, o ajuste anual dos créditos educacionais ofertados;
- f) coordenar e controlar os contratos de serviços de bar, convênios e demais contratos firmados com empresas da cidade e região; e
- g) supervisionar, controlar e acompanhar os atos relativos a convênios e contratos, elaborando demonstrativo orçamentário e financeiro para compor a prestação de contas do exercício;

Destina-se ainda, assegurar eficiência à administração e à execução financeira, sendo suas atribuições:

- a) comunicar e solicitar providências para apuração de irregularidades de qualquer natureza e inerentes às atividades meio, no ambiente organizacional e universo da ação;
- b) manter estreito relacionamento, no sentido de interação, com os titulares das áreas técnicas, interna e externa, visando evitar solução de continuidade, na execução das atividades fins;
- c) apoiar administrativamente as atividades em que a instituição participe direta ou indiretamente;
- d) cumprir e fazer cumprir, de acordo com a legislação específica, normas operacionais pertinentes e devidamente instrumentadas;
- e) orientar a elaboração da Prestação de Contas anual e demais relatórios de atividades inerentes às áreas administrativa e financeira;
- f) desenvolver planos e apoiar a capacitação de recursos humanos, técnico-administrativos, dentro de sua área de atribuições; e
- g) promover a integração técnico-administrativo-financeira com as demais Coordenações.

A Supervisão Administrativa da Mantenedora EPEC será exercida preferencialmente por alguém formado no Ensino Superior, na área de Administração ou afins.

8.3.2 Serviço Social

É o órgão responsável para realizar a avaliação da situação socioeconômica dos acadêmicos que vierem a solicitar a concessão de gratuidade ou bolsas de estudo parciais, conforme as normas legais e institucionais, garantindo, assim, que todos possam ter acesso ao ensino superior e promover ações para atender os acadêmicos e seus familiares na sua integridade.

O Serviço de Assistência Social é exercido por profissional legalmente habilitado em Serviço Social ao qual compete:

- I - realizar a avaliação sócio econômica dos acadêmicos candidatos a bolsas de estudo;
- II - realizar visitas domiciliares, em caso de necessidade;
- III - acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos;
- IV - entrevistar e orientar os acadêmicos facilitando a integração dos mesmos com a Faculdade no que tange às questões sociais;
- V - realizar de forma interdisciplinar estudos de caso, quando necessário;
- VI - zelar pelo sigilo de informações pessoais de acadêmicos, professores, colaboradores e famílias; e
- VII - realizar as atribuições decorrentes do Regimento e exercer as específicas da sua função conforme a legislação em vigor.

A Direção Geral da FAPAS poderá dispor do serviço social da Mantenedora ou própria, conforme as necessidades, para exercer as funções descritas.

8.3.3 Centro de Processamento de Dados – CPD

O Centro de Processamento de Dados é responsável por:

- a) responsável pela manutenção da Rede Lógica, manutenção preventiva;
- b) zelar pelo sigilo das informações da instituição, dos acadêmicos, professores, colaboradores e famílias;
- c) manutenção computadores e impressoras, bem como, a configuração dos mesmos;
- d) gerenciamento de arquivos;
- e) configuração de sistemas;

- f) desenvolvimento técnico e visual de páginas da internet;
- g) manutenção de sites; e
- h) manutenção de servidores e sistemas RP.

A Direção Geral da FAPAS poderá dispor do Centro de Processamento de Dados da Mantenedora ou própria, conforme as necessidades, para exercer as funções descritas.

8.3.4 Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica da Mantenedora EPEC tem por finalidade a execução das atividades judiciais e eventuais processos trabalhistas atuando em defesa da IES, em articulação com a Mantenedora. É exercido por profissional legalmente habilitado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ao qual compete:

- a) Representar juridicamente a FAPAS como autora, ré, opoente ou assistente, na defesa e proteção de seus direitos e interesses, nos diversos feitos;
- b) Exercer assessoria administrativa relacionada, de qualquer forma, com a matéria jurídica;
- c) Velar pelo cumprimento das Leis, Estatuto e Regimento na esfera da Faculdade;
- d) Atuar extrajudicialmente nas questões contenciosas em que faz parte, ativa ou passivamente, a Faculdade;
- e) Emitir parecer sobre contratos, aquisições, ajustes e convênios no interesse da Faculdade;
- f) Emitir parecer sobre assuntos jurídicos submetidos a seu exame; e
- g) Executar outras atividades correlatas ou necessárias à eficiência de suas atribuições específicas.

A Direção Geral da FAPAS poderá dispor de assessoria jurídica da Mantenedora ou própria, conforme as necessidades, para exercer as funções descritas.

8.3.5 Assessoria de Comunicação

A FAPAS conta hoje com estrutura específica para o desenvolvimento do processo de comunicação institucional. A Assessoria de Comunicação, instituída pela Resolução 05/2012 e cuja organização administrativa e funcional está sob o controle e supervisão do Diretor Geral, tem o objetivo de desenvolver projetos de comunicação capazes de transmitir as mesmas mensagens em diferentes ações, com intuito de alcançar públicos diversos. Entre os serviços prestados, a Assessoria de Comunicação da FAPAS realiza trabalhos de pesquisa,

assessoria e consultoria, planejamento, ações de comunicação dirigida, eventos e promoções especiais e divulgação para a imprensa.

A meta principal do trabalho de Comunicação da FAPAS é o estabelecimento de um diálogo aberto entre a comunidade e a IES, com foco no fortalecimento da comunicação externa e interna da Faculdade. Assim, a FAPAS assume a tarefa de fazer com que o conhecimento gerado no âmbito acadêmico seja socializado com o grande público, a partir da ideia de educação e comunicação como instrumentos para o desenvolvimento educacional, humano, social e de cidadania.

Há uma boa relação entre a Mantenedora e a Mantida, mas destaca-se que não existe interferência da Mantenedora para a Mantida e sim colaboração. Conforme Título VIII, Capítulo II do Regimento Geral, nos artigos 120 e 121, a Entidade Palotina de Educação e Cultura (EPEC) é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pela FAPAS.

Cabe à Mantenedora tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento da IES, respeitados os limites da lei e do referido Regimento Geral no que diz respeito à liberdade acadêmica do corpo docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos. A Mantenedora é, ainda, a responsável por nomear o Diretor, o Vice-Diretor, o Tesoureiro e o Secretário.

8.4 Supervisão Administrativa da IES

À Supervisão Administrativa da IES tem por finalidade a execução das atividades de administração geral, financeira e contábil, em articulação com a mantenedora. A esse setor compete coordenar, fiscalizar, supervisionar e dirigir os serviços administrativos e as atividades de planejamento da Instituição, especificamente:

- a) executar a política definida pela Direção Geral, referente a área administrativa;
- b) promover a integração dos diversos órgãos na área administrativa;
- c) praticar atos de gestão administrativa;
- d) propor mudanças na estrutura organizacional da Instituição;
- e) realizar estudos sobre a utilização do espaço físico e instalações da Instituição; propondo medidas para sua melhor utilização;
- f) operar e coordenar um sistema institucional de informações;
- g) estabelecer fluxos permanentes de informações com os demais órgãos, a fim de facilitar os processos de tomada de decisão e coordenação das atividades da Instituição;

- h) realizar estudos sobre estruturas e procedimentos administrativos, propondo medidas para o seu contínuo aperfeiçoamento e maior eficiência na execução das atividades da Instituição; e
- i) analisar informações internas e externas à Instituição, necessárias à avaliação do esforço educacional e a tomada de decisão sobre o mesmo.

8.5 Coordenação Acadêmica

À Coordenação Acadêmica compete coordenar, supervisionar e dirigir a execução das atividades do ensino, especificamente:

- fiscalizar o cumprimento do regime acadêmico e execução dos programas e horários;
- executar a política definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão no que diz respeito ao ensino de graduação;
- analisar as propostas de currículos e suas alterações;
- analisar e regulamentar, a nível da Instituição, a legislação do ensino de graduação com proposição e reformulação de normas;
- elaborar, publicar e manter atualizado o Catálogo Geral da Instituição;
- analisar a oferta de disciplinas, em nível semestral;
- coordenar as publicações referentes às atividades acadêmicas da Instituição e outros trabalhos relativos às atividades acadêmicas;
- acompanhar, junto ao Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), a organização dos arquivos dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos de interessados ou direção da Faculdade;
- acompanhar, junto ao SERCA, a publicação, de acordo com este regimento, do quadro de notas de aproveitamento acadêmico, das avaliações recuperatórias e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados;
- acompanhar os egressos para conhecer suas opiniões acerca da formação recebida, tanto curricular quanto ética para, desta forma, avaliar as políticas de ensino praticadas na Instituição.

Ficam vinculados à Coordenação Acadêmica, para fins de supervisão administrativa, o SERCA, o NAI e Apoio Psicopedagógico²⁸, os Cursos de Graduação com suas coordenações e os egressos.

8.6 Coordenação de Pós-graduação

À Coordenação de Pós-graduação compete:

- executar a política definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, relativa à Pós-Graduação;
- promover a integração das atividades dos diversos órgãos na área de Pós-Graduação;
- promover a coleta sistemática e permanente de dados capazes de permitir a avaliação quantitativa e qualitativa do ensino de Pós-Graduação;
- analisar as propostas de cursos e programas de Pós-Graduação, encaminhando-as, com parecer, aos órgãos competentes, para aprovação;
- coordenar as publicações referentes às atividades acadêmicas da Pós-Graduação e outros trabalhos relativos às atividades dos acadêmicos da Pós-Graduação;
- acompanhar, junto ao Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), a organização dos arquivos dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimento de interessados ou da direção da Faculdade; e
- acompanhar, junto ao SERCA, a publicação, de acordo com este regimento, do quadro de notas de aproveitamento acadêmico e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados.

8.7 Coordenação de Iniciação Científica e Extensão

Compete à Coordenação de Iniciação Científica e Extensão:

- executar a política definida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, relativa à Iniciação Científica e a Extensão;

²⁸ O Programa de Apoio Psicopedagógico é atrelado ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI. As informações desse setor encontra-se no item 7.3.1 deste documento.

- promover a coleta sistemática e permanente de dados capazes de permitir à avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de Iniciação Científica e Extensão;
- analisar as propostas de Iniciação Científica e Extensão encaminhando-as, com parecer, aos órgãos competentes, para aprovação;
- promover a publicação de editais para inscrição de projetos de extensão e atividades acadêmicas;
- registrar projetos aprovados pela Coordenação de Iniciação Científica e Extensão e posterior certificação; e
- acompanhar projetos de extensão institucionais, dos Núcleos Institucionais e possíveis assessorias.

8.8 Secretaria Geral

A Secretaria Geral é o órgão de apoio, dirigido por um Secretário Geral que tem a seguinte competência:

- chefiar a Secretaria fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares, para o bom andamento dos serviços;
- comparecer às reuniões dos Conselhos Superiores, secretariando-as e lavrando as respectivas atas;
- organizar as informações da direção da Faculdade e exercer as demais funções que lhe forem confiadas

8.9 Ouvidoria

A Ouvidoria Acadêmica da FAPAS foi criada para garantir um canal permanente de comunicação, proporcionando maior aproximação entre a Instituição e comunidades internas e externas; com objetivo de facilitar o recebimento das manifestações, através de um processo ágil, eficaz e seguro. O serviço de Ouvidoria trata somente de casos que as instâncias normais de atendimento não conseguem solucionar.

Criada no ano de 2010, ela possibilita o estabelecimento de relações visando à globalidade e a integração da IES através das informações, sugestões, críticas, observações e

elogios que podem apontar sinais de (des)articulação, merecendo consideração da avaliação institucional. Há também a ouvidoria virtual atendida pelo portal www.fapas.edu.br.

8.10 Pastoral Universitária

Proporciona momentos de encontro com Deus, espiritualidade e reflexão a partir do carisma palotino. A FAPAS, com o desejo de assumir a sua identidade de Faculdade católica, proporciona momentos de espiritualidade para seus acadêmicos, professores e funcionários através da Pastoral Universitária. Numa perspectiva de cultivo de valores cristãos, dentro de uma cultura universitária, a Pastoral da FAPAS busca suscitar iniciativas e projetos solidários construtores de uma sociedade mais justa, igualitária e humanizadora. Por fim realiza a missão de oferecer, fomentar e coordenar a presença da Igreja entre todos os que estão em atividade na FAPAS. São objetivos da pastoral universitária:

- oferecer apoio, orientação e formação humano-espiritual, que favoreçam o fortalecimento da fé e da adesão aos valores éticos e cristãos de modo que estes iluminem e inspirem o caminho de aprendizagem científico-cultural;
- oportunizar a todos os estudantes, professores e funcionários uma vivência plena de fraternidade, amor e de serviço cristão, proporcionando a todos um encontro pessoal com Cristo à luz da espiritualidade de São Vicente Pallotti.

8.11 Setor de vendas

Compete ao Setor Vendas da FAPAS:

- assessorar a IES na relação com o mercado no que se refere à prestação de serviços;
- potencializar a relação e a efetivação das parcerias entre a FAPAS e as empresas e entidades públicas visando ao desenvolvimento de atividades de prestação de serviços educacionais ou de convênios em conformidade com a demanda regional;
- assegurar a execução dos serviços e convênios, visando à qualidade dos mesmos prestados pela FAPAS no que tange às organizações;
- estruturar propostas comerciais, convênios e orçamentos junto às empresas da cidade de Santa Maria/RS e região a fim de captar clientes/acadêmicos e consolidar a relação FAPAS/sociedade;

- participar de ações de divulgação dos serviços educacionais e espaços da IES junto a empresas e/ou órgãos públicos para o atendimento de demandas relacionadas aos serviços prestados pela Instituição;
- prezar pela periodicidade das visitas com empresas e/ou órgãos públicos, administrando também as visitas demandadas por eles.

9 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional da Faculdade Palotina é um processo contínuo, pedagógico, reflexivo e autoconsciente, que busca compreender o conjunto dos significados das atividades institucionais para melhorar a qualidade educativa e alcançar uma maior relevância social.

Para que isto aconteça, busca-se sistematizar as informações, analisar coletivamente o significado das realizações, esclarecer as várias formas de se organizar e agir, identificar as fragilidades, as potencialidades e disponibilizar dados que servirão de indicadores prioritários para estruturar planos de ação para o aperfeiçoamento dos processos de gestão e de ação acadêmico-administrativa da FAPAS.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

a) Autoavaliação Institucional - Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FAPAS. Estabelecido pela Resolução Nº 12/2016, o projeto de Autoavaliação Institucional (Avaliação Interna) tem por objetivo instituir na Faculdade Palotina uma cultura permanente de avaliação em um processo pedagógico de reflexão, análise, planejamento e autoconsciência da missão e da realidade institucional no Ensino Superior, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

b) Avaliação externa - Realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Possui como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios de autoavaliação. O processo avalia as condições de infraestrutura, pedagógica e administrativa da Instituição e atua no acompanhamento e regulação dos cursos de graduação.

9.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Conforme o Art. 11 da Lei nº 10.861 (2004), que institui o SINAES, cada Instituição de Ensino Superior deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) responsável pela condução e sistematização dos processos de avaliação internos da IES, bem como, prestar informações solicitadas pelo INEP. Desse modo, através da Portaria da Direção nº 10, de 07 de julho de 2004, a FAPAS nomeou a primeira CPA para conduzir o processo interno de avaliação.

De acordo com o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação da FAPAS, aprovado pela Resolução nº 01A/2009, a CPA é o órgão de representação acadêmica e institucional, com atuação autônoma em relação aos Órgãos Colegiados da Instituição. Nela está garantida a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegia a maioria absoluta de um dos segmentos. A CPA é responsável por coordenar e articular o processo de Autoavaliação Institucional na IES, o qual visa a promover a constante melhoria no ensino, pesquisa e extensão, por meio de uma cultura permanente de avaliação, que articule a missão institucional da Faculdade Palotina e suas finalidades acadêmicas e sociais.

9.1.1 Atribuições da CPA

Competem à CPA as seguintes atribuições:

- a) conduzir os processos internos de avaliação da instituição subentendidos na preparação, desenvolvimento e consolidação;
- b) coletar informações, analisar dados, elaborar e encaminhar, às instâncias competentes, relatórios e pareceres referentes ao processo de avaliação interna na Faculdade Palotina;
- c) desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação das políticas de avaliação na Instituição;
- d) planejar os programas de Avaliação Institucional, propondo ações para a melhoria do processo;
- e) sistematizar e prestar informações sobre a Avaliação Institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sempre que solicitadas;
- f) participar de todas as atividades relativas a eventos promovidos pelo CONAES – Conselho Nacional de Educação Superior, sempre que solicitada.

9.1.2 Composição e mandato

A Comissão é composta por um (1) coordenador; um (1) representante Técnico-administrativo; um (1) representante docente; um (1) representante discente; um (1) representante da Sociedade Civil. O ato de designação dos membros da CPA é feito através de portarias emitidas pelo Diretor Geral da Faculdade Palotina, com mandato de três anos, podendo ser reconduzidos. A atual Comissão foi designada pela Portaria 48/2020.

9.1.3 Organização administrativa, funcionamento e reuniões da CPA

A CPA é organizada administrativamente com um (1) coordenador, um (1) secretário de apoio e demais membros. Suas atribuições estão previstas nos Artigos 8, 9 e 10 do Regimento Interno da CPA (Resolução nº 01A/2009).

O funcionamento da CPA na Instituição consiste em: elaborar o calendário das reuniões ordinárias; promover reuniões com a comunidade acadêmica para discutir questões de interesse coletivo, avaliar e analisar as propostas apresentadas à Comissão, solicitar documentações e informações aos órgãos da Instituição, respeitadas as de caráter sigiloso, assim definidas na legislação vigente. A administração da Faculdade Palotina proporciona os meios, as condições materiais e de recursos humanos para funcionamento da CPA, assim como toda a infraestrutura administrativa necessária para este fim.

A CPA reúne-se ordinariamente uma (1) vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou por solicitação da maioria simples de seus membros. As reuniões ordinárias são realizadas em dias e horários estabelecidos no início de cada semestre letivo. A cada reunião é lavrada a Ata que, depois de aprovada, é assinada pelo Coordenador e demais membros participantes.

Os trabalhos da CPA são considerados prioritários para seus membros sobre quaisquer outras atividades da Instituição, exceto convocações por parte da direção. A CPA deverá manter a comunidade acadêmica informada de suas principais atividades e resoluções através da sua publicação no setor de comunicação oficial da Faculdade Palotina e por seus canais de comunicação com a comunidade acadêmica.

9.2 O processo de Autoavaliação Institucional (AI)

A proposta da Autoavaliação Institucional da FAPAS busca tornar permanente a cultura de avaliação como um processo de reflexão constante sobre as atividades desenvolvidas pela Instituição, tendo como objetivos: produzir conhecimentos sobre a realidade da IES, identificar possíveis fragilidades e os agentes causadores, implementar melhorias contínuas, aperfeiçoar as práticas pedagógicas e profissionais do corpo docente e técnico-administrativo, potencializar a integração e as relações de cooperação entre os diversos agentes institucionais, tornar mais efetiva a atuação da instituição junto à comunidade, e o que mais faça cumprir a responsabilidade social da IES com a sociedade.

A partir da Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC, que uniformizou o entendimento sobre os Indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, redimensionando as dez dimensões em cinco eixos avaliativos, sendo eles:

Quadro 15 - Dimensões/Eixos do processo de avaliação institucional

Eixos	Dimensões
Eixo 1) Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e avaliação institucional
Eixo 2) Desenvolvimento Institucional	Missão, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e responsabilidade social.
Eixo 3) Políticas Acadêmicas;	Políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; Comunicação com a sociedade e política de atendimento aos estudantes.
Eixo 4) Políticas de Gestão	Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; organização e gestão da IES e sustentabilidade financeira.
Eixo 5) Infraestrutura Física	Infraestrutura física

Fonte: Elaborado pela CPA

Conforme a sugestão de roteiro para a elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior (Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065), a Faculdade Palotina readequou a sua avaliação interna tornando-a trienal, realizada em dois anos de avaliação parcial (ANO 1 - eixos 2, 3 e 4; ANO 2 - eixos 1 e 5) e um ano integral. Desse modo, o processo integral da Autoavaliação da FAPAS acontece em três anos, contemplando os cinco eixos da avaliação externa.

Quadro 16 - Organização do Ciclo Trienal de Autoavaliação FAPAS

ANO 1		ANO 2		ANO 3	
Eixo 2 Desenvolvimento Institucional		Eixo 1 Planejamento e Avaliação Institucional		Análise global	
Eixo 3 Políticas Acadêmicas		Eixo 5 Infraestrutura			
Eixo 4 Políticas de Gestão					
Relatório Parcial I		Relatório Parcial II		Relatório Integral	Versão

Fonte: Elaborado pela CPA

Assim, nos dois anos parciais, o processo de Autoavaliação Institucional é realizado nas seguintes etapas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação.

A etapa inicial envolve as seguintes ações de planejamento:

a) estudo dos documentos oficiais e elaboração/revisão dos instrumentos de avaliação utilizados, com base nas orientações do SINAES;

b) definição dos procedimentos de aplicação da Autoavaliação Institucional: prazos, segmentos, participantes...;

c) definição do cronograma de atividades para a realização de reuniões da Comissão, bem como de equipes de trabalho, encontros para sensibilização da comunidade acadêmica; e

d) realização de Encontros Formativos para orientação, sensibilização da comunidade acadêmica a respeito dos processos avaliativos na Educação Superior (Avaliação Externa e Interna - AVALIES, Avaliação dos Cursos de Graduação – ACGs e Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE), bem como, apropriação dos resultados das avaliações.

A segunda etapa caracteriza-se pelas seguintes ações:

a) sensibilização da comunidade acadêmica para os processos avaliativos na IES (informações, convite à participação, esclarecimentos)

b) aplicação dos instrumentos para coleta de dados;

c) organização dos dados no programa TOTVS para análise estatística;

d) análise estatística dos dados da Autoavaliação Institucional, apresentação e discussão com os segmentos participantes;

A terceira etapa, consolidação, compreende as seguintes ações:

a) relatório parcial dos eixos avaliados com base nos dados da análise estatística e nas apresentações à comunidade acadêmica;

b) encaminhamento e discussão do relatório parcial com a Gestão Acadêmico-administrativa;

c) disponibilização do relatório parcial para a comunidade acadêmica da Faculdade Palotina, via Coordenação Administrativa e Acadêmica, Coordenadores de Curso e Diretórios Acadêmicos;

d) postagem anual do relatório parcial da Autoavaliação no sistema e-MEC conforme Art. 6º, da Portaria Nº 821, de 24 de agosto de 2009; e

e) encaminhamento do relatório parcial aos setores e publicação na página institucional (www.fapas.edu.br).

Por fim, no terceiro ano do processo, a análise integral do processo contempla o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão, bem como, planos de ações para a IES.

Este processo gera relatórios parciais de diagnósticos, que, além de identificar potencialidades e fragilidades institucionais, propõem sugestões para implementação de ações de melhorias de natureza acadêmico-administrativa que evidenciam apropriação dos resultados da avaliação. Esses resultados são apresentados e discutidos com a comunidade acadêmica, por meio de seminários, reuniões, relatórios, boletins informativos, internet, entre outros.

Paralelo ao desenvolvimento da Autoavaliação Institucional e da Avaliação Externa, efetiva-se a Avaliação das Práticas Pedagógicas, como uma ferramenta de ação construtiva com foco na qualificação e desenvolvimento das práticas pedagógicas realizadas por alunos e professores, com relação ao plano de ensino; o desenvolvimento das atividades em sala de aula; às análises de conhecimentos (atividades avaliativas, exames, testes, trabalhos...); à presença e pontualidade e à relação professor-aluno. A avaliação é realizada semestralmente pelos discentes de modo a avaliar as práticas desenvolvidas nas disciplinas cursadas a cada semestre letivo. O resultado dessas avaliações é encaminhado às coordenações e gestão da IES. Cabe aos coordenadores de curso definir a metodologia de entrega dos resultados da avaliação das práticas para o professor de cada disciplina avaliada, proporcionando a discussão dos resultados entre coordenador e professor, e elaborar um plano de ação a partir dos resultados apresentados. A apropriação dos resultados desse processo se dá através da reflexão-ação das práticas pedagógicas desenvolvidas, suscitando novas estratégias para alcance de melhorias no ensino-aprendizagem. Também, nos demais processos avaliativos, os relatórios parciais de diagnósticos identificam potencialidades e fragilidades institucionais incitando a elaboração de planos de ação de melhorias acadêmico-administrativas, revisão dos projetos pedagógicos e ações de melhorias acadêmicas e institucionais. Dessa forma, os resultados atuam como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa, subsidiando o planejamento institucional.

A CPA trabalha em conjunto com o setor de Ouvidoria, visto que esse mecanismo de comunicação com a comunidade acadêmica é uma importante fonte de informações, sugestões, críticas, observações e elogios que podem apontar sinais de (des)articulação, merecendo consideração da avaliação institucional e que podem fazer emergir ações potenciais fora do período destinado à coleta de dados da avaliação. Da mesma forma, a CPA

disponibiliza um canal de comunicação direto através do endereço eletrônico (cpa@fapas.edu.br), para que possíveis necessidades possam ser prontamente recebidas e direcionadas a uma possível solução.

Quanto aos processos de Avaliação Externa e seus indicadores – Avaliação in loco (CI), Avaliação dos Cursos de Graduação (CPC, CC) e ENADE, a CPA buscará trabalhar com esses processos no intuito de colocá-los em discussão permanente como objeto de reflexão para melhorias acadêmicas e administrativas no âmbito do planejamento da IES. A CPA promove Encontros Formativos com a comunidade acadêmica a fim de apresentar esses e os demais processos de avaliação que ocorrem na IES, bem como os resultados alcançados.

9.3 Sensibilização e participação da comunidade acadêmica

A sensibilização da comunidade acadêmica é uma das mais importantes etapas dos processos avaliativos desenvolvidos na IES e, também, a mais desafiadora, pois representa o principal objetivo de todo esse processo, que é instituir na Faculdade Palotina uma cultura de avaliação permanente e de autorreflexão. Nesse sentido, a CPA buscará constante diálogo com os diferentes segmentos da IE através de informações, esclarecimentos, orientações e convite à participação nos períodos que antecedem à coleta de dados, momento em que o processo de sensibilização torna-se mais efetivo. Ainda, prevê-se a realização de encontros formativos nos quais as turmas ingressantes receberão orientações a respeito do ciclo de avaliação, com base nas temáticas: a) Apresentação da Comissão Própria de Avaliação; b) Apresentação do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), princípios e etapas; c) Autoavaliação Institucional (AI) Ciclo Trienal; d) Avaliação das Práticas Pedagógicas (APP) Processo semestral (jun./nov.); e) Resultados da Avaliação Externa; e f) ENADE. Nessa perspectiva formativa, e contínua, tem-se a possibilidade de sensibilizar a comunidade acadêmica sobre os aspectos internos e externos que compõem a avaliação da educação superior, os resultados dos processos realizados (interno e externo) e qual o compromisso da FAPAS nesse contexto. Outra estratégia de sensibilização consistirá na comunicação da CPA com a comunidade acadêmica através de informações sobre os processos avaliativos e as ações realizadas pela Comissão através de publicações específicas em perfil de rede social (facebook@cpafapas).

A sensibilização para a participação na coleta de dados será realizada nos períodos que antecedem o início da aplicação dos instrumentos. Essa sensibilização será realizada pelos membros da Comissão Própria de Avaliação, através de encontros e eventos

organizados pela Instituição (semanas acadêmicas, aulas inaugurais, etc.), fixação de informativos em murais, informações publicadas no portal oficial da Instituição, nas redes sociais e comunicações via e-mail às Coordenações de Curso, aos setores acadêmicos e administrativos da IES, e aos demais agentes da comunidade acadêmica.

Participam do processo de Autoavaliação Institucional discentes, docentes e técnico-administrativos que compõem os três segmentos representativos da comunidade acadêmica da FAPAS. Como estratégia de engajar a participação mais efetiva, durante o processo de avaliação são enviados e-mails diretamente para todos os colaboradores técnico-administrativos, docentes e discentes matriculados na IES. Durante a coleta de dados, os membros representantes na CPA buscarão dialogar constantemente com seu respectivo segmento, fornecendo informações, esclarecendo dúvidas e incentivando à participação. Na Avaliação das Práticas Pedagógicas, realizada semestralmente, somente os discentes participam avaliando as práticas desenvolvidas nas disciplinas cursadas a cada semestre letivo.

9.4 Instrumento utilizado na coleta de dados

Para cada um dos processos avaliativos, desenvolvidos na IES, são utilizados os instrumentos elaborados pela CPA em conformidade com a legislação vigente, de modo que atendam as especificidades da Instituição e de cada segmento participante.

A coleta de dados da Autoavaliação Institucional é realizada, anualmente, através de questionário eletrônico, o qual contempla a realidade institucional através de questões pertinentes às dimensões específicas dos eixos avaliados em cada etapa parcial (Ano I - Eixos 2, 3 e 4; Ano II – Eixos 1 e 5). Os questionários utilizados na coleta de dados específicos de cada segmento são disponibilizados através do sistema educacional TOTVS para discentes, docentes, auxiliares dos docentes e técnico-administrativos. Para discentes, docentes e Orientadores Educacionais, no caso dos cursos EaD, o acesso ao questionário é realizado com *login* no Portal Professor/Aluno, através do número de matrícula e senha pessoal. Para o segmento técnico-administrativo, a CPA envia um e-mail pessoal através do sistema, contendo *login*, senha de acesso e o link para o questionário da avaliação.

Considerando as especificidades da oferta de cursos a distância, o questionário da Autoavaliação Institucional buscará atender as necessidades de avaliação nessa modalidade, contudo, seguirá o modelo utilizado no ensino presencial, categorizado em Eixos e dimensões. Dessa forma, os estudantes da EaD, quando houver a oferta de cursos, avaliarão

questões pertinentes à adequação metodológica e infraestrutura física, tecnológica e de pessoal para realização das atividades do curso.

Como estratégia para alcançar uma participação mais efetiva do segmento acadêmico, além da campanha on-line, no período de coleta de dados, a CPA, juntamente com a colaboração das coordenações de curso e respectivos professores, prevê o acompanhamento dos acadêmicos no Laboratório de Informática para que eles respondam ao questionário de avaliação. No caso dos cursos a distância, a estratégia será enfatizar as chamadas via informativos on-line e com sensibilização através dos polos.

Na Avaliação das Práticas Pedagógicas utiliza-se um instrumento on-line, o qual os acadêmicos de graduação (presencial e EaD) acessam também pelo Portal do Aluno, com login e senha. Também nesse processo avaliativo, o formulário de avaliação dos cursos EaD, quando ofertados, seguirá o modelo do instrumento aplicado à modalidade presencial, acrescido de algumas especificidades próprias à EaD, principalmente aspectos relacionados ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, as metodologias utilizadas para o ensino a distância, aos recursos e materiais didáticos utilizados, aos processos de interatividade e acompanhamento do estudante expressos na mediação pedagógica realizada pelos Orientadores Educacionais e professores. Para os acadêmicos de Pós-graduação, o instrumento é aplicado de modo impresso ao final de cada disciplina cursada.

O instrumento de avaliação das Práticas Pedagógicas é composto por 18 questões, divididas em cinco categorias: Bloco 1 - Plano de ensino; Bloco 2 - Desenvolvimento das atividades em sala de aula; Bloco 3 - Atividades avaliativas (exercícios, trabalhos, provas, exame); Bloco 4 - Presença e pontualidade; e Bloco 5 - Relação professor-aluno. Para cada questão é apresentada uma escala de oito opções: Não se aplica, não atendido, atendido até 25%, atendido até 50%, atendido até 75%, atendido até 100%, e para algumas questões próprias, há opção de sim ou não. Os instrumentos apresentam questões abertas para comentários, sugestões ou críticas.

9.5 Análise e divulgação dos resultados

A CPA é responsável por organizar e analisar os dados coletados através do instrumento de avaliação aplicado à comunidade acadêmica. Os dados coletados são agrupados no banco de dados do sistema TOTVS e analisados por segmento participante (discentes, docentes, técnico-administrativos) com base em questões gerais, para todos os segmentos, e outras específicas à realidade de cada segmento participante. Em cada questão é

calculada a média positiva (soma das opções 'Ótimo', 'Muito bom', 'Bom') e a média negativa (soma das opções 'Regular' e 'Ruim'). Em cada Eixo, calcula-se a média geral positiva acima de 80%. As questões individuais que apresentaram índices acima de 10% na soma das alternativas 'Ruim' e 'Regular' são analisadas com maior atenção junto à gestão da IES, buscando ações de melhorias para as fragilidades apontadas.

Na Avaliação das Práticas Pedagógicas, aplicada aos cursos de graduação (presencial e EaD), depois de encerrada a coleta de dados (semestral), os resultados são organizados no banco de dados do sistema acadêmico TOTVS. A CPA organiza as planilhas por curso, separando-as por disciplina e, posteriormente, encaminha os resultados à Coordenação acadêmica e de curso. Compete a cada coordenação de curso a análise e discussão dos resultados junto ao segmento docente e discente do seu respectivo curso. Os resultados da Avaliação das Práticas Pedagógicas realizada nos cursos de pós-graduação são sistematizados pela coordenação do curso, gerando subsídios para a gestão administrativa e pedagógica.

A análise dos resultados desses processos avaliativos deve servir como fator de retroalimentação na elaboração de planos de ação que visam aprimorar a gestão acadêmica e administrativa dos cursos, além de qualificar as práticas de ensino e aprendizagem desenvolvidas na FAPAS, atendendo aos projetos pedagógicos dos cursos, à missão institucional e ao PDI.

Conforme previsto no Projeto de Autoavaliação Institucional, os resultados analíticos desses processos serão divulgados e apresentados à comunidade acadêmica em forma de reuniões com os segmentos participantes e enviados, via e-mail institucional, para a direção, gestão acadêmica e administrativa, chefes de setores e demais funcionários técnico-administrativos, coordenações e diretórios acadêmicos, e divulgados via informativos on-line e anexados no site institucional.

Quadro 13 – Demonstrativo das ações da CPA para o período de 2021-2025.

Ações	2021	2022	2023	2024	2025
Revisão dos instrumentos de avaliação, com base nas orientações do SINAES e documentos oficiais da Instituição.	X	X		X	X
Elaboração de instrumentos de avaliação para cursos EaD	X				
Definição do cronograma de atividades anuais da Comissão.	X	X	X	X	X
Sensibilização da comunidade acadêmica.	X	X		X	X
Aplicação dos instrumentos para coleta de dados da Avaliação Institucional - presencial	X	X		X	X

Aplicação dos instrumentos para coleta de dados da Avaliação Institucional – EaD (Depende de oferta)					
Aplicação dos instrumentos para coleta de dados da Avaliação das Práticas Pedagógicas (jun. /nov.)	X	X		X	X
Avaliação Institucional pela Comunidade Externa.	X	X		X	X
Análise estatística e descrição analítica dos dados parciais dos eixos avaliados.	X	X		X	X
Elaboração de relatórios parciais.	X	X		X	X
Elaboração de relatório integral relativo ao fechamento das avaliações parciais.			X		
Encaminhamento do relatório parcial para a Gestão Acadêmico-administrativa.	X	X		X	X
Encaminhamento do relatório integral para a Gestão Acadêmico-administrativa.			X		
Divulgação dos relatórios, parcial e integral, para a comunidade acadêmica e publicação na página institucional (www.fapas.edu.br/portal).	X	X	X	X	X
Elaboração de planos de ação junto aos setores a partir dos resultados da Avaliação Institucional.	X	X		X	X
Postagem dos relatórios da Autoavaliação no sistema e-MEC.	X	X	X	X	X
Encontros formativos sobre Avaliação Institucional FAPAS	X	X	X	X	X
Atualização de página em plataforma de rede social para divulgação de ações.	X	X	X	X	X
Encontro formativo ENADE (cursos do ciclo de avaliação).	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela CPA

10 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A Infraestrutura Física da Instituição foi sendo aprimorada desde o início do funcionamento da IES, percebe-se nos vários setores uma qualidade que facilita muito o processo de ensino e aprendizagem, isso é perceptível nas salas de aula bem iluminadas todas com ar condicionado e data show instalado, o acesso à internet através da rede wireless com sinal aberto, a mobília das salas de aula também confortável para facilitar a concentração dos acadêmicos, as salas de estudos, coordenações, reuniões com mobília adequada e climatizadas, a Biblioteca com espaço privilegiado de estudos, pesquisas individuais ou de grupos, estacionamento amplo que possibilita comodidade aos professores e acadêmicos, dois elevadores, rampas de acesso, banheiros adaptados, tudo para facilitar a mobilidade das pessoas com deficiências. Na medida do possível todos os setores estão sendo aprimorados para atender a demanda dos professores, acadêmicos e técnicos administrativos, facilitando o ensino, a iniciação científica e a extensão.

10.1 Instalações acadêmicas e administrativas

A Instituição conta com amplo Laboratório de Informática, que atualmente atende à demanda Institucional. São vinte e cinco computadores com acesso à internet e com programas instalados para facilitar a pesquisa, digitação e elaboração de trabalhos. O laboratório tem um funcionário à disposição para auxiliar os acadêmicos e professores. A IES possui um ambiente em que é possível o curso de Direito realizar práticas de júris simulados. O que não deixa de ser um laboratório de ensino, pois ali os acadêmicos e professores do Curso poderão exercitar essa atividade que posteriormente fará parte de vida dos bacharéis em Direito.

Nesse sentido a Instituição conta ainda com o Núcleo Palotino de Prática Jurídicas (NPPJ) que é um laboratório em que os acadêmicos orientados por seus professores atendem situações reais de cidadãos de baixa renda que não podem arcar com os custos de um processo e precisam se defender ou buscar seus direitos junto à Justiça. Nesse Núcleo os alunos realizam suas práticas de estágio curricular obrigatório.

Em 2019, o NPPJ foi transferido para o prédio da FAPAS e foram destinadas quatro salas de aula para os docentes e discentes desenvolverem suas atividades práticas do estágio curricular que consta na matriz do curso de Direito. O objetivo de trazer o NPPJ para junto ao prédio da FAPAS foi para, além de melhor localização e amplo espaço de trabalho, unir o

laboratório de prática com a sala de práticas simuladas (júri) e com a mediação todos no mesmo espaço geográfico. As salas de aula readaptadas e destinadas ao NPPJ foram: sala 210, 211, 212, 213 e 214.

A disposição das salas e os equipamentos se deram da seguinte maneira:

- Sala 210: **Recepção NPPJ** – sala equipada com climatização, um balcão de atendimento, uma mesa de trabalho, um computador, uma impressora, quatro arquivos, uma geladeira, um pequeno balcão e cadeiras, um quadro para anotações, climatizada, bem como a parte da sala destinada à espera dos assistidos possuem cadeiras. Área total de 38,24 m²;
- Sala 211: **Cabines de atendimento**. Esta sala foi dividida em seis cabines para o acadêmico fazer o atendimento dos assistidos, está equipada com climatização, mesa de trabalho, cadeiras e um computador. Área total de 53,56 m²;
- Sala 212: **Escritório Palotino de Práticas Jurídicas** - esta sala destina-se a construção das peças dos processos jurídicos. Está equipada com climatização, uma mesa de trabalho com 16 computadores, uma mesa para pequenas reuniões, um quadro para anotações dos professores e acadêmicos, um data show instalado, uma mesa de trabalho com computador para a coordenação do NPPJ, uma mesa de trabalho com computador e um scanner. Área total de 53,85 m²;
- Sala 213: **Laboratório de Prática Jurídica Simulada** – espaço equipado com climatização, mobiliário (cadeiras) confortáveis; um balcão; sete mesas; um quadro para anotações dos professores e acadêmicos; um data show instalado. Área total de 53,80 m²;
- Sala 214: **Mediação** - Esta sala destina-se as práticas de mediação do NPPJ. Está equipada com climatização, mobiliário (cadeiras) confortáveis; duas mesas; três poltronas; uma quadro para anotações dos professores e acadêmicos; um data show instalado. Área total de 56,93 m². As 19 salas destinadas às aulas da FAPAS estão equipadas da seguinte maneira:

Quadro 14 – Distribuição de equipamentos por sala de aula

Número da sala	Área Total	Móveis e Equipamentos
215	47,90 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
216	64,87 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
217	66,80 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
218	67,02 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
219	53,92 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
220	53,87 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
221	53,95 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
222	53,55 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
313	53,56 m ²	Estúdio de Gravação
314	53,85 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras

		conforme número de acadêmicos.
315	53,80 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
316	56,93 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
317	47,90 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 2. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
318	63,34 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
319	66,57 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
320	65,94 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
321	53,26 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
322	53,70 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.
323	53,16 m ²	Data-show: 1 fixo. Climatizador: 1. Lousa: 1. Mesa docente: 1. Classes e cadeiras conforme número de acadêmicos.

Fonte: Institucional

Além dos equipamentos multimídia, a Instituição disponibiliza rede de internet sem fio para uso em pesquisas nas salas de aula.

No térreo, primeiro pavimento, encontra-se a cantina, também um espaço interno e externo de convivência, o auditório institucional, a Biblioteca, o serviço de fotocópia e os Diretórios Acadêmicos. No primeiro piso, segundo pavimento, localiza-se o SERCA – Setor de Registro acadêmico - na sala 205. Nesse local está arquivada toda vida acadêmica dos estudantes. Sendo que para cada aluno há uma pasta, na qual constam documentos pessoais e acadêmicos. Nesse setor são organizados, também, os processos de transferência interna e externa, aproveitamento de ACG ou DCG, matrículas, informações sobre o portal do estudante e do professor.

Devido à ampliação de espaço que teve na sala 205, encontra-se a Secretaria Geral neste mesmo ambiente. Neste local os professores encaminham suas avaliações, para serem impressas e recebem os comunicados institucionais. Já os alunos retiram seus certificados de eventos acadêmicos, promovidos pela Instituição.

Ainda no primeiro piso, segundo pavimento, tem-se a sala 200, onde está a Supervisão Administrativa da EPEC. Nesse espaço, os acadêmicos são auxiliados em relação aos valores das mensalidades. Também, nesta mesma sala, fica a Supervisão Administrativa da Faculdade Palotina – FAPAS. Logo ao lado, na sala 203, está a sala de processamento do Serviço de Registro e Controle Acadêmico (digitalização de documentos) e arquivos da Secretaria Geral da IES.

A Tesouraria encontra-se na sala ao lado do SERCA, onde os acadêmicos efetuam o pagamento de suas mensalidades. Na sala 233 encontra-se a Coordenação Acadêmica, na qual os estudantes e professores são orientados e auxiliados, quando necessário em relação à vida acadêmica da Instituição. Vale salientar que a Coordenação Acadêmica coordena o SERCA, os Coordenadores das Graduações, o NAI e o trabalho com os Egressos. Ainda, no mesmo andar e pavimento encontram-se as salas das coordenações de curso: 229 a Coordenação do curso de Teologia; 230 a Escola Popular de Agentes Cristã (EPAC); 231 a Coordenação do curso de Filosofia; 232 a Sala da equipe multidisciplinar, responsável técnica pelo Moodle pelos Periódicos Eletrônicos; 233 a Coordenação Acadêmica; 234 a sala de reuniões e a 235 Coordenação do curso de Direito e secretaria do curso.

No segundo piso, terceiro pavimento, fica a sala dos professores, sala 300; a sala 302 abriga a Comissão Própria de Avaliação (CPA); na sala 303 localiza-se o Gabinete de Projetos (GAP); na sala 304 localiza-se o comercial da IES; na sala 305 temos uma sala de estudos e trabalho para os professores em tempo integral. Tem-se também a sala do EaD referente a parceria celebrada entre a Faculdade Palotina e a Universidade La Salle. A sala 306 corresponde a sala do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI – a qual ocupa o mesmo espaço do Apoio Psicopedagógico. O Apoio Psicopedagógico ao Discente e docente da Faculdade Palotina configura-se nesse contexto universitário como um espaço de orientação, o qual possibilita inclusão e permanência do aluno no ensino superior.

Na sala 329 e 330 encontra-se a Assessoria de Comunicação, que organiza toda a comunicação interna e externa da Instituição. As salas 333, 334 e 335 se destinam a: Vice Direção, sala de reuniões, Direção Geral e, na sala 336, fica a Coordenação Geral da Pós-Graduação e Secretário Geral. Destaca-se aqui que todos esses ambientes são climatizados e equipados com mesa, cadeiras, computador e material necessário para atendimento dos acadêmicos.

Tabela 02 – Demonstrativo da infraestrutura física

Instalação	Qt.	Área (M ²)	2017	2018	2019	2020	2021
Térreo – Primeiro Pavimento							
Cantina	1	17,44	1	1	1	1	1
Espaço de convivência da Cantina	1	228,60	1	1	1	1	1
Banheiro Feminino Cantina	1	2,76	1	1	1	1	1
Banheiro Masculino Cantina	1	2,66	1	1	1	1	1
Banheiro PCD Cantina	1	4,10	1	1	1	1	1
Auditório	1	475,60	1	1	1	1	1
Palco do auditório	1	55,90	1	1	1	1	1
Sala Apoio Palestrante	1	10,34	1	1	1	1	1
Banheiro Apoio Palestrante	1	3,43	1	1	1	1	1
Sala Técnica	1	4,68	1	1	1	1	1
Sala do Som	1	4,24	1	1	1	1	1
Banheiro Masculino Térreo	1	12,44	1	1	1	1	1
Banheiro Feminino Térreo	1	11,33	1	1	1	1	1
Banheiro PCD Feminino Térreo	1	4,42	1	1	1	1	1
Banheiro PCD Masculino Térreo	1	3,76	1	1	1	1	1
Sala CPD	1	6,13	1	1	1	1	1
Depósito	1	4,88	1	1	1	1	1
Espaço interno de convivência	1	259,41	1	1	1	1	1
Biblioteca Central	1	745,87	1	1	1	1	1
Salas de estudos Biblioteca Central	2	23,85	2	2	2	2	2
Devolução/Empréstimo	1	31,68	1	1	1	1	1
Direção Biblioteca e processamento Técnico	1	66,22	1	1	1	1	1
Banheiro Masculino Biblioteca	1	1,78	1	1	1	1	1
Banheiro Feminino Biblioteca	1	1,98	1	1	1	1	1
Copa dos funcionários administrativos	1	17,65	1	1	1	1	1
Box chuveiro e lavabo	1	4,09	1	1	1	1	1
Banheiro Funcionários administrativos	1	4,02	1	1	1	1	1
Diretórios Acadêmicos	1	67,56	1	1	1	1	1
Primeiro Piso – segundo Pavimento							
Hall de Entrada/ Recepção e Espaço de convivência	1	108,71	1	1	1	1	1
Hall de Entrada/área aberta e espaço de convivência	1	85,00	1	1	1	1	1
Capela	1	41,49	1	1	1	1	1
Coordenação do Curso da Teologia	1	12,09	1	1	1	1	1
Coordenação do EPAC	1	13,17	1	1	1	1	1
Coordenação do Curso da Filosofia	1	12,47	1	1	1	1	1
Sala da Equipe Multidisciplinar EaD; Periódicos eletrônicos Suporte Moodle	1	12,67	1	1	1	1	1
Coordenação Acadêmica	1	14,95	1	1	1	1	1

Sala de Reuniões	1	23,75	1	1	1	1	1
Coordenação e Secretaria do Curso do Direito	1	17,10	1	1	1	1	1
Coordenação Financeira da EPEC Supervisão Administrativa da FAPAS	1	25,58	1	1	1	1	1
Banheiro Coordenação Financeira da EPEC Supervisão Administrativa da FAPAS	1	1,80	1	1	1	1	1
Sala de processamento (digitalização) do SERCA e arquivos da Secretaria Geral	1	18,11	1	1	1	1	1
Setor de Registro Acadêmico Secretaria Geral	1	38,43	1	1	1	1	1
Sala para atendimento individualizado	1	5,20	1	1	1	1	1
Tesouraria	1	11,61	1	1	1	1	1
Banheiro Tesouraria	1	1,80	1	1	1	1	1
Sala de espera Financeiro e SERCA	1	10,68	1	1	1	1	1
Hall de entrada Secundário e espaço de convivência	1	37,80	1	1	1	1	1
Banheiro Feminino com PCD	1	14,29	1	1	1	1	1
Banheiro Família com PCD	1	14,44	1	1	1	1	1
Depósitos (Materiais de higiene que são ocupados diariamente)	1	4,88	1	1	1	1	1
Assistente Social	1	27,64	1	1	1	1	1
Núcleo Palotino de Práticas Jurídicas (NPPJ)	1		1	1	1	1	

Primeiro Piso – segundo Pavimento

Recepção	1	38,24	1	1	1	1	1
Sala com as cabines de atendimento ao assistido	1	53,56	1	1	1	1	1
Escritório de Práticas Jurídicas Palotino	1	53,85	1	1	1	1	1
Laboratório de Prática Jurídica Simulada	1	53,80	1	1	1	1	1
Mediação	1	56,93	1	1	1	1	1
Sala 215	1	47,90	1	1	1	1	1
Sala 216	1	64,87	1	1	1	1	1
Sala 217	1	66,80	1	1	1	1	1
Sala 218	1	67,02	1	1	1	1	1
Sala 219	1	53,92	1	1	1	1	1
Sala 220	1	53,87	1	1	1	1	1
Sala 221	1	53,95	1	1	1	1	1
Sala 222	1	53,55	1	1	1	1	1
Banheiro Feminino	1	11,72	1	1	1	1	1
Banheiro Masculino	1	12,44	1	1	1	1	1
Banheiro PCD Masculino	1	3,76	1	1	1	1	1
Banheiro PCD Feminino	1	4,40	1	1	1	1	1

Segundo Piso – Terceiro Pavimento

Sala do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI e Apoio Psicopedagógico	1	9,55	1	1	1	1	1
Comercial	1	16,65	1	1	1	1	1
Sala da Pastoral Universitária	1	11,03	1	1	1	1	1

Sala de Orientação	1	9,75	1	1	1	1	1
Comissão Própria de Avaliação - CPA	1	25,42	1	1	1	1	1
Sala dos Professores	1	40,14	1	1	1	1	1
Sala do Gabinete de Projetos – GAP	1	11,10	1	1	1	1	1
Secretaria EAD – Parceria FAPAS X La Salle	1	19,30	1	1	1	1	1
Banheiro Feminino com PCD	1	14,29	1	1	1	1	1
Banheiro Masculino com PCD	1	14,44	1	1	1	1	1
Depósitos (Materiais de higiene que são ocupados diariamente)	1	4,88	1	1	1	1	1
Assessoria de Comunicação	1	32,84	1	1	1	1	1
Comissão do Vestibular e Sala de estudos e trabalho dos professores	1	18,04	1	1	1	1	1
Vice-Direção	1	17,12	1	1	1	1	1
Sala de Reuniões	1	21,02	1	1	1	1	1
Direção	1	21,53	1	1	1	1	1
Banheiro Sala Diretor	1	1,79	1	1	1	1	1
Sala do Secretário Geral/Coord. Pós-Grad/NAI/Apoio psicopedagógico	1	15,75	1	1	1	1	1
Banheiro do Secretário Geral/Coord. Pós-Grad/NAI/Apoio psicopedagógico	1	1,79	1	1	1	1	1
Sala da Biblos	1	16,38	1	1	1	1	1
Banheiro Feminino	1	11,72	1	1	1	1	1
Banheiro Masculino	1	12,44	1	1	1	1	1
Banheiro PCD Masculino	1	2,98	1	1	1	1	1
Banheiro PCD Feminino	1	3,97	1	1	1	1	1
Hall de circulação e convivência	1	68,97	1	1	1	1	1
Laboratório de Informática	1	62,25	1	1	1	1	1
Sala 313 – Estúdio de Gravação	1	53,56	1	1	1	1	1
Sala 314 EAD – Parceria FAPAS X La Salle	1	53,85	1	1	1	1	1
Sala 315	1	53,80	1	1	1	1	1
Sala 316	1	56,93	1	1	1	1	1
Sala 317	1	47,90	1	1	1	1	1
Sala 318	1	63,34	1	1	1	1	1
Sala 319	1	66,57	1	1	1	1	1
Sala 320	1	65,94	1	1	1	1	1
Sala 321	1	53,26	1	1	1	1	1
Sala 322	1	53,70	1	1	1	1	1
Sala 323	1	53,16	1	1	1	1	1
Depósito	1	53,31	1	1	1	1	1
Elevadores	2	5,33	2	2	2	2	2

Fonte: Institucional

10.2 Laboratório de Informática

A Faculdade Palotina possui um amplo Laboratório de Informática para uso dos alunos. Esse laboratório possui equipamentos adequados para o uso acadêmico-científico. Também é disponibilizado, no laboratório, o recurso de Internet, a fim de proporcionar a qualidade na busca de informações pelo acadêmico. O laboratório tem um número suficiente de máquinas para atender a todos os alunos matriculados. Além disso, a Biblioteca da FAPAS também disponibiliza recursos desse tipo, para atender a demanda dos acadêmicos. A Faculdade também disponibiliza o sinal da Rede Wireless com sinal aberto para ser utilizado pelos discentes, docentes e funcionários administrativos da Instituição. A possibilidade da abertura de um novo curso de graduação a nível tecnológico e a abertura de dois cursos de mestrado poderão exigir da Instituição um aperfeiçoamento no Laboratório de Informática, este será feito para atender a demanda.

Tabela 03 – Demonstrativo da infraestrutura do Laboratório de Informática

Prédio	Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
Prédio I	Data-show instalados nas salas de aula	19	19	19	19	19
	Data – Show a disposição	02	02	02	02	02
	Data – Show Auditório	03	03	03	03	03
	Notebook	03	6	6	6	6
	Computadores	25	25	25	25	25
	Rede Wireless	5	6	6	6	6

Fonte: Institucional

10.3 Inovações tecnológicas

A FAPAS possui recursos tecnológicos variados para atender a demanda dos alunos e dos professores, com programas instalados nos computadores do laboratório, bem como na Biblioteca. Esses programas (*softwares*) são utilizados para o aprendizado de técnicas inovadoras, no sentido de incentivar a aquisição de conhecimentos pelo aluno, programas que auxiliam aos alunos e professores a digitação de textos. Em suma, a Instituição está continuamente atenta às inovações desse setor, buscando sempre a implementação de recursos necessários para a melhor formação do aluno.

Na vigência do PDI anterior, a IES teve um avanço tecnológico significativo que, mesmo sem ter sido previsto, realizou ações para atender às demandas sociais, e pretende consolidá-las, fortalecê-las e avançar na vigência deste PDI.

Em 2015, a FAPAS deu início à implantação do sistema educacional da TOTVS S.A. O “RM Educacional”. Este sistema possibilita a criação dos diários de classe on-line, no qual os professores têm acesso para registrar os conteúdos trabalhados e presenças e notas dos acadêmicos. Por sua vez, cada discente tem acesso através de *login* e senha a todas as disciplinas em que está matriculado para acompanhar suas presenças, faltas e notas registradas pelo professor e também seu histórico escolar.

Essa ferramenta facilita a comunicação e a informação acadêmica tanto por parte dos professores como dos acadêmicos. A FAPAS investe em tecnologias a fim de melhorar a eficiência no controle das informações referentes aos alunos e professores da Instituição. O Portal do Professor/Aluno gerencia a "vida acadêmica" dos estudantes e é de fundamental importância para a facilidade na tramitação do fluxo de informações para toda comunidade acadêmica. Enfim, trata-se de um sistema de fácil manuseio e com características específicas que facilitam as tramitações acadêmicas da IES. No final de 2019, o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle passou a fazer parte da vida acadêmica de professores e estudantes. As disciplinas passaram a utilizar o Moodle como recurso de apoio ao ensino presencial. A plataforma possibilita a gestão da disciplina através do envio de materiais, atividades e comunicação, viabilizando, em muitos casos, novas metodologias de trabalho com apoio da tecnologia. Isso representou um processo de inovação para a IES, uma vez que o professor tem disponível a plataforma para apresentação do conteúdo previamente, ampliando o aproveitamento do tempo em sala de aula para reflexões e debates. Outra situação proveitosa, a partir do uso da plataforma, foi a recuperação de aulas e dias letivos com atividades no decorrer do semestre.

A Instituição possui ainda o site Institucional: www.fapas.edu.br no qual são postadas todas as informações relevantes da Faculdade. Nesse canal a comunidade acadêmica tem acesso a documentos institucionais, calendário acadêmico, guia acadêmico, informações sobre os setores administrativos, Biblioteca, informações sobre os Núcleos, notícias e informações; para que todos os acadêmicos e professores possam acompanhar o dia a dia da Instituição.

Através do site o público externo pode, também, acompanhar as informações referentes ao vestibular, outros editais relevantes para a comunidade externa e eventos acadêmicos; os quais são sempre abertos a participação do público em geral. Por meio do site, os acadêmicos podem realizar sua inscrição tanto para processo seletivo ou participação em eventos acadêmicos.

Com o desenvolvimento do ambiente digital a FAPAS está nas redes sociais (*Facebook, Instagram e LinkedIn*) para melhorar o relacionamento com o público e divulgar eventos e informações que sejam do interesse da comunidade acadêmica. A comunicação nas redes sociais digitais é personalizada, atentando aos princípios e valores institucionais e a filosofia da IES.

Quadro 15 – Demonstrativo e previsão dos avanços tecnológicos nos serviços prestados - 2021-2025

Ações	2021	2022	2023	2024	2025
Aprimorar as Revistas Eletrônicas dos Cursos	X	X	X	X	X
Aprimorar a Página Institucional	X	X	X	X	X
Aprimorar a Ouvidoria On-line	X	X	X	X	X
Aprimorar Biblioteca On-line Livros e Revistas	X	X	X	X	X
Aprimorar o Acompanhamento ao Egresso	X	X	X	X	X
Aprimorar Agendamento de Recursos de Multimídia On-line	X	X	X	X	X
Atualização do Guia Acadêmico On-line	X	X	X	X	X
Aprimorar Diário de Classe On-line	X	X	X	X	X
Frequência e Certificação de Eventos de Maneira Eletrônica	X	X	X	X	X
Gestão das disciplinas no ambiente virtual Moodle	X	X	X	X	X
Algumas disciplinas no formato EaD	X	X	X	X	X
Implementação dos 20% da carga horária dos cursos no formato EaD	X	X	X	X	X

Fonte: Institucional

10.4 Biblioteca

A Biblioteca é um órgão de apoio suplementar à Direção da FAPAS e tem por objetivo oferecer suporte informacional atualizado e organizado aos docentes e discentes para que possam desenvolver de forma plena as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso, busca-se prestar um excelente atendimento às comunidades externa e

interna, a qual abrange acadêmicos dos cursos de graduação, pós-graduação, cursos de extensão, professores e funcionários.

A seleção dos materiais que formam o acervo da Biblioteca tem por propósito ser relevante aos objetivos da Instituição e da comunidade a que serve, a fim de atender as necessidades informacionais dos usuários. A Biblioteca utiliza o sistema PHL, o qual possibilita acesso ao catálogo *on-line*, proporcionando renovação dos empréstimos, reserva de itens, bem como o envio de alertas da data de devolução dos materiais, aviso de vencimento de devolução e aviso de reserva disponível.

Visando ampliar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais são disponibilizados fones de ouvido, teclado adaptado em *braille* e com letras, números e símbolos ampliados para pessoas que possuem baixa visão. Outro recurso disponível na Biblioteca é o *mouse* acessível, com esfera que possibilita o movimento do cursor na tela, exigindo menor necessidade de controle motor por parte do usuário com dificuldades motoras.

Além disso, os computadores possuem o sistema operacional DOSVOX, um sistema gratuito destinado a atender deficientes visuais, permitindo que pessoas cegas ou com baixa visão utilizem o computador comum, adquirindo independência no uso.

10.4.1 Acervo da Biblioteca

Compõem o acervo da Biblioteca os seguintes materiais: livros, periódicos, normas técnicas, material audiovisual (CD, DVD, fitas VHS), obras de referência (dicionários, enciclopédias gerais e especializadas, etc.), mapas, teses e dissertações, entre outros. Além disso, a Faculdade Palotina oferece acesso à Revista dos Tribunais Online, ao Portal de Periódicos Forcom e a Biblioteca Digital Saraiva Educação, as quais proporcionam uma plataforma prática com conteúdo técnico e científico atualizado.

A atualização do acervo bibliográfico é realizada constantemente de acordo com a publicação de produções científicas e com as necessidades informacionais de alunos e professores, buscando dessa forma, atender as demandas solicitadas pela comunidade acadêmica. Somando-se o acervo, a Biblioteca possui 60.185 exemplares de livros, sendo 48.033 títulos de livros, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 04 – Acervo de livros disponíveis na Biblioteca

Área do conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Agrárias	50	55
Ciências Biológicas	300	385
Ciências Exatas e da Terra	325	512
Ciências Humanas	37263	43749
Ciências Sociais Aplicadas	4649	9541
Ciências da Saúde	737	814
Engenharias	39	41
Linguística, Letras e Artes	4337	4735
Outros	333	353
Total	48.033	60.185

Fonte: Sistema PHL - Biblioteca FAPAS

A Biblioteca possui 112 títulos de periódicos correntes, a tabela a seguir mostra os títulos correntes distribuídos pelas áreas do conhecimento:

Tabela 05 – Acervo de periódicos (impressos e eletrônicos) disponíveis na Biblioteca

Áreas do conhecimento	Títulos correntes
Ciências Agrárias	-
Ciências Biológicas	-
Ciências Exatas e da Terra	-
Ciências Humanas	62
Ciências Sociais Aplicadas	43
Ciências da Saúde	1
Engenharias	-
Linguística, Letras e Artes	-
Outros	6
Total	112

Fonte: Sistema PHL - Biblioteca FAPAS

Tabela 06 – Acervo audiovisual disponível na Biblioteca e separados pelo tipo de suporte

Suporte	Quantidade
CD-ROM	327
CD	27
Disquete	16
DVD	151
Videocassete	271
Mapas	81
Total	873

Fonte: Sistema PHL - Biblioteca FAPAS

Tabela 07 – Previsão de expansão e atualização do acervo para o período de vigência do PDI

Acervo	2021	2022	2023	2024	2025
Títulos de livros	48.100	48.400	48.700	49.000	49.300
Exemplares de livros	60.200	60.800	61.400	62.000	62.600
Periódicos	112	115	120	125	130
Audiovisual	900	950	1.000	1.050	1.100

Fonte: Sistema PHL - Biblioteca FAPAS

10.4.2 Infraestrutura física

Localizada no subsolo do prédio da FAPAS, a Biblioteca possui acervo aberto protegido por sistema antifurto e câmeras de segurança. Para proporcionar à comunidade acadêmica conforto e espaço, a Biblioteca possui área total de 846,39m² que dividem-se em áreas de circulação e nos seguintes ambientes:

Tabela 08 – Infraestrutura física da Biblioteca

Espaço	Área
Hall de entrada com guarda-volumes	9,40m ²
Balcão de atendimento	6,69m ²
Acervo e computadores para consulta	304,35m ²
Sala da Bibliotecária	32,11m ²
Sala de depósito de materiais e processamento técnico	34,11m ²
Área com computadores de consulta	18,12m ²
Salas de estudo em grupo (2)	12,62m ² cada
Cabines de estudo individual (5)	9,53m ²
Ambiente com sofá e poltronas para leitura de jornais e revistas	19,64m ²
Saguão com mesas de estudo em grupo	275,40m ²
Banheiro masculino	1,78m ²
Banheiro feminino	1,98m ²

Fonte: Biblioteca FAPAS

A Biblioteca está equipada com esterilizadores de ar elétrico, extintores de incêndio, hidrantes e luzes de emergência e oferece acesso às pessoas com necessidades especiais.

10.4.3 Política de expansão e atualização do acervo

O acervo bibliográfico é constantemente atualizado de acordo com as produções científicas publicadas nas áreas do conhecimento relacionadas aos cursos oferecidos pela Instituição e de acordo com as necessidades decorrentes aos novos cursos que sejam ofertados pela Faculdade.

As obras são adquiridas por compra, doação ou permuta, sendo a maioria através de compra. As compras em grande escala ocorrem duas vezes ao ano, em torno de um mês antes do início de cada semestre letivo. As obras são selecionadas de acordo com as bibliografias dos cursos, indicação dos professores e alunos e através da análise de livros retirados com maior frequência.

As compras são efetuadas com verba da Instituição, sendo realizada uma previsão de despesas anualmente e enviada à Coordenação Administrativo-Financeira para planejamento

dos gastos do setor. As renovações das assinaturas dos periódicos são realizadas respeitando um cronograma, conforme a data de vencimento.

Com relação às doações, a biblioteca recebe todo material bibliográfico doado, sendo reservado o direito de descartar ou encaminhar para outras instituições o material que não for útil ao acervo, obedecendo principalmente os seguintes critérios de análise: relevância do material em relação aos cursos oferecidos pela instituição, atualidade da obra, escassez de material sobre o assunto; usuários potenciais que poderão utilizar o material e condições físicas.

Essa avaliação é feita, algumas vezes, em conjunto com professores da área que avaliam a incorporação do material no acervo. Considerando que a política de desenvolvimento de coleções é um processo fundamental para o desenvolvimento e atualização da coleção, deve-se enfatizar que, embora seja elaborada por um bibliotecário, a participação dos professores é fundamental para a seleção e desbastamento da coleção.

A Faculdade Palotina publica a Revista Litterarius, a qual é enviada por permuta para 24 instituições que publicam periódicos em áreas afins. O envio da revista é feito conforme os fascículos vão sendo publicados (semestralmente). O preparo do envio compreende: impressão de uma correspondência, etiquetas de endereço e envelopamento.

A comunidade acadêmica possui acesso à biblioteca digital Saraiva Educação, a qual possui cerca de 2.500 títulos de livros digitais de diversas áreas do conhecimento. Os docentes e discentes também têm acesso à plataforma Revista dos Tribunais Online a qual disponibiliza doutrinas, legislações, jurisprudências, súmulas e 34 títulos de periódicos publicados pela Revista dos Tribunais. Além disso, o portal de periódicos FORCOM, criado pelo Fórum das Faculdades Comunitárias, tem o objetivo de reunir e disponibilizar diversos títulos de periódicos de acesso livre de todas as áreas do conhecimento.

A política de desenvolvimento de coleções deve ser revista periodicamente, em busca da constante adequação do acervo ao interesse dos usuários, objetivos da biblioteca e da instituição a qual ela serve.

10.4.4 Serviços oferecidos

- a. Consulta local (público em geral);
- b. Empréstimo domiciliar (usuários vinculados a FAPAS);
- c. Treinamento de usuários;
- d. Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- e. Acesso à internet;

- f. Elaboração de ficha catalográfica;
- g. Auto-serviço de guarda-volumes;
- h. Catálogo *online*;
- i. Reserva e renovação pela internet;
- j. COMUT;
- k. Revista dos Tribunais Online;
- l. Biblioteca Digital Saraiva Educação;
- m. Portal de periódicos FORCOM
- n. Ferramentas para auxiliar pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais.

Quadro 16 - Horário de funcionamento da Biblioteca

Dia	Horário
Segunda-feira	8h às 12h - 13h às 22h
Terça-feira	8h às 12h - 13h às 22h
Quarta-feira	8h às 12h - 13h às 22h
Quinta-feira	8h às 12h - 13h às 22h
Sexta-feira	8h às 12h - 13h às 22h
Sábado	8h às 12h

Fonte: Biblioteca FAPAS

Quadro 17 - Pessoal do Quadro Funcional Administrativo em atividade na Biblioteca

Função	Escolaridade	Carga horária semanal
Estagiária	Ensino Superior em andamento	30 horas
Auxiliar	Ensino Médio	36 horas
Auxiliar	Ensino Superior	36 horas
Bibliotecária*	Ensino Superior	40 horas

Fonte: Biblioteca FAPAS

* Trilce Morales CRB10/2209

A equipe da Biblioteca da FAPAS busca aprimorar cada vez mais os produtos e serviços ofertados à comunidade, visando à organização, conservação e preservação de seus acervos. A biblioteca desempenha papel de grande importância para o sistema de educação, cuja finalidade é assegurar a qualidade dos conteúdos por meio da disponibilização de material para pesquisa, capaz de proporcionar o desenvolvimento pleno das práticas acadêmicas.

11 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA FACULDADE

Na Tabela abaixo encontram-se os demonstrativos da capacidade e sustentabilidade financeira da IES na vigência do PDI. A Instituição e sua Mantenedora sempre demonstram uma preocupação com essa questão da sustentabilidade, todos os avanços feitos até o momento nas questões acadêmicas, pedagógicas e de infraestrutura são pensados e postos em prática de maneira consciente e responsável, de acordo com as possibilidades tanto da Instituição como da Mantenedora.

Observa-se uma alteração nos números originais do PDI desse quinquênio em função da projeção de inserir a modalidade EaD, principalmente na abertura de Polos. Nos últimos anos, notamos a necessidade de atender a demanda de Cursos EaD e dessa forma, em consonância com a forma qualificada do plano de crescimento e desenvolvimento institucional, a IES já está se estruturando e planejando para atender esse nicho de mercado assim que receber o credenciamento institucional e autorização de curso EaD junto ao MEC.

Essa nova modalidade de ensino, exigirá investimentos maiores em estruturas físicas e quadro de professores e funcionários. Por isso, conforme planilha de sustentabilidade financeira, a previsão de investimentos, bem como de despesas e receitas têm uma projeção ampliada.

Tabela 09 – Planilha de investimentos da IES

	2021	2022	2023	2024	2025
Anuidades/Mensalidades	8.534.086,97	9.387.495,67	10.025.932,98	10.517.203,69	11.200.821,93
Diversos	26.000,00	28.600,00	29.887,00	31.351,46	33.389,31
Receita Bruta	8.560.086,97	9.416.095,67	10.055.819,98	10.548.555,15	11.234.211,24
Descontos	1.140.250,00	1.224.092,44	1.508.373,00	1.582.283,27	1.685.131,69
Bolsas	2.190.430,00	2.354.023,92	2.005.186,60	2.103.440,74	2.240.164,39
Inadimplência	256.802,61	282.482,87	327.113,02	343.141,56	365.445,76
Total Descontos	3.509.635,66	3.860.599,22	3.840.672,61	4.028.865,57	4.290.741,83
Receita Operacional	5.050.451,31	5.555.496,44	6.215.147,36	6.519.689,59	6.943.469,41
1. Pessoal					
Docente	1.624.858,37	1.787.344,21	2.014.690,00	2.169.821,13	2.302.180,22
Técnico-administrativos	762.032,53	838.235,78	1.127.295,35	1.214.097,09	1.288.157,01
Encargos	1.967.816,77	2.164.598,45	1.948.030,92	2.098.029,30	2.226.009,08
Sub-total	4.354.707,67	4.790.178,44	5.090.016,27	5.481.947,52	5.816.346,32
2. Manutenção					
Gastos gerais	501.000,00	551.100,00	716.010,00	787.611,00	850.619,88
3. Investimento					
Reformas	25.000,00	28.000,00	50.800,00	33.000,00	36.795,00
Laboratórios	15.000,00	16.800,00	88.816,00	21.073,92	23.602,79
Biblioteca	60.000,00	67.200,00	97.200,00	81.312,00	89.443,20
Equipamentos	25.000,00	28.000,00	70.000,00	35.123,20	39.337,98
Total de Investimentos	125.000,00	140.000,00	306.816,00	170.509,12	189.178,97
4. Outros					
Treinamento	15.000,00	16.800,00	46.000,00	20.000,00	24.000,00
Pesquisa e Extensão	20.000,00	22.400,00	25.088,00	28.098,56	31.470,39
TOTAL	5.015.707,67	5.520.478,44	6.183.930,27	6.488.166,20	6.911.615,56

Fonte: Institucional

ANEXO 01 - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2021

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO S, CNPJ n. 92.948.389/0001-10, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a).;

E

ENTIDADE PALOTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CNPJ n. 17.597.895/0004-39, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). GILBERTO ANTONIO ORSOLIN;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2021 e a data-base da categoria em 1º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **professores**, com abrangência territorial em **Santa Maria/RS**.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

Este ACT tem como objeto atender o disposto no art. 53, parágrafo único, inc. VI, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), bem como ao previsto no parágrafo 2º, do art. 461, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) disciplinando o ingresso e progressão dos Docentes, como empregados, na FACULDADE PALOTINA DE SANTA MARIA.

3.1- As regras contidas neste instrumento são fruto de amplo processo negocial, no curso do qual as partes, embora tenham feito recíprocas concessões, sempre privilegiaram o atendimento dos anseios dos professores, representados pelo SINPRO-RS.

3.2- As disposições contidas nas duas normas legais, supra citadas, foram adaptadas e modernizadas às realidades, acadêmica e trabalhista, como garantido e facultado pelo disposto no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, com respeito às demais disposições de ordem pública ou indisponíveis, de modo a atender o real interesse das partes.

3.3- Este ACT tem por condições básicas, tendo em conta as vantagens concedidas aos Docentes na estruturação do Plano de Carreira Docente, as seguintes, cuja observância é condição para enfrentamento e/ou compensação das referidas vantagens:

a)-Afastamento da aplicabilidade do disposto no art. 461, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a garantia, em contra partida, do direito a enquadramento e progressão no PLANO DE CARREIRA DOCENTE ;

b)-O estabelecimento de condições mais modernas e de concessões automáticas (Adicional de Tempo de Serviço e Adicional de Aprimoramento Acadêmico) para contemplar, de plano e a todos os Docentes, a exigência legal de alternância das progressões por tempo e merecimento.

3.4- Os ANEXOS a seguir enumerados são declarados como partes integrantes e indissolúveis deste ACT:

a)-ANEXO I Estrutura do Plano de Carreira Docente da FACULDADE PALOTINA DE SANTA MARIA e Requisitos para Enquadramento Docente por Admissão e Progressão;

Outras Disposições

CLÁUSULA QUARTA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Todo professor terá direito a um adicional por tempo de serviço equivalente a 3% (três por cento) do seu salário-base mensal para cada 4 (quatro) anos trabalhados na FACULDADE PALOTINA DE

SANTA MARIA, observado o limite de 20% (vinte por cento) de adicional, independentemente do número de quadriênios.

CLÁUSULA QUINTA - DO ADICIONAL POR APRIMORAMENTO ACADÊMICO

A FACULDADE PALOTINA DE SANTA MARIA pagará aos seus docentes um adicional por titulação, incidente sobre o valor da hora-aula do respectivo nível de enquadramento, acrescida do repouso semanal remunerado e consideradas as 4,5 semanas a que alude o § 1º do art. 320 da CLT, nos seguintes percentuais: 10% para mestres e 15% para doutores.

CLÁUSULA SEXTA - DECLARAÇÕES

O SINPRO/RS declara haver observado todas as prescrições legais e as contidas em seus respectivos estatutos, pertinentes à celebração de acordo coletivo de trabalho e a FACULDADE PALOTINA DE SANTA MARIA declara, também, haver observado as regras internas necessárias à celebração deste acordo coletivo.

06.1 O referido compromisso está condicionado a comprovação por parte da instituição de ensino mediante fornecimento e análise de documentação por profissional indicado pelo Sinpro/RS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E DEVERES

As partes acordantes, bem como os empregados beneficiados, deverão zelar pela boa aplicação e observância do disposto neste acordo.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

No caso de descumprimento do contido neste acordo coletivo de trabalho, por qualquer das partes, haverá a incidência da multa da Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA NONA - PROCESSO DE PRORROGAÇÃO E REVISÃO

Ressalvado o disposto na cláusula seguinte, as disposições do presente acordo, findo o prazo de sua vigência, somente poderão ser prorrogadas ou revistas total ou parcialmente, mediante termo aditivo firmado pelos acordantes ou novo acordo coletivo de trabalho.

Membro de Diretoria Colegiada
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO S

GILBERTO ANTONIO ORSOLIN
Diretor
ENTIDADE PALOTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXOS

ANEXO I - PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE DA FAPAS

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 1º. O Plano de Carreira do Pessoal Docente da FAPAS é o instrumento que disciplina os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal e estabelece critérios e formas de admissão, progressão, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional docente que atue na FAPAS.

Parágrafo único. O Plano tem aplicabilidade na FAPAS, observados o Estatuto Social, seu Regimento Geral, normas coletivas e a legislação trabalhista vigente.

Art. 2º. Para efeitos deste Plano, entende-se como atividade docente de Ensino Superior aquelas que são adequadas ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração Acadêmica.

Art. 3º. Os objetivos deste Plano são:

I – estabelecer formas e critérios de seleção, ingresso, progressão, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização dos docentes;

II – estimular a capacitação do docente, de forma a contribuir para o seu aprimoramento pessoal e profissional;

III – propiciar condições favoráveis à eficiente e qualificada atuação dos docentes e,

IV – criar condições de atratividade para absorver candidatos potencialmente qualificados para exercer a docência na FAPAS.

CAPÍTULO II

DO REGIME JURÍDICO

Art. 4º. O Regime Jurídico aplicável ao pessoal docente é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dispositivos legais que a regulamentam, das Convenções/Acordos Coletivos de

Trabalho vigentes, normas e regulamentos estatutários e regimentais.

Seção I

DAS CATEGORIAS E NÍVEIS DE DOCENTES DO QUADRO PRÓPRIO

Art. 5º. O quadro próprio de Docentes da FAPAS está estruturado em 4 categorias funcionais e 4 níveis, da seguinte forma:

I - Professor Auxiliar;

II - Professor Assistente – níveis I, II, III e IV;

III – Professor Adjunto - níveis I, II, III e IV e,

IV – Professor Titular - níveis I, II, III e IV.

Art. 6º. São requisitos de titulação para as categorias de Docente Graduado, Especialista, Mestre e Doutor:

§1º. Professor Auxiliar: ser portador de Graduação, na área específica em que irá atuar;

§2º. Professor Assistente: ser portador do título de Especialista *Lato Sensu*, na área específica em que irá atuar;

§3º. Professor Adjunto: ser portador do título de Mestre, na área específica em que irá atuar, áreas afins e/ou em educação e,

§4º. Professor Titular: ser portador do título de Doutor, na área específica em que irá atuar, áreas afins e/ou em educação.

Seção II

DA ADMISSÃO

Art. 7º - Admissão é o ingresso do professor no quadro próprio de docentes da FAPAS.

§1º. As admissões se efetivarão mediante contratação expressa, em Contrato de Trabalho e CTPS, obedecidas todas as formalidades e Convenção Coletiva de Trabalho, com a apresentação de todos os documentos comprobatórios da qualificação profissional e acadêmica do Docente, sem a qual não poderá realizar atividades na FAPAS.

§2º. O Docente é admitido em um dos seguintes regimes de trabalho:

- I – Tempo Integral;
- II – Tempo Parcial e,
- III – Horista.

Seção III **DAS PROGRESSÕES**

Art. 8º. As progressões em níveis dar-se-ão por merecimento e por antiguidade, iniciando pelo primeiro.

§1º. A progressão em níveis é aquela que propicia o acesso aos níveis dentro da mesma categoria na qual o docente estiver enquadrado.

§2º. A progressão por merecimento em níveis dentro da categoria em que estiver enquadrado será concedida após 3 (três) anos de permanência do docente no nível e obedecerá aos critérios de produção técnico-científica e produtividade ou avaliação positiva de desempenho.

§3º. A progressão por antiguidade será concedida após 6 (seis) anos de permanência no nível.

§4º. O acesso à categoria subsequente, ocorrerá exclusivamente por titulação, mediante a apresentação da certificação correspondente.

Art. 09. O processo de avaliação para a progressão na carreira será instaurado pela FAPAS anualmente, devendo os interessados encaminhar a documentação exigida à Comissão de Avaliação de Docentes - CAD, após publicação de edital, sempre no mês de outubro.

§1º. O docente que iniciou suas atividades após o período de avaliação somente poderá solicitar sua avaliação no processo subsequente ao de sua admissão e dentro do prazo estabelecido no Edital correspondente.

§2º. A avaliação para progressão será realizada pela Comissão de Avaliação de Docentes - CAD, de acordo com o Edital.

Art. 10. A progressão por merecimento se dará por pontuação, considerando o tempo mínimo de 3 anos em cada nível e os seguintes indicadores.

- I – na categoria de Professor Assistente, atingir pelo menos 65 pontos nos últimos três anos, considerando a soma dos pontos da tabela;
- II – na categoria de Professor Adjunto, atingir pelo menos 91 pontos nos últimos três anos, considerando a soma dos pontos da tabela;
- III – na categoria de Professor Titular, atingir pelo menos 104 pontos nos últimos três anos, considerando a soma dos pontos da tabela.

Categorias	Níveis/pontos			
	I	II	III	IV
Auxiliar/Graduado				
Assistente/Especialista	65	65	65	65
Adjunto/Mestre	91	91	91	91
Titular/Doutor	104	104	104	104

§1º. A produção intelectual-científica obedecerá aos critérios do quadro abaixo, no qual consta a escala de valores numéricos para pontuar os diversos trabalhos entendidos como produção intelectual-científica na carreira docente da FAPAS dentro do período de avaliação.

Tabela de Produção técnico-científica dentro do período de avaliação	Pontos
1. Produção científica divulgada e publicada por editoras, revistas indexadas ou que tenham conselho editorial, considerando os seguintes parâmetros:	30
1.1. Livro publicado e produzido individualmente (autor)	20
1.2. Livro publicado e produzido em parceria (co-autor)	15
1.3. Capítulo de Livro	10
1.4. Organização/coordenação de livro publicado	10
1.5. Artigo científico publicado em revista estrangeira indexada, de natureza científica, limitado a 4 artigos por período de avaliação	15
1.6. Artigo científico publicado em revista nacional indexada, de natureza científica, limitado a quatro artigos por período de avaliação	10
1.7. Trabalho científico de produção individual apresentado ou publicado em anais de congresso ou plenário ou de reunião científica, limitado a quatro trabalhos por período de avaliação	5
1.8. Tradução de artigos ou capítulos de livros estrangeiros publicados, computados até cinco por período de avaliação	5
2. Produção Técnica considerando os seguintes parâmetros e pontuando 5 pontos:	5
2.1. Projetos ou publicações de trabalho científico ou intelectual que contribua para a sensível melhoria do ensino da FAPAS	10
2.2. Palestra e/ou conferência proferida, conforme resenha escrita com certificado comprovante, computadas até 5 (cinco) por ano, com temas distintos	3

§2º. A produtividade ou a avaliação positiva de desempenho docente, cuja avaliação é de responsabilidade da CAD, obedecerá aos critérios e à escala de valores numéricos estabelecidos na tabela abaixo.

Tabela de Produtividade ou Avaliação Positiva de Desempenho dentro do período de avaliação	Valores numéricos
1. Pontualidade e Assiduidade, cabendo ao setor responsável pela apuração da frequência mensal a disponibilidade da informação referente a cada docente à CAD, tendo em vista os seguintes percentuais de presença às aulas e demais atividades programadas.	15
1.1. Pontualidade e Assiduidade acima de 98%	10
1.2. Pontualidade e Assiduidade entre 96% e 98%	5
2. Participação nas reuniões dos órgãos colegiados a que pertencer, competindo ao presidente de cada órgão colegiado a disponibilização dos dados à CAD, sendo atribuíveis o máximo de 15 pontos ao docente, independentemente do número de colegiados dos quais faça parte.	15 (máximo)
2.1. Participação por reunião em órgãos colegiados	3
3. Qualificação acadêmica e profissional considerando a participação docente em programas de Educação Continuada, visando a atualização, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos na área do componente curricular sob sua responsabilidade, resultando na conclusão de cursos com acompanhamento e registro de desempenho satisfatório, mediante certificação, sendo atribuído, neste indicador, o máximo de 20 (vinte) pontos, com a seguinte distribuição:	20 (máximo)
3.1. Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> com 360 horas (mínimo)	15
3.2. Programa de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em nível de mestrado	20
3.4. Programa de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em nível de doutorado	25
3.5. Titulação em pós-doutorado	30
4. Atividades de ensino e participação em projetos ou programas de pesquisa extensão, realizadas no âmbito da FAPAS, com atribuição máxima de 30 (trinta) pontos, mediante comprovação de conclusão da atividade e apresentação do relatório final ao órgão competente, no período de avaliação docente, obedecidos os seguintes critérios:	30 (máximo)
4.2. Coordenação de programas ou projetos de pesquisa ou projeto integrado de pesquisa e extensão	15
4.3. Atuação e participação em programas ou projetos de extensão	5
4.4. Orientação de, no mínimo, 2 (dois) alunos em Programa de Iniciação Científica	5
4.5. Orientação de, no mínimo, 2 (dois) alunos em atividades extensionistas	2
4.6. Orientação de, no mínimo, 2 (dois) alunos na elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou similar, em cursos de Graduação ou sequenciais	5
4.7. Orientação de, no mínimo, 2 (dois) alunos, em programas de monitoria	2
4.8. Participação em banca examinadora de TCC	2
5. Participação em atividades de pós-graduação, com atribuição máxima de 15	15

(quinze) pontos, de acordo com os seguintes critérios:	(máximo)
5.1. Por participação em banca examinadora de monografia em programa de especialização	3
5.2. Por participação em banca examinadora de defesa de tese, por defesa, limitado a 30 (trinta) pontos	5
5.3. Por aluno orientado na elaboração de dissertação defendida e aprovada	10
5.4 . Por orientação de elaboração de tese defendida e aprovada	15
5.5 . Por aluno orientado na elaboração de monografia defendida e aprovada em pós-graduação <i>lato sensu</i> .	5
6. Participação por aula/disciplina, por semestre, na instituição, na razão de 02 (dois) pontos, em atividades de aulas.	20 (máximo)

Art. 11. A avaliação será feita pela Comissão de Avaliação Docente - CAD e tem por finalidade assessorar a Diretoria no processo de avaliação dos professores do quadro próprio da FAPAS, para os efeitos previstos neste Plano, competindo-lhe proceder à avaliação e reavaliação do desempenho profissional de todos os docentes, para fins de enquadramento.

Art. 12. A CAD será instituída a cada processo de progressão, por via de portaria, e constituída por um representante da Diretoria, que a preside, um representante dos coordenadores de curso, um representante dos recursos humanos e um representante do corpo docente, indicados por seus pares.

Art. 13. O docente fará jus ao recebimento da correspondente hora-aula de enquadramento, a partir do mês de março do semestre subsequente.

Seção IV

DA REMUNERAÇÃO E VANTAGENS

Art. 14. Os docentes ingressantes no quadro próprio da FAPAS serão remunerados de acordo com a categoria funcional e o regime de trabalho, observados os valores expressos na Tabela Salarial da FAPAS e o cálculo do salário dos professores estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho.

Art. 15. Os valores remuneratórios do Corpo Docente e da tabela de enquadramento serão reajustados na forma da legislação em vigor de dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho.

Tabela Salarial da FAPAS e a Tabela Referência para Progressão

Categorias				
Auxiliar/Graduado	36,22			
Assistente/Especialista	37,32	37,88	38,45	39,02
Adjunto/Mestre	39,62	40,21	40,82	41,43
Titular/Doutor	42,02	42,65	43,29	43,94

Seção V
DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS DOCENTES

Art.16. São direitos e obrigações do docente:

I - executar, integralmente, os planos de ensino da disciplina sob sua responsabilidade;

II - orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo, integralmente, o programa e carga horária;

III - registrar, formalmente, a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;

IV - organizar e aplicar os instrumentos de avaliação de aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos, de acordo com o Regimento da FAPAS;

V - fornecer, ao setor competente, as notas e modelos correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela Direção;

VI - observar o regime disciplinar da FAPAS;

VII - participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado, mediante remuneração;

VIII - participar de reuniões e solenidades programadas pela Diretoria e pelos órgãos colegiados;

IX - responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso e conservação dos recursos de apoio didático-pedagógicos;

X - orientar os trabalhos acadêmicos e quaisquer atividades curriculares e extracurriculares relacionadas com a disciplina lecionada e a área de conhecimento de sua formação acadêmica, observada a Convenção Coletiva de Trabalho;

XI - planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos, trabalhos e outras tarefas nas áreas de sua atuação;

XII - comparecer ao local de trabalho sempre que necessário, por convocação, respeitado o contrato de trabalho;

XIII - elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;

XIV - participar da elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico e institucional da FAPAS;

XV - cumprir integralmente o horário designado para as aulas;

XVI - cumprir o calendário escolar;

XVII - participar de órgãos colegiados da FAPAS, na forma prevista pelo seu Regimento;

XVIII - colaborar, com sua experiência, competência e desempenho didático-pedagógico, para a melhoria da qualidade do ensino;

XIX - exercer as demais atribuições e direitos que lhe forem previstas em lei, neste Plano e no Regimento da FAPAS.

XX - apresentar na forma e prazos definidos os planos e/ou relatórios de suas atividades e,

XXI - guardar sigilo quanto aos assuntos de serviço.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Este Plano de Carreira de Pessoal Docente entrará em vigor em 1º de março de 2019. Os atuais docentes serão enquadrados no nível I da categoria correspondente a sua titulação.

Parágrafo Único. A pontuação da produtividade dos docentes para a avaliação e progressão por merecimento na carreira será considerada a partir de 1º de março de 2016.

Art. 18. Os Docentes que ingressarem no Quadro Próprio da FAPAS após a entrada em vigor deste Plano de Carreira de Pessoal Docente a ele estarão sujeitos.

Art. 19. Este Plano de Carreira de Pessoal Docente da Educação Superior somente pode ser revisto ou alterado pela via do Acordo Coletivo de Trabalho.

Art. 20. Os casos omissos são dirimidos pelo Diretor e comunicados à entidade sindical.

Santa Maria, julho de 2019.

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES EMPREGADOS NA FAPAS

Anexo (PDF)